ANANDA T. ISONI ANJULI TOSTES BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS CIRO GOMES EDUARDO MOREIRA FLÁVIO DINO HUGO MELO FILHO JEFFREY SACHS JOSEPH STIGLITZ LADISLAU DOWBOR LUIZ BELLUZZO MARCIO POCHMANN MICHAEL LÖWY NOAM CHOMSKY PEDRO OTONI RICARDO ANTUNES SLAVOJ ŽIŽEK TARSO GENRO VALDETE SEVERO VLADIMIR SAFATLE WILSON RAMOS FILHO WILTON MOREIRA

ORGANIZADORES

ANJULI TOSTES HUGO MELO FILHO

QUARENTENA

REFLEXÕES SOBRE A PANDEMIA E DEPOIS

Projeto Editorial PRAXIS

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Dandelion, de Carlo Giambarresi

Ilustrador italiano (Sardenha), é formado pelo Instituto de Design e pela Escola Massana, ambos de Barcelona.

O seu trabalho pode ser visto em https://www.carlogiambarresi.com/

ANANDA T. ISONI ANJULI TOSTES BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS CIRO GOMES
EDUARDO MOREIRA FLÁVIO DINO HUGO MELO FILHO JEFFREY SACHS JOSEPH STIGLITZ
LADISLAU DOWBOR LUIZ BELLUZZO MARCIO POCHMANN MICHAEL LÖWY
NOAM CHOMSKY PEDRO OTONI RICARDO ANTUNES SLAVOJ ŽIŽEK TARSO GENRO
VALDETE SEVERO VLADIMIR SAFATLE WILSON RAMOS FILHO WILTON MOREIRA

ORGANIZADORES
ANJULI TOSTES HUGO MELO FILHO

QUA REN TENA

REFLEXÕES SOBRE A PANDEMIA E DEPOIS

Projeto Editorial
PRAXIS

1ª edição 2020 | Bauru, SP

canal6 editora

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Organizadores
Anjuli Tostes e Hugo Melo Filho

Final de 2019. Tudo corria normalmente: políticas de austeridade gerando desigualdade social abissal, ameaçando o liberalismo democrático e propiciando a vitória de políticos de extrema direita em vários países; Estados Unidos e China em guerra híbrida; protelações regulares de providências para deter as extremas agressões ao meio ambiente; guerras simultâneas em vários pontos do planeta; refugiados em massa aportando nos países europeus e sendo barrados pelo muro de Trump.

Eis que na cidade de Wuhan surge o coronavírus SARS-CoV-2 e a China anuncia um surto, em 31 de dezembro. No início, pouca gente levou a sério, afinal a Covid-19, doença causada pelo novo vírus, vinha se somar a zoonoses precedentes, como o SARS-CoV (2002), a gripe aviária por H5N1 (2005), a gripe A por H1N1 (2009), o MERS-CoV (2012) e o Ebola (2014). Seria, mais uma vez, um problema localizado, "coisa de chinês que toma sopa de morcego (ou de pangolim!)".

A rapidez com que o vírus se espalha é impressionante. Muitos países não estão preparados para detê-lo, ou mesmo frear a propagação e evitar o colapso do sistema de saúde. Após as primeiras mortes, dezenas, centenas, milhares de pessoas morrem a cada dia.

Instala-se a crise internacionalmente. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou a pandemia de Covid-19.

Países fecham suas fronteiras, limitam a locomoção interna dos cidadãos, decretam isolamento social – e, em casos extremos, o *lockdown*. Os governantes que retardam tais providências, preocupados, antes, com os reflexos econômicos da pandemia, amargam recordes de contaminação e mortalidade. Enquanto uns Estados praticam a solidariedade, enviando recursos humanos e materiais para ajudar povos, outros vedam a exportação de insumos médicos e chegam a praticar atos de pirataria para se apoderarem de respiradores e máquinas. No momento em que escrevemos esta apresentação, mais de dois milhões e seiscentos mil casos foram confirmados em todo o planeta, resultando em mais de cento e oitenta e três mil mortos.

Anuncia-se uma crise econômica mundial de escalas apocalípticas e uma brutal mudança de comportamento, que trarão consequências relevantes para "o depois" da Covid19. Em isolamento, as pessoas refletem sobre tudo o que está ocorrendo e procuram antever o que virá. Milhares de lives são gravadas todo dia, sobre todos os assuntos. Pensadores de renome manifestam suas opiniões, em jornais, revistas e blogs.

Imediatamente nos ocorreu a ideia de organizar um livro com artigos de pensadores brasileiros e estrangeiros, com percepções sobre o momento que atravessamos e opiniões sobre o pós-pandemia. Em suma, uma fotografia desse período importante de reflexões sobre o mundo, a vida e a sociedade.

Para nossa alegria, o projeto de um e-book, para distribuição gratuita, foi calorosamente acolhido pelos convidados, que nos brindam com seus textos nesta obra coletiva. A maioria dos textos foi elaborada especialmente para esta edição. O de Noam Chomsky é a adaptação de entrevista recente. Alguns convidados autorizaram a reprodução de textos anteriormente publicados no Brasil ou no exterior, como Tarso Genro, Joseph Stiglitz e Jeffrey Sachs.

O artista italiano Carlo Giambarresi cedeu, gentilmente, a bela ilustração que estampa a capa do livro. Optamos por publicar, além do texto traduzido, a versão original dos textos escritos em inglês.

E assim, com entusiasmo, apresentamos este *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois*, elaboradas no calor do momento em que tudo acontece, por gente experiente e preparada para analisar a conjuntura e projetar os efeitos desta crise mundial nos campos da política, da economia, da sociologia, do direito e da filosofia.

Boa leitura!

RENDA BÁSICA UNIVERSAL: UM DEBATE NECESSÁRIO

Ananda T. Isoni[1]

"I am now convinced that the simplest approach
will prove to be the most effective –
the solution to poverty is to abolish it directly
by a now widely discussed measure:
the guaranteed income".

Martin Luther King Jr.
Where do We Go from Here: Chaos or Community (1967)

Em março de 2020, Juan Pablo Bohoslavsky, especialista independente da Organização das Nações Unidas (ONU), recomendou aos governos que considerassem a introdução de uma renda básica universal de emergência, em razão da pandemia da COVID-19[2]. O conceito não é novo, mas o cenário de crise generalizada que coloca em situação de vulnerabilidade pessoas de diferentes classes sociais e contextos de vida contribui para superar ou ao menos mitigar a resistência quanto à entrega de dinheiro sem

---

1 Juíza do Trabalho do Tribunal Regional da 15ª Região.

2 *RELATOR DA ONU PEDE QUE PAÍSES ADOTEM RENDA BÁSICA UNIVERSAL DIANTE DA PANDEMIA*, 2020. Disponível em: https://nacoesunidas.org/relator-da-onu-pede-que-paises-adotem-renda-basica-universal-diante-da-pandemia/ Acesso em 22/4/2020.

contraprestação. Há razão para o alerta de Bohoslavsky. Boletim divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em abril de 2020, apontou ser essa a pior crise econômica desde a Grande Depressão (1929), com contração estimada em 3% e risco substancial de agravamento do cenário.[3]

Crises demandam ações incisivas e provocam mudanças estruturais – isso já está posto. O que segue em aberto são as escolhas a serem tomadas, cujos efeitos serão sentidos não apenas agora, mas nos anos que virão. Não surpreende que a renda básica universal tenha ocupado repentinamente um espaço privilegiado nas conversas e nos jornais: uma sociedade em crise é convidada a repensar as necessidades que deseja priorizar. Em um mundo que mede o sucesso de um país pelo Produto Interno Bruto (PIB), esse processo não é fácil, mas urgente.

Compreender do que se trata a renda básica universal, explorar suas motivações, sua viabilidade e seu impacto no trabalho, na educação, na saúde e na construção de um mundo menos desigual são alguns dos passos que se pretendeu dar neste artigo. A análise de estudos que retratam os desafios econômicos e sociais a serem enfrentados soma-se à dos resultados de experimentos pilotos ao redor do mundo. Esses dados, quando não fornecem respostas, ajudam a formular novas perguntas relevantes ao debate.

O conceito de renda básica e os limites dos auxílios emergenciais

As restrições impostas pelo confinamento desencadearam a instituição e expansão de programas de auxílio em países como

---

3 FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, *World Economic Outlook – Chapter 1 – The Great Lockdown*, 2020.

Canadá, Alemanha, Itália, Espanha, Índia e Brasil[4]. Nenhuma das medidas, contudo, observa a rigor o conceito de renda básica universal. Em sua versão clássica, ela é definida como a transferência de dinheiro a todas as pessoas, em valor suficiente ao custeio de necessidades básicas, por tempo ilimitado. Não é, portanto, condicionada ao atendimento de requisitos, sejam eles relacionados a características como sexo, idade e condição econômica ou ao cumprimento de exigências.

No Brasil, a renda básica da cidadania foi criada em 2004 como direito de todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país há pelo menos cinco anos. A Lei nº 10.835, instituidora do benefício, não o restringe à condição econômica do destinatário, embora sua implementação gradual deva priorizar os mais necessitados. Seu valor deve ser igual para todos e suficiente para atender às despesas mínimas com alimentação, educação e saúde, cabendo ao Poder Executivo sua definição. Passados mais de quinze anos, ainda se aguarda a regulamentação do benefício.

A pandemia reacendeu o tema da renda básica de cidadania, uma das medidas reivindicadas por 26 governadores ao presidente de República no dia 25 de março de 2020. Não foi o que prevaleceu. Em abril foi aprovado auxílio emergencial mais restritivo, instituído pela Lei nº 13.982/2020, no valor de R$ 600,00, pelo período de três meses. O benefício é destinado a trabalhadores e trabalhadoras que atendam cumulativamente aos requisitos legais, regulamentados pelo Decreto nº 10.316/2020.

As condições abrangem critérios etários e econômicos, além de excluir pessoas que sejam titulares de benefício previdenciário ou assistencial ou possuam empregos formais. Um trabalhador com 16 anos cuja atividade tenha sido suspensa durante a quarentena, por exemplo, não terá direito ao auxílio. Tampouco terá acesso

---

4 ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Social Protection responses to the Covid-19 crisis*, 2020; FMI, op. cit., 2020

ao benefício uma pessoa cuja remuneração tenha superado R$ 28.559,70 em 2018 (em média R$ 2.379,97 ao mês), ainda que sua renda tenha sido inferior no período subsequente.

Aos trabalhadores formais com remuneração afetada durante o estado de calamidade pública, foi assegurado benefício distinto, instituído pela Medida Provisória nº 936/2020. É também essa norma que autoriza a suspensão de contratos por até sessenta dias e a redução de jornada e salários por até 70%, durante o período máximo de noventa dias[5]. Ser impactado por alguma dessas medidas é condição para o pagamento do auxílio, com duração restrita à vigência da alteração contratual. Sua base de cálculo corresponde ao valor mensal do seguro-desemprego a que o empregado teria direito, em valor proporcional à perda remuneratória. Em razão dessas características, o benefício tampouco se aproxima do conceito de renda básica universal.

O debate sobre renda garantida, embora intensificado no contexto da pandemia, lhe é muito anterior. Em Utopia, obra publicada em 1516, Thomas More deu voz à ideia, então debatida entre filósofos iluministas por meio do personagem Raphael Hitlodeu. Ele a defendeu como uma forma justa de se evitar a prática de crimes por quem não encontrou outro meio de sobrevivência[6]. Desde então, experimentos pilotos foram conduzidos em países como Canadá, Estados Unidos, Itália, Holanda, Finlândia e Quênia, parte deles ainda em andamento.

---

5 Contrariamente ao disposto no artigo 7º, VI e XIII, da Constituição da República, a MP nº 936/2020 dispensa a negociação coletiva para implementação das medidas. Questionada sua constitucionalidade, por meio da ADI 6.363, o ministro relator Ricardo Lewandowski, deferiu em parte a cautelar para dar interpretação conforme à Constituição Federal, estabelecendo a exigência de comunicação à entidade sindical para possibilitar a deflagração de negociação coletiva. A liminar foi, contudo, derrubada em 17/4/2020 pelo Plenário do STF, que por maioria concluiu pela constitucionalidade da norma.

6 MORE, Thomas. *A Utopia*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

A dificuldade de implementação de modelos de teste que adotem a renda básica universal com todas as suas características está, sobretudo, no custo. Os pilotos, ora financiados pelo Estado, ora por organizações independentes, sofrem limitações que vão desde o valor transferido à duração do experimento. Tais circunstâncias não devem desmotivar. Como se verá, evidências obtidas por meio dessas iniciativas contribuem na busca de respostas sobre o impacto da adoção de uma renda básica universal efetiva.

Trabalho: dever ou direito?

Do ponto de vista jurídico-filosófico, a renda garantida ampara-se na dignidade e no valor humano reconhecidos na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH). Não se trata de defendê-la como direito natural, mas de compreendê-la como meio de efetivação de direitos e liberdades declarados universais. Essa visão é por vezes confrontada com o argumento de que é o trabalho, e não a transferência de renda, que deve ser garantido para uma existência digna. O provérbio “O trabalho dignifica o homem” bem traduz esse pensamento.

Não há, contudo, antagonismo entre a renda básica e o direito ao trabalho quando este é compreendido em sua plenitude. Ele contempla, segundo o artigo 23 da DUDH, o direito à livre escolha do trabalho, em condições equitativas e satisfatórias, à proteção contra o desemprego e a uma remuneração digna. O dispositivo menciona, ainda, sua complementação por outros meios de proteção social, quando possível.

Inexiste óbice ético ou jurídico ao pagamento de renda sem labor. Ao contrário. O direito ao trabalho apenas pode ser exercido em todas suas dimensões, quando dele não dependa a pessoa trabalhadora para garantir sua sobrevivência. A vulnerabilidade financeira é condição que acentua o desequilíbrio na relação de

trabalho, assimetria agravada com o desmonte das entidades sindicais, cujo impacto nos salários já se demonstrou[7]. Por vezes, não resta à pessoa trabalhadora alternativa senão a de se submeter a condições a ela impostas para a contratação ou continuidade do vínculo, sejam elas dignas ou não.

A promoção do emprego pleno produtivo e do trabalho digno para todos é o oitavo dos 17 objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável[8]. Dados consolidados pela Comissão Mundial sobre o Futuro do Trabalho ajudam a dimensionar o problema: antes de 2030 é preciso criar 344 milhões de empregos; 190 milhões de pessoas estão desempregadas, das quais 64,8 milhões são jovens; 2 bilhões de pessoas baseiam seu sustento na economia informal; 300 milhões de trabalhadores vivem em situação de extrema pobreza (<1,90 dólar/dia); e a remuneração recebida pelas mulheres é cerca de 20% inferior à dos homens[9].

Defender a renda básica universal não implica esmaecer os esforços empreendidos contra o desemprego e pela efetivação do direito a um trabalho digno. A importância do trabalho vai além de seu papel como meio de sobrevivência. Quando provido de sentido, o trabalho promove o desenvolvimento e o senso de realização do indivíduo. Isso explica, em alguma medida, inexistirem evidências de que transferências de recursos desencorajem as pessoas a trabalhar,[10] a despeito de ser esse um argumento recorrente entre

---

7 WORLD INEQUALITY LAB, *WORLD INEQUALITY REPORT*, 2018; BANERJEE, A.; IEHAUS, P.; SURI, T. *Universal Basic Income in the Developing World*. National Bureau of Economic Research, Cambrige, 2019.

8 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/. Acesso em 22/4/2020.

9 ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, *Trabajar para um futuro más prometedor*, 2019.

10 BANERJEE, A. V.; KREINDLER, G; OLKEN, B. *Debunking the Stereotype of the Lazy Welfare Recipient: Evidence from Cash Transfer Programs*. The World Bank Research Observer, 2017.

opositores da renda básica universal. Experimentos pilotos conduzidos no Canadá, na Índia e na Namíbia não revelaram efeitos significativos quanto ao nível de emprego e no Irã parte dos destinatários do benefício passou a trabalhar mais.[11] Também no programa desenvolvido na Finlândia não foram constatadas diferenças de comportamento em relação a trabalho entre os participantes que receberam o benefício e o grupo de controle.[12]

Essa constatação não pretende – e nem poderia – esvaziar o debate envolvendo a dialética capital e trabalho. Tampouco se ignora o achatamento de salários como possível desdobramento da implementação de uma renda básica universal, caso ela seja tratada como subsídio salarial. Por outro lado, parece ser mais factível conjecturar o incremento de salários como efeito da superação do temor da miséria. O aumento do poder de barganha impactaria, sobretudo, a prestação de serviços em condições precárias, hoje realizados por pessoas a quem não resta alternativa. Os limites dos pilotos que pretenderam garantir o pagamento de renda mínima não permitem, por ora, conclusões definitivas em um ou outro sentido.

Futuro do trabalho, desigualdade e polarização

O impacto da tecnologia no mercado de trabalho também tem sido apontado como um dos fatores que justificariam a adoção da renda básica universal.[13] Isso em parte explica sua defesa por expoentes do Vale do Silício, onde foi gestado um dos estudos

---

11 ORTIZ, I. et al. *Universal Basic Income proposals in light of ILO standards: Key issues and global costing*, Geneva, 2018.

12 KANGAS, O. et al. *The basic income experiment 2017–2018 in Finland. Preliminary results*. Ministry of Social Affairs and Health, 2019.

13 LOWREY, Annie. *Give People Money – How a Universal Basic Income Would End Poverty, Revolutionize Work and Remake The World*. Nova York: Crown, 2018.

randomizados em andamento, o Y Combinator Research.[14] A essa preocupação possivelmente se soma à de que o aumento da produtividade viabilizado pela automação não gere o correspondente aumento de riqueza às empresas de tecnologia, se o desemprego massivo comprometer o poder de compra dos indivíduos.

As previsões de Keynes para 2030 no ensaio "Possibilidades Econômicas para Nossos Netos" se revelaram otimistas. Os avanços científicos e tecnológicos de fato geraram aumento de produtividade e riqueza, mas não foi essa "a solução para o problema econômico da humanidade". O crescimento da renda global desde 1980 foi capturado duas vezes mais pelo 1% de indivíduos mais ricos do que pelos 50% mais pobres[15]. Tampouco a jornada de trabalho média foi reduzida a 15 horas por semana, permitindo a destinação de mais tempo à cultura e ao lazer, como ele sugeriu. De outro modo, mais de um terço da mão de obra mundial possui carga de trabalho superior a 48 horas semanais.

Não há consenso quanto à extensão dos efeitos da tecnologia no trabalho. Com frequência, fatos se perdem em meio à propagação de uma visão fantasiosa do futuro. Um equívoco recorrente está em se pensar a quantidade de empregos como finita. A quantidade de postos de trabalho reduzidos e extintos é mais mensurada e valorizada como informação, ao passo que nem sempre há clareza na estimativa de novas funções. No início do século XX seria impossível prever a quantidade de novos empregos que surgiriam com a robótica e a internet. Funções como a de datilógrafo, projecionista

---

14 SADOWSKI, Jathan. *Why Silicon Valley is embracing universal basic income*, 2016. Disponível em: https://www.theguardian.com/technology/2016/jun/22/silicon-valley-universal-basic-income-y-combinator Acesso em 22/4/2020; WINICK, Erin, Universal basic income had a rough 2018, *MIT Technology Review*, 2018, disponível em: https://www.technologyreview.com/2018/12/27/103611/universal-basic-income-had-a-rough-2018/ Acesso em 22/4/2020; Y COMBINATOR RESEARCH, *The First Study of Basic Income in the United States* Disponível em: https://basicincome.ycr.org/our-plan. Acesso em 22/4/2020.

15 WORD INEQUALITY LAB, op. cit., 2018.

de cinema e entregador de telegrama diminuíram ou deixaram de existir. Em contraposição, outras profissões surgiram para atender a novas necessidades, como webdesigners e desenvolvedores de software.

Mudanças nas formas de trabalho são elementos comuns às revoluções industriais e a tecnologia tem sido prodigiosa na substituição de funções repetitivas e extenuantes. A redução do indivíduo ao papel de máquina já havia sido apontada por Durkheim como anomia do mundo moderno. Segundo ele, a repetição monótona de movimentos desconecta o trabalhador do sentido de sua função e impede seu aperfeiçoamento individual, constituindo um aviltamento da natureza humana[16].

Essas considerações não pretendem, contudo, subestimar uma das características marcantes da Quarta Revolução Industrial: a velocidade acentuada das transformações. Serão os trabalhadores capacitados em tempo hábil para responder às novas demandas? A renda básica garantida pode exercer papel decisivo nessa transição.

O Relatório Social Mundial de 2020 reporta que trabalhadores altamente qualificados são os mais beneficiados com as novas tecnologias. Mudanças no trabalho, que por vezes levam à redução ou extinção de postos, afetam principalmente trabalhadores de baixa e média qualificação. Como resultado, a desigualdade salarial tem se intensificado desde a segunda metade do século XX.[17] Contribui para essa polarização a insuficiência de renda para se investir em educação. O potencial da internet para a capacitação profissional está hoje restrito às 53,6% das famílias que a ela estão conectadas. O índice cai para 15% em países emergentes[18].

---

16 DURKHEIM, Emile. *Fato Social e Divisão do Trabalho*. São Paulo: Editora Ática, 2011.

17 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Word Social Report 2020 – Inequality in a Rapidly Changing World*, 2020.

18 OIT, op. cit., 2019.

De forma concorrente ao papel do Estado e das instituições em promover educação, a transferência de renda permite ao indivíduo direcionar recursos diretamente à formação pretendida. Mesmo quando se trata de capacitação gratuita, jornadas extensas alijam trabalhadores do processo de atualização profissional. O temor da insegurança financeira por vezes os desencoraja a assumir novos desafios profissionais que demandam tempo, preparo e dinheiro. A renda básica pode ser, nesse sentido, importante instrumento para se reduzir a polarização no mercado de trabalho.

O destino da renda incondicionada

Se há consenso quanto à relação direta entre educação e renda, por outro lado, são comuns as divergências sobre a necessidade de se condicionar a transferência de recursos ao atendimento de condições específicas. A eliminação de procedimentos burocráticos para verificação de requisitos é um dos argumentos em defesa da renda básica universal. Estima-se que a população mais carente acabe não sendo alcançada por programas sociais pela impossibilidade fática de comprovar o atendimento das condições exigidas.

A crítica também está no custo de identificação, seleção e monitoramento de beneficiários, que poderia ser revertido para a ampliação do valor e alcance das transferências. Parece pouco, mas não é. Em um programa assistencial no México, de cada 100 pesos transferidos de forma condicionada a uma família, 10 são destinados a gastos administrativos.[19]Por outro lado, argumenta-se que

---

19 COADY, D.; PEREZ, R.; VERA-LLAMAS, H. *Evaluating the Cost of Poverty Alleviation Transfer Programs: An Illustration Based on PROGRESA in Mexico*, 2005. International Food Policy Research Institute. Disponível em: http://ebrary.ifpri.org/utils/getfile/collection/p15738coll2/id/60365/filename/60318.pdf Acesso em 22/4/2020; BANERJEE, A. V.; DUFLO, E. Good Economics for Hard Times. Nova York: PublicAffairs, 2019.

os custos de implementação, que variam de acordo com as características dos programas, poderiam ser reduzidos com a integração de sistemas de dados em cada país. De todo modo, remanesce a questão de fundo: as exigências de atendimento a requisitos se justificam?

No experimento de Mincome, conduzido no Canadá entre 1974 e 1978, os resultados revelaram que os adolescentes das famílias participantes do programa completaram um ano a mais de escolaridade. Também foi relatado o decréscimo da taxa de hospitalização para 8,5%, com quedas expressivas nas admissões por acidentes e lesões e diagnósticos de adoecimento mental. No Zimbábue, as taxas de vacinação de crianças e frequência escolar aumentaram após um ano de transferências em dinheiro[20]. Já na Finlândia, em piloto conduzido de 2017 a 2018, os resultados demonstraram menor incidência de problemas relacionados a saúde, estresse e capacidade de concentração[21]. Em nenhum dos três casos as transferências estavam condicionadas ao atendimento de exigências.

Desde 2014, países em desenvolvimento criaram 119 programas assistenciais de transferência de renda, dos quais 67 não estipulavam condições ao recebimento. Ao todo, 1 bilhão de pessoas participaram de pelo menos algum deles. Em nenhum dos experimentos foram encontradas evidências de que pessoas pobres priorizem desejos em detrimento de necessidades. Os dados tampouco indicaram aumento em gastos com tabaco e álcool. De outro modo, houve ampliação do percentual de despesas destinadas à nutrição, educação e saúde[22]e incremento do empreendedorismo[23].

---

20 ARNOLD, Carrie. The Anti-Poverty Experiment, *Nature*, vol. 557. Macmillan Publishers Limited, 2018.

21 KANGAS, op. cit., 2019.

22 BANERJEE; DUFLO, op. cit., 2019.

23 BANERJEE; NIEHAUS; SURI, op. cit., 2019.

Universalidade x Desigualdade

A escassez de recursos conduz ao questionamento sobre a universalidade do pagamento de renda básica: seria esse um instrumento eficiente de combate à desigualdade? A depender da forma de sua implementação e custeio, os resultados obtidos podem ser antagônicos.

Propostas que apresentem a renda garantida como panaceia dos males sociais devem ser examinadas com cautela. Dentre elas está a de que sua implementação deveria substituir toda sorte de programas e serviços sociais. O dever do Estado terminaria, então, com a transferência da renda e os cidadãos seriam reduzidos ao papel de consumidores. A eles caberia organizar o orçamento pessoal para dar conta de despesas com educação, saúde e seguridade e se planejar para momentos de maior vulnerabilidade, previsíveis ou não.

Essa visão gera distorções e contribui para agravar a situação de pessoas mais vulneráveis. Um estudo realizado nos Estados Unidos evidenciou que o pagamento de uma renda módica em substituição aos programas sociais existentes direcionaria parcelas menores do orçamento para famílias com filhos, idosos ou deficientes. Além disso, pessoas de classe média seriam mais beneficiados do que os pobres[24]. Também a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tratou dos efeitos da completa eliminação de programas públicos para implementação da renda garantida. Entre as consequências previstas estão o acentuamento das desigualdades de renda e gênero, o que contraria as normas de seguridade social da instituição.

Sabe-se que a implementação de uma renda universal suficiente para assegurar uma vida digna pode suprir parte das necessidades antes atendidas por meio de programas sociais. Em todo caso, essa análise deve ser feita de forma criteriosa e baseada em evidências,

---

24 HOYNES, H; ROTHSTEIN, J. Universal Basic Income in the United States and Advanced Countries. *Annual Review of Economics*, 2019.

sob pena de retrocesso social a um alto preço. Mudanças e cancelamentos de programas devem ser precedidos de amplo debate, em que tenham voz os cidadãos afetados pelas medidas, assim como instituições que os representam. Só assim é possível entender com profundidade as necessidades envolvidas e responder a elas de forma justa e eficiente no desenvolvimento de políticas públicas.

Outro caminho envolve a criação e majoração de impostos que contribuam para a redistribuição da riqueza. A concepção de que cortes tributários na camada mais rica da população geram crescimento econômico, embora comum na justificativa de políticas públicas, está praticamente superada entre economistas. Um estudo recente desenvolvido na Universidade de Chicago analisou os efeitos de trinta e uma reformas tributárias desde a guerra. Os resultados demonstraram que a redução de tributos beneficiando os 10% mais ricos não produziram crescimento na taxa de emprego e renda, enquanto cortes de impostos para os outros 90% da população sim[25]. Impostos progressivos sobre a renda, assim como a tributação da riqueza, podem exercer papel importante na construção de uma saída equânime e eficiente para a implementação da renda universal. Meios existem – as dificuldades estão na vontade política de implementá-los. No Brasil, o imposto sobre grandes fortunas, embora previsto na Constituição, nunca foi regulamentado.

Também outras soluções merecem ser estudadas. No Alaska, um fundo permanente financiado por parte das receitas estatais com a produção de óleo tem gerado dividendos anuais aos residentes desde 1982[26]. O valor, pago anualmente, não é suficiente para o

---

25 ZIDAR, O. Tax Cuts for Whom? Heterogeneous Effects of Income Tax Changes on Growth and Employment. *Journal of Political Economy* 127, nº 3, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1086/701424 Acesso em 22/4/2020; BANERJEE; DUFLO, op. cit., 2019.

26 PARIJS, P. V.; VANDERBORGHT, Y. *Basic Income. A Radical Proposal for a Free Society and a Sane Economy*. Londres: Harvard Univerty Press, 2017; STANDING, Guy. Basic Income and How We Can Make It Happen. Londres: Pelican Books, 2017.

custeio das despesas básicas do cidadão americano, mas é significativo: em média $ 1.200 por ano, cerca de 2% do PIB do estado. Na intenção de se evitar conflitos de interesse, 95% dos investimentos são realizados fora do Alaska[27]. Essa medida também previne que os resultados do fundo possam depender da economia local. Entre as críticas, está a de que a riqueza absorvida pelo fundo poderia ter outra destinação. Hoje seu valor total ultrapassa $ 60 bilhões.[28]

Em relatório fiscal de 2017, o FMI apurou que a implementação de renda básica universal de R$ 1.266 por ano custaria o equivalente a 4,6% do PIB nacional. Embora módico, o valor reduziria a pobreza em 11,6 pontos percentuais. Também geraria recuo de 0,05 ponto no índice Gini de desigualdade (a escala varia de 0 a 1)[29]. O potencial da transferência de renda vai além do impacto positivo em indicadores sociais, de caráter prioritário. Seu efeito multiplicador fomenta a economia, produzindo riqueza superior aos valores desembolsados. No programa Bolsa Família, por exemplo, estima-se que cada real adicional gasto gere um crescimento de R$ 1,78 no PIB nacional e de R$ 2,40 no consumo final das famílias[30].

O valor e a forma de custeio de uma renda universal e suficiente para atender às necessidades básicas dos indivíduos são temas controversos, mas que precisam ser enfrentados. A falta de clareza sobre esses pontos foi decisiva para que a Suíça rejeitasse a proposta

---

27 GREGOR, Mattie. *The Alaska Permanent Fund*. Disponível em: https://www.swarthmore.edu/writing/alaska-permanent-fund Acesso em 22/4/2020.

28 *OUR PERFORMANCE*. Disponível em: https://apfc.org/our-performance/ Acesso em 22/4/2020.

29 FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *Fiscal Monitor: Tackling Inequality*, 2017. Disponível em https://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2017/10/05/fiscal-monitor-october-2017_Acesso em 22/4/2020.

30 IPEA. *Programa Bolsa Família – uma década de inclusão e cidadania. Brasília*, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=20408 Acesso em 22/4/2020.

de renda básica, no referendo realizado em 2016. Em uma pesquisa conduzida na semana seguinte à votação, mais de 2/3 responderam que esse era o início de uma longa conversa sobre renda básica, não seu fim[31]. Não existe caminho único e a construção de um projeto sustentável possivelmente envolve mais de uma das soluções apresentadas.

Considerações finais: crise, diálogo e mudança

O conceito de renda básica universal, de singeleza marcante, tem atraído ao longo da história defensores de diferentes grupos, de democratas a republicanos. Parte dessa diversidade se deve à simplicidade de seus contornos. Eles permitem que sua adoção tome formas diferentes e, por consequência, produza efeitos diversos.

Na luta contra a pobreza e a desigualdade, a busca do consenso democrático não pode sucumbir a divergências que soem inconciliáveis. Não são. Aqui também vale comparar a crise da COVID-19 com a Grande Depressão: foi o alinhamento de interesses de grupos distintos que tornou possível a aprovação de medidas de auxílio social e recuperação econômica. A superação da crise de 1929 foi, então, seguida de um período de grande desenvolvimento social e prosperidade.

Os efeitos sociais e econômicos da renda básica universal apenas poderão ser dimensionados com precisão quando ela for adotada com todas as suas características. Até lá, estudo, debate, planejamento e implementação gradual são passos necessários, que demandam atuação dialogada. Em tempos de crise e depois dela, que essa ideia antiga, mas inovadora, aponte para novos caminhos.

---

31 STANDING, op. cit., 2017.

PANDEMIA, POPULISMO E NOVA ORDEM SOCIAL

Anjuli Tostes[32]

"The rule is, jam to-morrow and jam yesterday –
but never jam to-day."
"It must come sometimes to 'jam to-day,'" Alice objected.
"No, it ca'n't," said the Queen. "It's jam every other day:
to-day isn't any other day, you know"

Lewis Carroll,
Through the Looking-Glass and What Alice Found There, 1871

O fenômeno do populismo já era estudado com interesse por cientistas políticos e sociais de todo o mundo. Um dos motivos da atratividade que a questão representa para esses acadêmicos é comum também aos leigos: o caráter desafiador da retórica populista diante dos consensos da democracia liberal. A pandemia da Covid-19 surge nesse contexto, já bastante tensionado, a inserir mais um ingrediente de complexidade proporcionado pelo medo e pela incerteza. No entanto, o mais provável é que mesmo uma

32 Advogada, Auditora da Controladoria-Geral da União, Bacharel em Relações Internacionais, Especialista em Gestão Pública e Doutoranda em Direito e Economia na Universidade de Lisboa (Portugal). Integrou as comissões de Direitos Humanos e Direito do Trabalho da OAB-DF (2017-2018). Autora de livros e artigos em temas relacionados a Direito, Economia e Democracia.

ruptura política não nos leve à nova ordem social ansiada pelos críticos do sistema.

Apesar de divergências sobre a natureza do populismo – se uma estratégia ou lógica política (LACLAU, 2005), um discurso (PANIZZA, 2005) ou uma "ideologia fina" (MUDDE, 2007, 2009; STANLEY, 2008; MUDDE *et* KALTWASSER, 2011, 2013), há razoável consenso na sua caracterização a partir da divisão da sociedade em dois campos antagônicos - o povo excluído e as elites que estão no poder – e de um forte sentido *anti-establishment*.

A sociedade contemporânea é marcada por uma clivagem social profunda entre os vencedores e os perdedores do processo de modernização. Uma *underclass* com empregos precários, baixos salários e pouca qualificação engrossa a multidão dos descontentes com um sistema que nunca a contemplou.

Diante desse cenário, a rejeição do *status quo* é natural, bem como de tudo o que remete a ele: os partidos tradicionais, que se alternam no poder sem trazer mudanças estruturais; a grande mídia, que reproduz o discurso dos poderosos e das corporações que a financiam; as instituições, que nada fazem contra a reprodução deste estado de coisas, e mais servem para legitimá-la.

No Brasil, a equivalência feita pela população entre as opções de um sistema partidário pouco responsivo propiciou terreno fértil para o florescimento do populismo, que explorou as inconsistências nesta ordem ao escancarar a oposição existente entre uma elite microscópica em número, mas gigante em poder, e a massa da população com poder e influência marginais.

A janela de oportunidade populista (ou "momento populista", na definição de Mouffe, 2019) não aproveitada pela esquerda brasileira proporcionou à extrema direita caminho livre para dar às inconsistências evidenciadas no *status quo* a explicação causal mais útil e de acordo com a sua ideologia.

A tese vendida a essas massas com quem o populista se comunica foi a de que o grande plano das elites por trás das instituições

seria a instalação de um regime comunista no Brasil, a partir da destruição dos valores e da família tradicional. Contra isso, valeria tudo, até uma guerra civil. Metralhar a petralhada. Mandar para a ponta da praia. Matar 30 mil.

O importante é eliminar o inimigo demonizado, culpado por levar o país a esse estado de coisas, "a esquerda no poder", o PT, os comunistas, a própria síntese do mal - o que é muito bem explicado por Freud ao tratar dos processos de coesão interna dos grupos sociais. A eficiência com que o populismo de extrema direita alcançou as grandes massas no Brasil é digna de nota.

A pandemia é o elemento novo nesse já muito complexo e intrincado cenário. A escalada da doença causada pelo novo coronavírus, em uma magnitude não conhecida por esta geração, é efetivamente chocante. Mas não tem, por si só, o condão de ensejar mudanças realmente profundas. A Gripe Espanhola, outra pandemia de escala até superior, também não teve. O que tem capacidade de alterar o curso da história, a caracterizar uma efetiva ruptura da ordem política e econômica, são as transformações nos modos de reprodução da vida em sociedade.

Foi a adoção da lógica "bárbara", na verdade mais adaptável e mais coletivista, que levou ao fim do Império Romano e ao nascimento do feudalismo. Foi o surgimento da burguesia e o ressurgimento das cidades que levou à Revolução Francesa e ao ocaso da Idade Moderna. Foi a escolha pelo modo de vida socialista que levou ao mundo bipolar. Mesmo catástrofes de grande magnitude humanamente provocadas, como a Primeira e a Segunda Grandes Guerras Mundiais, são incapazes de gerar mudanças estruturais no sistema econômico quando não alteram as bases do modo de reprodução da vida em sociedade.

Mas o novo coronavírus surge em um contexto em que o sistema atual já se encontrava com uma legitimidade bastante fragilizada, não só no Brasil, mas em várias partes do mundo. Para aqueles que têm como projeto uma nova ordem, o caos social, político e

econômico gerado por uma pandemia proporciona a "tempestade perfeita" para uma possível transição.

E é de forma radicalmente política que o tema tem sido manejado pelo governo Bolsonaro, mesclando negacionismo da pandemia, grandes conspirações da esquerda nacional e mundial, e o remédio milagroso da Cloroquina. A recalcitrância da mídia e das instituições em divulgar o medicamento, ainda em fase de testes, como a solução definitiva da doença é que seria responsável pelas milhares de mortes – e não a campanha ostensiva do próprio Presidente da República contra o isolamento social. Novamente, o fio narrativo é o mesmo: tudo terá sido feito para criar as condições de instalar uma ditadura comunista no Brasil - inclusive o próprio vírus, sintetizado em laboratório pelo governo chinês.

É antagonizando com a imprensa, com as instituições e com os partidos que Bolsonaro segue adotando a estratégia populista como método de governo, e alimentando sua base política entre os descontentes com a ordem. Se fizesse diferente, como muitos supunham que faria após a campanha, seria automaticamente identificado com o sistema e perderia o magnetismo que exerce junto a essas massas.

Propostas de saída fora da ordem democrática liberal, como um autogolpe, se tornam cada vez mais fortes, mais presentes, mais ruidosas, a ponto de produzir buzinaços na frente de hospitais em que doentes de Covid-19 agonizam. O Brasil atual já era um barril de pólvora. A pandemia – que, tomada por si só, mudaria pouco - é a fagulha que faltava para fazê-lo explodir.

Mas, ainda que o autogolpe se concretize e consolide uma ruptura política, esta não levará à mudança esperada pela multidão de descontentes. Porque a ordem econômica capitalista não apenas permanecerá intacta em seus princípios estruturantes, como terá efeitos ainda mais gravosos sobre os perdedores do processo de modernização, a partir do aprofundamento da ideologia ultraliberal. Não há alternativa no capitalismo porque a lógica deste sistema

e a de uma sociabilidade sustentável e inclusiva são muito distintas. O objetivo do primeiro é a maximização do lucro. O da segunda, a coexistência solidária entre seres humanos e a preservação do planeta.

É possível conciliá-las? Talvez em teoria - foi o que buscaram os economistas clássicos, com seus altíssimos níveis de abstração e excessos dedutivistas. Quanto mais egoístas forem os indivíduos, melhor para a coletividade, diziam eles. "*It is not from the benevolence of the butcher, the brewer, or the baker that we expect our dinner, but from their regard to their own self-interest*"[33], asseverou Adam Smith, em um dos trechos mais célebres d'A Riqueza das Nações (*An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, 1776), argumento repetido por escolas posteriores.

Mas, na prática, o que temos visto desse sistema são os seus efeitos devastadores em termos de aumento da poluição e do aquecimento global, da cultura do descarte e do consumismo, das desigualdades extremas, das centenas de milhões de vidas em absoluta pobreza, das famílias de refugiados fenecendo à deriva. E das pandemias e catástrofes evitáveis.

Uma proposta de ruptura em direção a uma sociedade mais solidária será, essencialmente, uma proposta anticapitalista.

De fato, a história produz três tipos de mudanças na ordem social, a partir da dinâmica entre Estado e sociedade. As marginais, que envolvem um pequeno deslize ao longo do espectro Estado-Mercado para algumas políticas. As conjunturais, que representam alterações na concepção do papel do Estado, em medida suficiente para que o próprio sistema não entre em colapso, e que podem durar algumas décadas; e as estruturais, que são transformações nas formas de reprodução da vida em sociedade.

---

33 Em tradução livre: "Não é pela benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que nós contamos com o nosso jantar, mas pela consideração do seu próprio interesse."

Dentro do capitalismo não haverá mudanças profundas. No máximo, uma concepção Estado-mercado menos desumana, em que se atribua ao primeiro deste binômio maiores ferramentas para a proteção dos mais vulneráveis, em situações de pandemia ou fora delas. Naturalmente algo que não virá de graça, mas como resposta para evitar um contramodelo que eventualmente ganhe força diante das sociedades.

É o que houve nos EUA após a crise de 1929. Naquele contexto histórico, havia um contraponto real ao modo de vida capitalista, o que fez com que os próprios mediadores deste sistema, em seus respectivos países, produzissem a resposta necessária para evitar "o mal maior" – a ruptura, a revolução, o socialismo – produzindo o que ficou conhecido como o Estado de Bem-Estar Social.

Roosevelt não acordou um belo dia, após a crise de 1929, e resolveu editar o *New Deal*. Nem Bismarck lançou os fundamentos do Estado de Bem-Estar Social alemão, no final do século XIX, sem que isso representasse uma reação ao perigo de crescimento da ideologia socialista que ganhava corpo em seu país, a partir da edição do Manifesto Comunista em 1848 – ou mesmo como uma resposta aos social democratas, com quem disputava poder.

Em ambos os casos, as melhoras trazidas à maioria da população em termos de regras trabalhistas menos opressivas (ou uma suavização da exploração) e da garantia de um mínimo existencial responderam ao perigo ao sistema que representava a conversão de países ao socialismo – em última análise, o próprio fim do capitalismo para aqueles países.

O *Welfare State* foi um rearranjo conjuntural em resposta à crise e à correlação de forças existentes naquele momento, até que as forças do próprio sistema pudessem se reorganizar para perseguir a lógica capitalista fundamental da maximização do lucro acima de tudo - o que só foi possível a partir da década de 70, com a deterioração do regime soviético e a ascensão do paradigma neoliberal, com Reagan nos EUA e Tatcher no Reino Unido.

Não é isso o que está posto agora. As condições são muito diferentes. Embora a China politicamente funcione em torno do Partido Comunista Chinês - PCC, no seio do qual a vida estatal acontece, no âmbito econômico vigora atualmente a economia socialista de mercado, introduzida a partir das reformas levadas a cabo por Deng Xiaoping em 1978.

Segundo a definição de Jiang Zemin, durante o 14º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês em 1992, trata-se de um estágio preliminar do desenvolvimento socialista chinês - concepção que se amolda à teoria marxista tradicional como uma etapa necessária ao desenvolvimento das forças produtivas rumo a uma sociedade socialista avançada.

A economia socialista de mercado chinesa se caracteriza pela combinação entre propriedade estatal e coletiva de empresas - com especial foco em setores estratégicos - e empresas privadas, ambas atuando a partir do mercado, mas orientadas a partir de um planejamento sistêmico. Uma "integração orgânica entre economia planificada e economia de mercado, com total uso das vantagens de ambos" (JIANG, 2006, p.203) para o processo de modernização chinesa.

Há maior controle macroeconômico do que nas social-democracias ocidentais (CHUN, 2009), e forte intervencionismo estatal. Sob Xi Jinping[34], os representantes do PCC têm atuado "como observadores ou membros do conselho em empresas estatais e empresas privadas, a fim de verificar e promover a implementação dos segmentos relevantes do planejamento" (PELKMANS, 2018, p. 269).[35]

No entanto, apesar de muito diversa do paradigma neoliberal, a "economia de socialista de mercado com características chinesas"

---

34 Atual Presidente da República Popular da China e Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês (PCC).

35 Segundo Pelkmans (2018), cerca de 150.000 empresas possuem membros do PCC em seus conselhos, com tendência a crescimento deste número.

não se diferencia hoje o suficiente para servir como um contraponto ao capitalismo ocidental, como foi o modelo soviético, em especial no que se refere a um esquema de desenvolvimento produtivo combinado com um sistema avançado de proteção social. Situação que também pode mudar na medida em o país atinja o nível que espera em termos de "desenvolvimento"[36] - é o que sugere o argumento[37] em torno da prioridade ao "direito ao desenvolvimento" pelos mandatários chineses como fundamento para o exercício material de outros direitos.

Em alguns aspectos, como a ênfase no direito ao desenvolvimento e a comprovação fática de que medidas heterodoxas funcionam - em contraste com as experiências fracassadas que representaram as aplicações do Consenso de Washington aos países em desenvolvimento – pode se legitimar uma melhoria nas regras internacionais para países mais pobres.

Mesmo sobre este último ponto há de se ter uma certa dose de ceticismo, em face do nível de desenvolvimento já alcançado pela China e sua recente aceitação de diversas das "regras do jogo" em nível internacional, algo perfeitamente explicado no livro *Kicking Away the Ladder* (2002), de Ha-Joon Chang.

Não deveremos ver nada realmente substantivo em termos de ruptura com o sistema capitalista, ao menos não por agora, enquanto o processo socialista chinês não está consolidado. No máximo, a Covid-19 terá funcionado como um catalizador do processo de surgimento da China como o novo *hegemon* no sistema internacional, de modo semelhante ao que a Segunda Guerra Mundial

---

36 O termo desenvolvimento aqui é abordado de forma crítica, uma vez que reflete um caminho civilizatório que ignora outras formas de vida e visões de mundo mais adaptadas ao planeta, como a de diversos povos tradicionais.

37 O *White Paper* produzido pelo Gabinete de Informação do Conselho de Estado da República Popular da China, em dezembro de 2016, intitulado "*The Right to Development: China's Philosophy, Practice and Contribution*" traz uma boa síntese deste argumento.

representou para o processo de conquista do poder hegemônico pelos EUA.

O mais provável para os próximos anos é o cenário de "caos sistêmico", definido por Arrighi e Silver (1999) na Teoria do Sistema-Mundo, caracterizado pelo dissolvimento das estruturas de poder em torno da hegemonia decadente - que já não consegue apresentar seu interesse particular como universal - diante da emergência do novo paradigma político e econômico.

Nesse contexto, o conflito entre EUA e China deve se radicalizar, com a proposição, pela última, de estruturas novas e concorrentes que precipitam as anteriores ao colapso. O projeto de desenvolvimento e integração sinocêntrico denominado "Nova Rota da Seda" (*Belt and Road Initiative - BRI*) e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (*Asian Infrastructure Investiment Bank* - AIIB), alternativo ao Banco Mundial, antecipam a natureza dessa disputa.

Em termos marginais à regulação geral do sistema, algumas instituições podem, sim, mudar. Por exemplo, o paradigma fiscalista, que escondia recursos urgentes para políticas públicas sob a justificativa de um supostamente necessário equilíbrio fiscal, pode ruir parcialmente. *"There Is No Alternative"*[38] – TINA, slogan político de Tatcher para significar que não há alterativas às regras ditadas pelo capitalismo neoliberal, argumento semelhante ao que muitos governos utilizam para justificar o contingenciamento de tudo que não seja o pagamento de juros da dívida, mostrou ser o que sempre foi: um argumento político, não uma fatalidade econômica ou uma inexorabilidade jurídica.

Mas, mesmo neste último caso, tudo dependerá de uma eventual mudança na atual correlação de forças. Em uma economia altamente financeirizada e mais dependente das "regras do jogo" do que dos ganhos de produção da economia real, o cenário é pouco favorável até a alterações marginais que tenham o condão de

---

38 Em tradução livre: "Não há alternativa."

contrariar os interesses dos grandes investidores e conglomerados econômicos. Mais ainda quando o país é comandado por um governo de ideologia marcadamente ultraliberal.

Magicamente, os 40 bilhões de contingenciamento ”inevitável” para o primeiro semestre no Brasil deixaram de existir. Magicamente, surgiram 600 a 1200 reais para garantia mínima de sobrevivência das famílias. Magicamente, surgiram recursos para a compra de dezenas de milhares de respiradores e para a criação de leitos de UTI e novos hospitais. Magicamente descobriu-se o óbvio: esses recursos sempre existiram, mas não eram utilizados graças a decisões políticas, cujas motivações são bastante duvidosas, para sermos generosos. Justificativas, não ciência, não “técnica”, não algo que deva ser situado fora do contexto democrático, como muitas vezes se faz.

Por outro lado, o povo é saqueado com a aprovação de leis e pacotes de resgate escandalosos que favorecem banqueiros, como a “PEC do Orçamento de Guerra”, PEC 10/2020, que autoriza a compra de títulos podres dos bancos privados pelo Banco Central, convertendo-os em dívida pública. Colocadas lado a lado, as “ajudas” têm dimensões incomparáveis. Mais uma vez, utiliza-se a crise para validar decisões com consequências permanentes de favorecimento dos super-ricos, em prejuízo das massas de trabalhadores endividadas e precarizadas.

O suporte teórico de acadêmicos e *think thanks* muito bem pagos que contribui para conferir um lastro de legitimidade ao atual sistema também deve sofrer duro golpe.

Os preços negativos do petróleo atingidos em 20.04 – menos 40 dólares o barril, no caso do *West Texas Intermediate* (WTI) - um dia antes do vencimento de seus contratos, escancaram o fato de que a racionalidade econômica dos agentes do mercado, em especial do financeiro, não é muito funcional diante de cenários de incerteza.

Some-se a esse contexto a falência generalizada de empresas que deve se seguir, em especial das acostumadas a operar com capital de giro reduzido, das que abusaram (mais uma vez) na distribuição de lucros a acionistas e de bônus a CEOs, e das que integram setores ligados ao turismo, como o aéreo e o hoteleiro. Essas, exceto quando vinculadas ao Estado ou quando deste receberem generosos auxílios, tenderão a sucumbir.

O sistema de saúde caríssimo e altamente privatizado dos EUA certamente jogou um papel central para transformar o país hoje no maior epicentro da pandemia. Uma doutrina que dispute a nova ortodoxia possuirá material farto para demonstrar que o Estado é mais necessário do que muitas teorias econômicas *mainstream* advogam.

Citando outro famoso enunciado de Tatcher "*There is no such thing as society. There are individual men and women and there are families*"[39], a disseminação da Covid-19 transversalmente a raças, nacionalidades e classes sociais mostrou à humanidade que ela está mais conectada do que pensava, ou, ao menos, do que a ideologia neoliberal ultraindividualista pretendia nos fazer pensar. Os super-ricos não estão tão protegidos quanto eles próprios imaginavam. Ao menos, esse legado positivo o coronavírus terá.

Conclusão

O sistema atual não é bom o suficiente, ao menos para uma larga parcela da população. A clivagem profunda existente em diversas das sociedades atuais reflete-se em um descontentamento com a ordem estabelecida que atinge patamares desafiadores. Não é por acaso que o populismo e seu caráter iconoclasta grassam no

---

39 Em tradução livre: "Não existe tal coisa como a sociedade. Há indivíduos homens e mulheres e há famílias.".

cenário atual. No Brasil, a combinação entre populismo e o caos temporário causado pela pandemia abre espaço para a tentativa de uma ruptura democrática que, no entanto, não representará a nova ordem que as massas de trabalhadores insatisfeitos esperam. Uma nova ordem que rompa com o capitalismo ou mesmo uma nova onda de Estados de Bem-Estar Social só será possível com a consolidação de um contramodelo em nível mundial, o que pode acontecer, futuramente, a partir da China. A mitigação do paradigma fiscalista, a fragilização do suporte teórico ao ultraliberalismo e a percepção de que os seres humanos estão mais conectados do que imaginavam podem ser legados positivos da crise do novo Coronavírus para as classes populares.

Referências

ARRIGHI, G. & SILVER, B. J. Beverly (1999). *Chaos and governance in the modern world system*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

CHANG, H. (2002). *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*. Londres: Anthem Press.

CHUN, L. (2009). 'China and the World'. *Science & Society*, Vol. 73, No. 2, pp. 235–241.

Gabinete de Informação do Conselho de Estado da República Popular da China (2016). *The Right to Development: China's Philosophy, Practice and Contribution*. Disponível em http://www.scio.gov.cn/32618/Document/1534069/1534069.htm. Acesso em 20.04.2020.

GONG, X., & CORTESE, C. (2017). *A socialist market economy with Chinese characteristics: The accounting annual report of China Mobile*. Accounting Forum, 41(3), 206–220. doi:10.1016/j.accfor.2017.04.002

HAWKINS, K. A. et al. (eds) (2018) *The Ideational Approach to Populism: Concept, Theory, and Analysis*. Abingdon: Routledge.

JIANG, Z. M. (2006). *Selected works of Jiang Zemin*, Vol. I. Pequim: People's Publishing house.

LACLAU, E. (2005). *On Populist Reason*. Nova York e Londres: Verso.

MOUFFE, Chantal (2019). *For a left populism*, London/New York: Verso.

MUDDE, C. (2007) *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.

_________. (2009) 'Populist Radical Right Parties in Europe Redux', *Political Studies Review*, 7 (3), 330–337.

MUDDE, C. *et* KALTWASSER, C. (eds) (2012). *Populism in Europe and the Americas: Threat or Corrective to Democracy?* Cambridge: Cambridge University Press.

_________________________. (2013). 'Populism', in Freeden, M., Sargent, L. T., and Stears, M. (eds) *The Oxford Handbook of Political Ideologies*. Oxford: Oxford University Press, pp. 493–512.

PANIZZA, F. (2005) 'Introduction: Populism and the Mirror of Democracy', in F. Panizza (ed.), *Populism and the Mirror of Democracy.* London: Verso, pp. 1–31.

PELKMANS, J. (2018). 'China's Socialist Market Economy: A Systemic Trade Issue.' *Intereconomics*, 53(5), 268–273. doi:10.1007/s10272-018-0764-1

SMITH, A. (1997[1776]). *The Wealth of Nations - An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Chicago: University Of Chicago Press

STANLEY, B. (2008) 'The Thin Ideology of Populism', *Journal of Political Ideologies*, 13 (1), 95–110.

VÍRUS: TUDO O QUE É SÓLIDO DESMANCHA NO AR

Boaventura de Sousa Santos[40]

Existe um debate nas ciências sociais sobre se a verdade e a qualidade das instituições de uma dada sociedade se conhecem melhor em situações de normalidade, de funcionamento corrente, ou em situações excepcionais, de crise. Talvez os dois tipos de situação sejam igualmente indutores de conhecimento, mas certamente permitem-nos conhecer ou relevar coisas diferentes. Que potenciais conhecimentos decorrem da pandemia do coronavírus?

A normalidade da exceção. A atual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. Desde a década de 1980 – à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do setor financeiro – o mundo tem vivido em permanente estado de crise. Uma situação duplamente anômala. Por um lado, a ideia de crise permanente é um oximoro, já que, no sentido etimológico, a crise é por natureza excepcional e passageira e constitui a oportunidade para ser superada e dar origem a um melhor estado de coisas. Por outro lado, quando a crise é passageira, ela deve ser explicada pelos fatores que a provocam. Mas quando se torna permanente, a crise transforma-se

---

40 Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Distinguished Legal Scholar da Universidade de Wisconsin-Madison. Director Emérito doCentro de Estudos Sociaisda Universidade de Coimbra e Coordenador Científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa.

na causa que explica tudo o resto. Por exemplo, a crise financeira permanente é utilizada para explicar os cortes nas políticas sociais (saúde, educação, previdência social) ou a degradação dos salários. E assim impede que se pergunte pelas verdadeiras causas da crise. O objetivo da crise permanente é não ser resolvida. Mas qual é o objetivo deste objetivo? Basicamente, são dois os objetivos: legitimar a escandalosa concentração de riqueza e impedir que se tomem medidas eficazes para impedir a iminente catástrofe ecológica. Assim temos vivido nos últimos quarenta anos. Por isso, a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita. Daí a sua específica periculosidade. Em muitos países, os serviços públicos de saúde estavam há dez ou vinte anos mais bem preparados para enfrentar a pandemia do que estão hoje.

A elasticidade do social. Em cada época histórica, os modos dominantes de viver (trabalho, consumo, lazer, convivência) e de antecipar ou adiar a morte são relativamente rígidos e parecem decorrer de regras escritas na pedra da natureza humana. É verdade que eles se vão alterando paulatinamente, mas as mudanças passam quase sempre despercebidas. A irrupção de uma pandemia não se compagina com tal tipo de mudanças. Exige mudanças drásticas. E, de repente, elas tornam-se possíveis como se sempre o tivessem sido. Torna-se possível ficar em casa e voltar a ter tempo para ler um livro e passar mais tempo com os filhos, consumir menos, dispensar o vício de passar o tempo nos centros comerciais, olhando para o que está à venda e esquecendo tudo o que se quer mas só se pode obter por outros meios que não a compra. A ideia conservadora de que não há alternativa ao modo de vida imposto pelo hipercapitalismo em que vivemos cai por terra. Mostra-se que só não há alternativas porque o sistema político democrático foi levado a deixar de discutir as alternativas. Como foram expulsas do sistema político, as alternativas irão entrar cada vez mais frequentemente na vida dos cidadãos pela

porta dos fundos das crises pandêmicas, dos desastres ambientais e dos colapsos financeiros. Ou seja, as alternativas voltarão da pior maneira possível.

A fragilidade do humano. A rigidez aparente das soluções sociais cria nas classes que tiram mais proveito delas um estranho sentimento de segurança. É certo que sobra sempre alguma insegurança, mas há meios e recursos para os minimizar, sejam eles os cuidados médicos, as apólices de seguro, os serviços de empresas de segurança, a terapia psicológica, as academias de ginástica. Este sentimento de segurança combina-se com o de arrogância e até de condenação para com todos aqueles que se sentem vitimizados pelas mesmas soluções sociais. O surto viral interrompe este senso comum e evapora a segurança de um dia para o outro. Sabemos que a pandemia não é cega e tem alvos privilegiados, mas mesmo assim cria-se com ela uma consciência de comunhão planetária, de algum modo democrática. A etimologia do termo pandemia diz isso mesmo: todo o povo. A tragédia é que neste caso a melhor maneira de sermos solidários uns com os outros é isolarmo-nos uns dos outros e nem sequer nos tocarmos. É uma estranha comunhão de destinos. Não serão possíveis outras?

Os fins não justificam os meios. O abrandamento da atividade econômica, sobretudo no maior e mais dinâmico país do mundo, tem óbvias consequências negativas. Mas tem, por outro lado, algumas consequências positivas. Por exemplo, a diminuição da poluição atmosférica. Um especialista da qualidade do ar da agência especial dos EUA (NASA) afirmou que nunca se tinha visto uma quebra tão dramática da poluição numa área tão vasta. Quererá isto dizer que no início do século XXI a única maneira de evitar a cada vez mais iminente catástrofe ecológica é por via da destruição massiva de vida humana? Teremos perdido a imaginação preventiva e a capacidade política para a pôr em prática?

É também conhecido que, para controlar eficazmente a pandemia, a China acionou métodos de repressão e de vigilância

particularmente rigorosos. É cada vez mais evidente que as medidas foram eficazes. Acontece que a China, por muitos méritos que tenha, não tem o de ser um país democrático. É muito questionável que tais medidas pudessem ser acionadas ou acionadas com igual eficácia num país democrático. Quer isto dizer que a democracia carece de capacidade política para responder a emergências? Pelo contrário, The Economistmostrava no início deste ano que as epidemias tendem a ser menos letais em países democráticos devido à livre circulação de informação. Mas como as democracias estão cada vez mais vulneráveis àsfake news,teremos de imaginar soluções democráticas assentes na democracia participativa ao nível dos bairros e das comunidades e na educação cívica orientada para a solidariedade e cooperação, e não para o empreendedorismo e competitividade a todo custo.

A guerra de que é feita a paz.O modo como foi inicialmente construída a narrativa da pandemia nas mídias ocidentais tornou evidente a vontade de demonizar a China. As más condições higiênicas nos mercados chineses e os estranhos hábitos alimentares dos chineses (primitivismo insinuado) estariam na origem do mal. Subliminarmente, o público mundial era alertado para o perigo de a China, hoje a segunda economia do mundo, vir a dominar o mundo. Se a China era incapaz de prevenir tamanho dano para a saúde mundial e, além disso, incapaz de o superar eficazmente, como confiar na tecnologia do futuro proposta pela China? Mas terá o vírus nascido na China? A verdade é que, segundo a Organização Mundial de Saúde, a origem do vírus ainda não está determinada. É, por isso, irresponsável que os meios oficiais do EUA falem do "vírus estrangeiro" ou mesmo do "coronavírus chinês", tanto mais que só em países com bons sistemas públicos de saúde (os EUA não são um deles) é possível fazer testes gratuitos e determinar com exatidão os tipos de influenza ocorridos nos últimos meses. Do que sabemos com certeza é que, muito para além do coronavírus, há uma guerra comercial entre a China

e os EUA, uma guerra sem quartel que, como tudo leva a crer, terá de terminar com um vencedor e um vencido. Do ponto de vista dos EUA, é urgente neutralizar a liderança da China em quatro áreas: a fabricação de celulares, as telecomunicações da quinta geração (a inteligência artificial), os automóveis elétricos e as energias renováveis.

A sociologia das ausências. Uma pandemia desta dimensão causa justificadamente comoção mundial. Apesar de se justificar a dramatização é bom ter sempre presente as sombras que a visibilidade vai criando. Por exemplo, os Médicos Sem Fronteiras alertam para a extrema vulnerabilidade ao vírus por parte dos muitos milhares de refugiados e imigrantes detidos nos campos de internamento na Grécia. Num desses campos (campo de Moria) há uma torneira de água para 1300 pessoas e falta sabão. Os internados não podem viver senão colados uns aos outros. Famílias de cinco ou seis pessoas dormem num espaço com menos de três metros quadrados. Isto também é Europa – a Europa invisível.

NADA MAIS SERÁ COMO ANTES

Ciro Gomes[41]

Vivemos hoje o impacto da maior crise sanitária desde a gripe espanhola, que se transformou, no Brasil, que já vinha sob o jugo de uma longa estagnação, na maior crise econômica de nossa história. No momento em que entrego esse texto para consideração dos organizadores desse livro, ainda é cedo para estimar como vamos sair desse drama político, econômico e principalmente sanitário. Mas, como quer que saiamos, acredito que o Brasil e o mundo nunca mais serão os mesmos.

Essa pandemia materializou alguns dos piores temores que tenho abordado ao longo de minha militância nos últimos cinco anos. Neste texto, quero levar principalmente quatro conjuntos de considerações para vocês sobre a crise mundial e brasileira do COVID-19. Primeiro, as medidas sanitárias que devem ser tomadas, de acordo com os especialistas, para diminuir o número de mortes, mas o que é minha seara, que medidas econômicas e administrativas tem que ser adotadas em conjunto para viabilizar as sanitárias. Segundo, a evidenciação pela crise do que tenho defendido há anos: a necessidade de termos um complexo industrial de saúde forte e soberano. Terceiro, a impotência do neoliberalismo diante de um quadro pandêmico. Quarto, a possibilidade de que essa crise gere uma mudança de hábitos e tomada de consciência

41 Advogado. Professor de Direito Constitucional. Foi Prefeito de Fortaleza, Governador do Ceará, Deputado Federal e Ministro de Estado da Fazenda e da Integração Nacional. Candidato a Presidente da República em 1998, 2002 e 2018.

de uma parte maior da humanidade sobre a loucura do rumo que estamos tomando.

O que fazer agora?

Neste momento, é terrivelmente falso afirmar que "primeiro a gente cuida da vida das pessoas, depois da economia", pois se a economia se desintegrar, a saúde e a vida das pessoas se desintegrarão juntos. Também é terrivelmente falso, e perverso, afirmar que a gente "tem que cuidar da economia primeiro senão vai ser pior para a vida dos pobres" porque se a saúde pública se desintegrar, a economia desintegra junto.

As medidas necessárias a serem tomadas são simultâneas no campo da saúde pública e da economia. Não só para salvar a maior quantidade de vidas humanas, como para garantir a menor desorganização de nossa economia.

A única opção moralmente responsável nesse cenário de incerteza é nos basearmos no melhor que a ciência tem a oferecer para tomar nossas decisões. E segundo ela, precisamos radicalizar a quarentena e o isolamento social, com testes maciços.

Este livro terá especialistas muito mais gabaritados do que eu para abordar em detalhes esse problema. Mas não é difícil entender que com um vírus que tem uma taxa de letalidade alta e uma transmissibilidade idem, o isolamento social de todos aqueles que não estão diretamente envolvidos na manutenção de atividades essenciais cumpre o objetivo de distribuir ao longo do tempo o contágio com o vírus e ganhar tempo para preparar os hospitais, testar medicamentos paliativos e diminuir a quantidade de doentes na rede de saúde.

A tragédia em Milão e em Nova York nos ensina bem o que acontece quando isso não é feito.

Só que para garantir o isolamento da maioria da população é preciso garantir sua sobrevivência, e isso só pode ser feito com poderosos pacotes fiscais para financiar a renda das pessoas e das empresas, salvando nossa economia.

A rapidez de todas essas medidas é vital.

Mesmo o ministério da Saúde tem gerido terrivelmente a crise até o momento. Ainda sob o comando do Ex-ministro da Saúde Henrique Mandetta, passou dois meses sem efetuar qualquer controle de entrada no país de cidadãos vindos da Itália e Espanha, assim como impediu o início do isolamento em Brasília quando surgiram os primeiros casos de transmissão comunitária na cidade. Com dois meses de dianteira para preparar o país para a falta de UTIs e respiradores, nada fez. Ainda hoje, o Brasil é o último colocado no mundo em testes por população, que é o que nos poderia dar não só a exata dimensão da extensão da doença como o caminho para uma flexibilização futura segura do confinamento.

Não podemos deixar de reconhecer, no entanto, que a maior responsabilidade por essa irresponsabilidade assassina com o povo brasileiro foi da personagem inqualificável que se encontra agora no mais alto cargo executivo brasileiro, um genocida que aposta no caos econômico e social por inconfessáveis interesses políticos.

O resultado dessa crise que tem alta possiblidade de previsibilidade seguindo os ditames da ciência e o valor da vida em primeiro lugar, se torna, na ausência disso, imprevisível.

As lideranças políticas brasileiras, que hoje se articulam ao redor do Congresso Nacional e dos governadores, assumiram a frente da resolução desses graves problemas. É a política, principalmente, que deverá proteger o país na crise, e implementar as profundas transformações que o Brasil precisará para sair dela.

Nesse momento, não resta opção, o Estado brasileiro terá que aumentar seu endividamento, e é isso o que estão fazendo todas as economias desenvolvidas do mundo.

O consenso em torno dessas pesadas políticas fiscais anticíclicas se formou rapidamente entre todos os economistas, mesmo conservadores. É o esforço que está sendo feito e liderado no mundo todo pelos governos centrais. Menos no Brasil.

O dinheiro a ser liberado pelo governo para os cidadãos que ficaram sem fonte de renda tem que ser carimbado, em cartão especial da Caixa, só podendo ser gasto em empresas e estabelecimentos que aderirem a um termo de compromisso de não demitir durante o período. E o depósito compulsório só poderia ser liberado para bancos que se comprometam a não cobrar juros durante o período e a emprestar para as empresas que necessitam.

Há, no momento em que escrevo, R$1,35 TRILHÃO no caixa único do tesouro nacional e mais de 300 bilhões de dólares em nossas reservas. Parte disto está já liberado (o suficiente para três meses da renda mínima, pelo menos equivalente a R$ 100 bilhões). A outra parte está vinculada a fundos, exigibilidades financeiras, regra de ouro, teto de gastos, enfim, travas institucionais perfeitamente removíveis por ação legislativa do Congresso Nacional ou liminares judiciais praticáveis ante o estado de calamidade pública já declarado.

A conta desse aumento de endividamento, no entanto, vai chegar. E no momento em que ela chegar no segundo país mais desigual do mundo, o nosso conflito distributivo se tornará mais evidente e feroz.

O equilíbrio futuro de nossas contas pode ser facilmente alcançado cobrando daqueles que sempre foram privilegiados na sociedade semi-escravagista brasileira. Num país onde seis pessoas detém a mesma riqueza que a metade mais pobre da população, chegou a hora de pagarem a conta.

Deveríamos adotar o imposto progressivo sobre grandes fortunas (que consta em nossa Constituição e nunca foi regulamentado), mesmo que, provisoriamente, cobrando algo entre 0,5% sobre patrimônios superiores a R$22 milhões de reais, aumentar o imposto

sobre heranças em caráter emergencial e o imposto de renda progressivo sobre lucros e dividendos empresariais, que juntos, arrecadariam, em um ano, ao redor de R$ 200 bilhões.

Temos que rever todas as renúncias fiscais hoje existentes no valor de R$320 bilhões por ano, além de promover um corte de saída de 20% nelas.

Essas medidas ajudariam a manter nossa dívida sob controle.

Porque o equilíbrio fiscal não é uma vaca sagrada, mas ele é desejável, uma vez que dinheiro nós podemos criar do nada, mas riqueza real não. E um país que mantém saúde fiscal é um país que controla a distribuição da riqueza real produzida.

Sem um pacote gigante para os cidadãos e as empresas sobreviverem a essa situação inédita, assistiremos a uma destruição sem precedentes da já debilitada economia brasileira.

Infelizmente é para onde caminha o Brasil hoje sob a falta de comando de Guedes e Bolsonaro.

Haverá o tempo de cobrarmos as responsabilidades pelo que virá.

Mas no momento em que escrevo estas palavras essa ocasião ainda não chegou.

Ainda é tempo de pressionar para que nos unamos na defesa das vidas de nosso povo e da sobrevivência de nossas empresas.

A necessidade de um complexo industrial da saúde

A tragédia que se abateu sobre nós tornou mais evidente a necessidade soberana de termos um complexo industrial da saúde forte. Hoje estamos sofrendo não somente com a falta de determinados bens primários de saúde, mas com a própria incapacidade de produzi-los rapidamente. De máscaras a respiradores, de roupas seguras a reagentes químicos, tudo falta neste país e o governo genocida ainda fabrica uma crise diplomática com a única nação que poderia fornecê-los neste momento para nós.

No Brasil todo ano a União importa desde produtos de tecnologia rudimentar, como camas de hospital, próteses, muletas, cadeiras de rodas, até produtos sofisticados, como aparelhos de ressonância magnética e de tomografia computadorizada. Segundo estimativa de Carlos Gadelha, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), cerca de 80% dos medicamentos que importamos e dos componentes químicos usados para produzi-los no Brasil se encontram com a patente vencida. Apenas a prostração ideológica pode justificar que essa área, que gera um déficit perene de cerca de US$6 bilhões só na conta de medicamentos (sem considerar outros produtos químicos e aparelhos hospitalares) e um custo adicional crescente no nosso sistema público de saúde, não tenha até agora sido objeto de um grande esforço governamental de desenvolvimento industrial nacional.

O problema das patentes de medicamentos se tornou gravíssimo no país. O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), órgão público brasileiro responsável pela concessão de patentes, tem hoje cerca de 184 mil pedidos de patentes depositadas e não examinadas em função de sua carência crônica de servidores. Essa economia de milhões de reais em pessoal que deixa de ser contratado gera um prejuízo anual de bilhões de reais ao Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2015, o Ministério da Saúde gastou R$14,8 bilhões com medicamentos, 13,7% do seu orçamento total, o que representou um crescimento de gastos nessa conta de 74% em relação a 2008.

Esse é o principal componente do problema dos preços de medicamentos no país, e agora, da falta deles. O Brasil hoje está em último lugar no ranking de testes de covid-19 por habitante. Em grande parte, porque não produz os reagentes necessários para fabricá-los. Agora não é só mais o problema do custo de importação da química fina usada na fabricação deles, mas o fato de que todos que a podem exportar não podem dispor dela no momento.

Muitos, quando consideram este cenário dramático do complexo industrial de saúde brasileiro, perdem de vista que estamos falando da vida e da saúde de milhões de mães e pais de família,

avós, filhas e irmãos de brasileiras e brasileiros. Não importa o que as restrições de financiamento nos imponham: temos obrigação moral de melhorar esse cenário.

O colapso do Neoliberalismo

Quando fomos atingidos pela pandemia, o neoliberalismo já havia deixado o mundo agônico. Com o ocidente estagnado desde 2008, suas nações já davam sinais de esgotamento do discurso único de corte em programas sociais, privatizações, desregulamentações e vantagens fiscais para as empresas.

No Brasil, o neoliberalismo, acentuado desde o fim do Governo Dilma, tinha deixado a economia em coma. Desde o governo Temer, já são quatro anos de políticas como teto de gastos, reforma trabalhista, reforma da previdência, privatizações e a economia do nosso país não reage.

É essa economia em coma, desindustrializada, que não produz mais sequer respiradores para sua população, que hoje é atingida por essa enorme tragédia.

Não estamos vivendo numa economia de guerra, numa guerra mobilizamos toda a economia para um esforço brutal de aumento de produção. Neste momento estamos vendo uma desmobilização inédita de nossa capacidade de produção.

De repente, vemos o que é o mercado deixado à própria lógica e como o Estado deve intervir necessariamente para garantir não só o melhor para o bem-estar da população, mas para a economia como um todo, ainda mais em momentos de crise que exigem coordenação central da sociedade.

Esse truísmo, que cairá concreta e tragicamente sobre nossas cabeças, deixará nu o rei neoliberal, seu consenso será desafiado e anos de discurso único serão desmentidos pelos fatos.

O neoliberalismo nos trouxe até aqui. Ele não nos tirará daqui.

E como podemos ver agora, de repente o mundo inteiro recorre, novamente, ao keynesianismo. A Europa pede um novo Plano Marshall. Os EUA pedem um novo New Deal. É claro que nós, no Brasil, temos que pedir um novo plano de recuperação como o de Vargas, em 30.

O que essa crise deixa claro é que o Estado terá que liderar os esforços de empresas e indivíduos para que a sociedade não colapse. Isso é verdade tanto no enfrentamento inicial da pandemia, quando no enfrentamento à crise que se seguirá a ela.

Uma oportunidade para a mudança

Queria, nos entanto, deixar aqui uma mensagem de esperança nesses dias tão doídos para a humanidade.

Muito me marcaram as palavras do Papa Francisco para uma Praça de São Pedro deserta: “Na nossa avidez de lucro, deixamo-nos absorver pelas coisas e transtornar pela pressa. Não nos detivemos perante os teus apelos, não despertamos face a guerras e injustiças planetárias, não ouvimos o grito dos pobres e do nosso planeta gravemente enfermo. Avançamos, destemidos, pensando que continuaríamos sempre saudáveis num mundo doente.”

A longo prazo, minha esperança é que essa pandemia ajude a maioria da humanidade a descobrir que já estávamos vivendo numa grande tragédia mais profunda: a da cultura do consumismo irracional misturada com o neoliberalismo criador da super desigualdade.

Talvez, isolados em casa, obrigados a viver com muito menos consumo mas muito mais tempo para a família, menos deslocamentos, o mundo aprenda não só que muito do que se faz hoje nos trabalhos pode ser feito de dentro de casa, mas principalmente, que o excesso de bens materiais não está nos tirando só dinheiro, mas, como diz Pepe Mujica, o tempo para mantê-los.

Nas últimas décadas, transitamos de um padrão de busca da felicidade no ambiente subjetivo, espiritual, como a busca da justiça

social ou da fruição artística, para a busca da felicidade cada vez mais concentrada no ambiente do consumo.

Minha geração foi uma geração de insurgentes, que buscava a felicidade em bens espirituais, no domínio dos valores. No valor do sagrado também, mas igualmente no valor do prazer, do belo, da justiça, da compaixão. Acreditávamos que nossa felicidade seria encontrada na paixão, no romance, no amor, na música, queríamos o contato com transcendente ou o saber, queríamos a revolução e um mundo melhor.

As novas gerações cresceram sob stress imenso do excesso de informações que vem pelas redes sociais, mídias e cinema, impregnadas de estímulos de consumo e propaganda de coisas. São massacradas dia e noite com imagens e símbolos que buscam seduzi-las para abandonar o mundo dos valores, em busca do mundo das coisas. Nossas crianças e jovens são empurrados para entrar numa espiral de consumo para a qual não tem recursos, vão se tornando infelizes e desenvolvendo a crença de que são fracassados.

Na minha opinião, a raiz mais profunda da violência em nossa sociedade é o contraste entre a miséria e a opulência, vinculada às excitações das demandas de consumo. Mais ainda, às terríveis frustrações de se buscar a felicidade na posse de coisas, porque coisas não são fins, são meios para a felicidade. Sempre haverá novos padrões de consumo e produtos a acessar para tornar infeliz aquele que os deseja e não os possui.

Não podemos continuar excitando as demandas de consumo numa juventude indefesa, ao mesmo tempo que tiramos dela qualquer perspectiva de renda.

É neste rumo suicida, muitas vezes pior no segundo país mais desigual do mundo, que nossa civilização estava quando o Coronavírus nos atingiu.

Essa enorme tragédia nos dará, no entanto, a oportunidade de refletir sobre nosso futuro e forma de vida.

Conclusão

Há soluções para sair dessa crise, como houve solução para sair da crise de 29.

Para a crise do consumismo, o retorno da sociedade a uma cultura dos valores.

Para a crise sanitária inédita da pandemia, podemos olhar para os modelos bem-sucedidos no enfrentamento dela de coordenação estatal na China e na Alemanha.

Para a crise econômica, podemos olhar para o que nós mesmos fizemos em 29 e que tornou o Brasil o primeiro país do mundo a sair da crise com Vargas: desenvolvimentismo e políticas anticíclicas. Não é à toa que o Presidente norte-americano Franklin Roosevelt reconheceu no Brasil, em 1936, que fomos os inventores do New Deal.

Getúlio venceu a crise de 1929, nós podemos vencer a crise de 2020.

Mas para sairmos do buraco inédito onde estamos, nosso país terá que construir um novo diálogo e um novo consenso, que supere as feridas do golpe de 2016 e a radicalização e polarização ideológica que se acentua desde 2013.

Temos nessa terrível tragédia também uma oportunidade para redescobrirmos nossas potencialidades e natureza, nossa solidariedade, nosso senso de comunidade, nossa adaptabilidade, criatividade e resiliência a crises.

Só o diálogo e a ação conjugada dos cidadãos comuns com o Estado e a iniciativa privada podem superar tanto a pandemia quanto a longa crise econômica que hoje entra em seu mais dramático capítulo.

Que Deus nos abençoe e ilumine neste momento do qual, como disse o Papa Francisco, nos salvaremos unidos ou pereceremos divididos.

A ECONOMIA DO DESEJO E A COVID-19

Eduardo Moreira[42]

A lógica defendida pelo sistema capitalista é sedutora e, no papel, aparentemente inquestionável. O sistema deveria funcionar, pelo menos em tese, gerando e distribuindo riqueza entre todos seus participantes da maneira mais rápida e meritocrática possível. É tão bem estruturada e simples que, em poucas linhas, qualquer um pode entendê-la.

Funciona assim: o objetivo final de toda empresa e pessoa em suas atividades comerciais é o lucro. O lucro, por sua vez, é definido pela diferença entre o preço pago pelos insumos necessários para a confecção de um produto (ou elaboração de um serviço) e o preço pelo qual ele é oferecido e vendido no mercado. Já esse preço pelo qual o produto é vendido no mercado é função, principalmente, do quanto as pessoas estão dispostas a pagar por aquilo que o produto pode lhes oferecer. Na teoria econômica, chama-se isto de *utilidade marginal*. Ou seja, qual é a utilidade adicional que uma pessoa passa a ter ao adquirir aquilo que está sendo oferecido. Quanto maior esta utilidade, maior será sua disposição para trocar uma fatia mais gorda de sua riqueza pelo objeto. Em outras palavras, maior será o preço que aceitará pagar.

Ao estimular o lucro, o sistema fará com que as empresas foquem suas atividades nos produtos e serviços que oferecem

42 Engenheiro civil e educador financeiro.

maior utilidade para as pessoas e que, portanto, podem ser vendidos pelos maiores preços. Isso fará com que, ao concentrar seus esforços em atender a essa utilidade buscada pelos compradores, o mercado concentre também seus esforços em atividades que são úteis para a vida das pessoas (e em tese a melhoram). Ao oferecer um lucro cada vez maior para aqueles que se dedicam a oferecer, com a própria empresa, esses produtos e serviços, essas atividades irão atrair uma competição de novos interessados em participar desses grandes lucros. E é essa competição que fará com que a demanda pelos insumos, entre eles a mão de obra utilizada para confeccionar esses produtos, também cresça. Com uma maior demanda, o preço desses insumos crescerá, consumindo parte do lucro que antes ficava concentrado nos donos das empresas e o distribuindo para toda a cadeia. Esse "transbordamento" do lucro que inicialmente concentra-se no dono do capital, mas que depois, ao longo do tempo e através da competição pelas atividades de maior lucro, é distribuído por toda a cadeia, é o que a teoria econômica chama de *trickle-down economics*. E é através desse mecanismo que o capitalismo consegue ao mesmo tempo maximizar a utilidade oferecida com seus bens e serviços à sociedade e ao mesmo tempo distribuir riquezas de maneira justa e meritocrática (de acordo com os méritos de cada um ao longo do processo). É inegável que é uma bela e bem construída história.

O problema é que o resultado real parece ficar bem longe do que a teoria é capaz de prever. Pelo menos no que diz respeito ao lucro do sistema ser distribuído de maneira meritocrárica e ao mundo maximizar a "utilidade" das pessoas ao estabelecer o lucro como fio condutor da economia. E não é preciso grandes exercícios ou estudos para demonstrar este fracasso.

Cerca de metade dos quase 8 bilhões de habitantes do planeta vivem abaixo da linha da pobreza., definida atualmente como uma renda inferior a 5,50 dólares por dia. E o motivo não parece ser a falta de riqueza para ser distribuída, visto o crescimento exponencial da

capacidade de geração de riqueza da economia global ao longo das últimas décadas. De 1960 até os dias de hoje multiplicamos essa capacidade por quase 9 vezes, já descontada a inflação do período. Só que ela parece estar ficando represada em pequenos grupos dado que, claramente, não está chegando até todos.

Mas o que estaria errado na tese neoliberal, aparentemente tão lógica e matemática?

A resposta repousa num pequeno detalhe que ninguém jamais ousou questionar. Na tal "utilidade" que é maximizada pelo sistema. O que afinal seria "utilidade". Seria ela necessidade ou desejo? E de posse da pergunta correta fica fácil compreender sua resposta. O que o sistema capitalista promove é a maximização dos desejos e não das necessidades das pessoas. E o motivo é claro: um sistema que depende de buscar sempre mais lucro para seguir progredindo não pode se alicerçar em necessidades, dado a natureza finita destas. Ele precisa de que sempre haja a busca pelo "mais". Desejos tem natureza infinita, o que significa que jamais podem ser preenchidos, saciados. No máximo, temporariamente acalmados. São eles a essência do capitalismo.

Há, portanto, um problema. Em todo sistema de equações com mais de uma variável, podemos escolher somente uma para ser maximizada. Ao maximizar desejo, necessariamente não maximizamos necessidade. E é por isso que vivemos num mundo onde há recursos mais do que suficientes para satisfazer a necessidade de todos mas estes recursos são canalizados para atiçar desejos, e alimenta-los todos os dias. Um mundo de incompletude e escassez. De necessidades para os pobres e de desejos para os ricos.

A crise do coronavírus, de uma forma absolutamente inesperada, ensinou a todos a diferença entre um mundo que se baseia em desejos e um que se apoia na busca por atender as necessidades de seus habitantes. Da noite para o dia todos passaram a compreender a incapacidade de um mundo alicerçado nos desejos atravessar crises e momentos difíceis. A fragilidade do sistema tornou-se

visível, latente, nua e crua. De nada adiantavam iates, mansões, escritórios luxuosos e cofres cheios de jóias diante de um sistema de saúde débil e de milhões de pessoas vivendo em condições sanitárias péssimas. Afinal, a única maneira de proteger-se de verdade, perceberam, era ter todos protegidos, com suas necessidades atendidas. A doença de um significava o risco de todos. Ou, como sabiamente disse o Papa Francisco diante de uma Praça de São Pedro vazia numa cena que jamais será esquecida: "achamos que seríamos capazes de nos salvar sozinhos e não percebemos que ninguém se salva sozinho".

Um mundo que maximize a necessidade e não o desejo das pessoas é um mundo menos frágil, mais resiliente e, aprendemos, mais feliz. Se a lição histórica que o vírus que trancou mais da metade do mundo em casa, matou centenas de milhares de pessoas e destruiu, mesmo que temporariamente, a economia mundial servirá para desenharmos um futuro diferente ainda é cedo para dizer. Porque para isso precisaremos enfrentar um inimigo ainda mais forte do que o vírus. Nossos desejos.

CORONAVÍRUS E FASCISMO: PATOLOGIAS QUE DESAFIAM O BRASIL

Flávio Dino[43]

O Brasil se defronta com duas classes de patologias. Uma, no sentido estrito da palavra, se refere às síndromes derivadas do Coronavírus. A outra é de conotação política, reacendendo a chama do fascismo no Brasil.

Esse fascismo repaginado e reciclado é liderado por Jair Bolsonaro. Ele adota um comportamento político, que, na visão dele, é bem-sucedido. Um sentido egoísta do conceito de sucesso, que faz com que ele acredite que esse método extremista, atabalhoado e agressivo seja certo. Ele não entende outro código, outro dicionário, outra gramática.

Tomemos o dramático problema da pandemia Covid-19. Enquanto governadores e gestores sérios se empenham em uma política de distanciamento social, visando a amenizar a propagação do vírus e garantir o famoso "achatamento da curva" da pandemia, Bolsonaro introduz esse elemento exótico, um suposto "isolamento vertical", que não é praticado em nenhum lugar do mundo.

Alguns dizem: "os fortes vão trabalhar e os fracos ficam em casa". A premissa dessa ideologia, de inspiração eugenista, de corte

43 É Governador do Maranhão. Advogado e professor da UFMA. Foi juiz federal, deputado federal e presidente da Embratur.

nazista, seria a visão de que esses supostos fortes não teriam contato com os "fracos". Ora, como se faz isso na prática? O governo vai dar casas para as pessoas, para quem tem algum tipo de imunodeficiência ou para os idosos? É uma insensatez. É um descompromisso com a seriedade que deve inspirar o Presidente da República.

Na verdade, só há duas posições possíveis neste momento: adotar a prudência, em defesa de medidas preventivas, ou normalizar as mortes dos cidadãos, como o próprio Bolsonaro fez, ao afirmar, recentemente: "bom, haverá mortes, mas paciência... é assim mesmo", quando o que se impõe ao chefe de Estado é o dever de respeitar a memória das vítimas e as suas famílias.

Por outro lado, há uma deficiência de oferta de insumos de saúde, respiradores, de kits de testagem, que evidencia dificuldades administrativas causadas pela premissa política de indiferença quanto a tragédias. Isso ocorre, em grande parte, em razão da ausência de orientações corretas por parte do Presidente da República e da falta de um planejamento organizado, de modo a antever os cenários de dificuldades que estamos a passar.

O mesmo ocorre no terreno econômico. O negacionismo professado por Bolsonaro durante semanas fez com que o governo brasileiro tenha sido o último a anunciar medidas econômicas de apoio às famílias, após até das anunciadas por Donald Trump, nos Estados Unidos. Todos os países estão concretizando-as e ainda estamos em um ritmo muito lento para dar uma assistência real à população mais vulnerável aos efeitos da crise, mesmo que o Congresso Nacional tenha aprovado com celeridade a Lei da Renda Básica.

Em relação ao Pacto Federativo, a má vontade e o boicote político são evidentes. O presidente convidou governadores para reuniões regionais e todos compareceram, numa prova de cortesia e de colaboração para buscar soluções aos problemas nacionais. No dia seguinte, contudo, Bolsonaro desfez tudo que havia proposto no que se refere ao clima de entendimento e de diálogo. Isso tem consequências. Ele aponta diretrizes ao seu núcleo mais fiel, que

se materializam em ações nas redes sociais e também de facções nas ruas, tentando gerar um clima de intimidação. Por vezes, essas manifestações acabam até em violência física contra vozes dissonantes, como vimos nos protestos do último dia 19 de abril, em que apoiadores do presidente da República foram às ruas pedir intervenção militar e fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF). Uma situação estapafúrdia, em que o protesto, que se apoia no direito à livre manifestação, pede justamente o fim deste mesmo direito.

Bolsonaro insiste em dizer que os governadores estão preocupados apenas "com a vida", como se isso fosse um "apenas". Qualquer pessoa deve primar pelo bem mais sagrado, a vida, porque ela é a óbvia premissa para o exercício de todos os demais direitos. Ele tenta criar uma antinomia entre a posição dos governadores e a suposta posição dele, "preocupado" com empresas e empregos. É claro que todos os governadores querem a normalização das atividades econômicas. Mas não a qualquer preço.

A luta é no terreno da prevenção, porque a realidade é muito difícil. Nas regiões historicamente mais empobrecidas, em face das desigualdades sociais e regionais, como é o caso do Maranhão, o desafio é ainda maior. Há permanentes assimetrias entre o desafio e os meios. E este é um desafio gigantesco, que demanda a mobilização do que há em talento, disponibilidade financeira e recursos humanos.

Não se pode perder de vista que a política econômica já vinha numa direção errada desde antes do Coronavírus: recessão, descontrole cambial, dificuldade de retomada do crescimento, desemprego e descaso com políticas públicas. Mas temos que cuidar de uma patologia de cada vez. Agora, nosso foco é derrotar o Coronavírus. No momento seguinte, temos que tratar de uma saída institucional, porque é rigorosamente impossível que um país seja governado com o método que Bolsonaro pratica, com suas atitudes e com o conteúdo de suas políticas. Bolsonaro se alimenta de falas polêmicas. Precisa de confusão, violência, ódios, polarizações, porque não

sabe gerir a máquina pública. Sem a confusão, evidencia-se a sua brutal carência administrativa.

No enfrentamento da patologia política, o impeachment é uma possibilidade. O material para propositura de uma demanda por crime de responsabilidade é bastante farto, lamentavelmente. Diariamente, são praticados atos por parte do presidente da República que se amoldam às figuras de Crime de Responsabilidade descritas tanto na Constituição quanto na Lei 1.079/1950. Desde a quebra cotidiana de decoro, que se espera de um chefe de Estado, até a tentativa de coagir outros Poderes do Estado e coagir os entes da Federação, mediante ameaças. É preciso tratar disso juridicamente.

É difícil imaginar que Bolsonaro vá mudar sua conduta. Se diante de mortes; de milhões de pessoas aterrorizadas; de profissionais de saúde em risco; de um colapso sanitário e econômico, ele não muda, o que o fará ter bom senso? "Não sou coveiro", avisou Bolsonaro ao ser questionado sobre a quantidade de mortes no país por Covid-19. Não adiantarão chamados ao bom senso de quem não acredita em bom senso. Há um limite do que pode ser suportado. Esse estresse institucional e social a que o Brasil está submetido é tendencialmente insuportável.

Temos que trabalhar incessantemente nisto que denomino frente ampla, que alguns confundem erroneamente com alianças eleitorais. Frentes amplas têm sido exemplarmente feitas pelos parlamentares do campo nacional-popular, assegurando vitórias como a Lei da Renda Básica (Lei Suplicy) e conduzindo resistências vitais à redução de danos, como a rejeição da ampliação do conceito de legítima defesa no âmbito do "Pacote Anticrime" enviado pelo Governo Federal.

O próprio empresariado brasileiro, em seus setores mais lúcidos, já viu que essa política externa desastrada, que envergonha as tradições da Casa de Rio Branco, conspira contra os interesses econômicos do Brasil. Veja-se o desastre diplomático da confusão com a China: o risco que isso representa às exportações brasileiras e até ao

gerenciamento da nossa crise sanitária, uma vez que o país asiático é grande fornecedor de insumos de saúde.

Não se sabe quem vai governar depois de Bolsonaro, mas não se pode assistir à destruição do Brasil. O povo, soberanamente, escolherá o melhor caminho, certamente afastando esses projetos autoritários. O fascismo já mostrou suficientemente as suas faces: violência; destruição institucional; racismo; desprezo com o meio ambiente; aversão à cultura e à ciência; necropolítica. O Brasil, além de combater o Coronavírus, tem que se livrar de tais males. Com esperança e fé, o partido de Tiradentes tem que vencer silvérios e bolsonaros.

São Luís, 21 de abril de 2020.

DE BRETTON WOODS A WUHAN E ALÉM

Hugo Cavalcanti Melo Filho[44]

Em editorial de 3 de abril de 2020, intitulado *Coronavírus: Vírus revela a fragilidade do contrato social*, o Financial Times, advertindo para a necessidade de reformas radicais para forjar uma sociedade que funcione para todos, vaticinou: "Em 1944, a conferência de Bretton Woods forjou a arquitetura financeira do pós-guerra. Esse mesmo tipo de previsão é necessário hoje. Além da guerra da saúde pública, verdadeiros líderes se mobilizarão agora para conquistar a paz"[45].

Como anotam Hardt e Negri[46], a administração capitalista do desenvolvimento econômico mundial pós-guerra foi definida, quanto à forma e ao conteúdo, na conferência de Bretton Woods, em New Hampshire, em 1944. O sistema definido baseava-se em três elementos centrais: a hegemonia econômica dos Estados Unidos sobre todos os países não socialistas, garantida pela escolha de um modelo de desenvolvimento liberal, a partir de uma relativa

44 Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Ciência Política. Membro da Secretaria de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia. Diretor de Vínculo Internacionais da Associação Latino-americana de Juízes do Trabalho. Juiz do Trabalho em Pernambuco.

45 *Virus lays bare the frailty of the social contract*. Disponível em https://www.ft.com/content/7eff769a-74dd-11ea-95fe-fcd274e920ca.

46 HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. Imperio. Record: Rio de Janeiro, 2001, pp. 285-310.

liberdade de comércio e pela manutenção do ouro como garantia do poder do dólar; depois, a exigência de acordo de estabilização monetária entre os Estados Unidos e os outros países capitalistas dominantes, especialmente os da Europa, o que permitiu que a reforma nos países capitalistas europeus fosse financiada pelo sistema monetário do dólar; em terceiro lugar, o estabelecimento de uma relação "quase imperialista" dos Estados Unidos com todos os países subordinados não socialistas, que gerou "superlucros" para os primeiros, os quais puderam garantir a estabilização e a reforma da Europa e do Japão, no período que se seguiu.

Assim, a partir de 1944 se inicia um ciclo econômico de larga escala, período de continuidade histórica do desenvolvimento capitalista monopolista, agora capitalismo transnacional. A primeira fase desse ciclo é marcada por um crescimento inusitado da sociedade capitalista e por grandes acontecimentos: internacionalização do capital, terceira revolução industrial, nova tecnologia da indústria militar, incipiente indústria espacial, informática e reconstrução da Europa e do Japão, que criaram as condições para o capitalismo multipolar (Estados Unidos, Comunidade Econômica Europeia, Japão), mas também para a conformação do bloco socialista. A contradição entre os sistemas dá início à Guerra Fria, período marcado por relativo equilíbrio econômico, político e militar entre os blocos de poder: o capitalismo liberal e o sistema socialista, capitaneados, respectivamente, pelos Estados Unidos da América e pela União Soviética.

O sistema delineado em Bretton Woods entrou em crise, a partir do final da década de 1960, com a continuidade das lutas operárias e o consequente aumento dos custos da estabilização e do reformismo (nos EUA, na Europa e no Japão), bem como em face das lutas anti-imperialistas e anticapitalistas nos países periféricos (que impediram a manutenção do superlucro imperialista)[47]. Com isso,

---

47 Hardt et Negri, op. cit., m.p.

a balança comercial dos Estados Unidos com a Europa e o Japão passou a favorecer a estes últimos.

Nessa conjuntura, o presidente Richard Nixon, em agosto de 1971, resolveu desvincular o dólar do padrão ouro e agregou uma sobretaxa de 10% a todas as importações da Europa para os Estados Unidos. O governo norte-americano descumpriu seu compromisso relativo à conversibilidade do dólar ao ouro "sem a menor atenção para com o interesse daqueles diretamente atingidos por tal decisão e, de fato, sem a mínima preocupação com as severas implicações de sua ação unilateral para o futuro do sistema monetário internacional"[48].

A crise tornou-se estrutural na década de 1970. Após as décadas de ascensão contínua do sistema do pós-guerra, com o final da "Guerra Fria" a questão do desemprego foi alterada substancialmente, porque deixou de se limitar a um "exército de reserva", a ser ativado nos momentos de expansão produtiva do capital, para assumir um caráter crônico, o chamado "desemprego estrutural".[49]

Os sinais de desmantelamento do Bloco Soviético favoreceram as eleições de Margareth Tacher, em 1979, e Ronald Reagan, em 1980, criando as condições para a implementação de uma nova fase do modelo de produção capitalista, caracterizada pela globalização e pelo neoliberalismo, estruturado a partir dos postulados da denominada Escola de Chicago, que pôs fim às políticas keynesianas.

Durante as décadas de 1980 e 1990, a crescente crise da dominação econômica norte-americana e suas consequências, como "a erupção de grandes contradições no interior da Comunidade Econômica Europeia, ameaçando-a de colapso", sublinharam a ação de forças que definem uma crise estrutural do capital[50].

---

48 MÉZÁROS, Istivan. *A crise estrutural do capital.* São Paulo: Boitempo, 2009, p. 42.

49 MÉZÁROS, Istivan. *O século XXI:* socialismo ou barbárie. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 22.

50 MÉZÁROS, Istivan. *A crise estrutural do capital.* São Paulo: Boitempo, 2009, p. 83.

Economistas eminentes alertaram "que esse processo conduziria a uma economia de baixo crescimento e baixos salários, sugerindo medidas bastante simples para evitá-los. Mas os grandes arquitetos do Consenso de Washington optaram pelos efeitos previsíveis, que incluem lucros elevadíssimos"[51].

O Consenso de Washington é um conjunto de princípios orientados para o mercado, traçados pelo governo dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais que eles controlam, em 1989, e por eles mesmos implementados de formas diversas, geralmente como rígidos programas de ajuste estrutural. "Resumidamente, as suas regras básicas são: liberalização do mercado e do sistema financeiro, fixação dos preços pelo mercado ('ajuste de preços'), fim da inflação ('estabilidade macroeconômica') e privatização". Tudo isso, claro, com mínima intervenção estatal"[52].

Para que se tenha ideia do resultado das políticas aplicadas, em 1971, antes de Nixon alterar todo o equilíbrio do sistema econômico global pós-guerra, "90 por cento das transações financeiras internacionais tinham alguma relação com a economia real (....). Em 1995, cerca de 95 por cento de um valor total imensamente maior era de natureza especulativa (...)"[53].

No espaço de vinte e cinco anos, o neoliberalismo patrocinou um cenário de baixo crescimento, se comparado a outros períodos e engendrou uma desigualdade semelhante à de 100 anos atrás[54]. Relatório da ONG internacional Oxfam, divulgado em 18.1.16, revelou que o patrimônio do 1% mais rico do mundo ultrapassou, em 2015, a riqueza de 99% da população mundial, pela primeira vez[55].

---

51 CHOMSKY, Noam. *As pessoas ou o lucro*. Bertrand Brasil: São Paulo, 2002, p 26.

52 Ibidem, p. 22.

53 Ibidem, p. 26.

54 MASON, Paul. *Pós-capitalismo:* um guia para o nosso futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 13.

55 Disponível em https://www.brasil247.com/pt/247/mundo/213656/Riqueza-dos-1-mais-ricos-supera-a-de-99-no-mundo.htm.

A crise financeira mundial atingiu o seu ponto culminante em setembro de 2008 com colapso do banco estadunidense Lehman Brothers. Eliminou 13% da produção e 20% do comércio mundial e produziu uma fase de depressão que, mesmo antes da pandemia de Covid-19, não afastava a possibilidade de uma estagnação de longo prazo[56].

A ordem capitalista internacional foi desestabilizada pelo colapso financeiro, que atingiu débitos soberanos de países da União Europeia. Além disso, abalou ainda mais a confiança nos Estados Unidos, já em declínio, especialmente desde a guerra contra o Iraque (2002).

A fim de reduzir os impactos da crise sobre as respectivas economias, os Estados ocidentais promoveram ajuda financeira aos setores mais críticos, injetando bilhões de dólares. A previsão era de que os pacotes de ajuda evitariam demissões de trabalhadores e mitigariam as drásticas consequências das turbulências no setor financeiro. Ocorre que essas ajudas determinaram a redução da arrecadação dos governos e a ampliação do déficit orçamentário.

Por meio de programas de austeridade, as dívidas dos bancos foram transferidas aos aposentados e pensionistas, com a destruição dos sistemas previdenciários e elevação drástica da idade de aposentadoria, bem como aos trabalhadores, com a eliminação de direitos e a redução de salários. Enfim, a austeridade se traduziu em ataque aos direitos sociais da atual e das futuras gerações.

O sistema bancário “fantasma” se reconstituiu, sob os mesmos fundamentos que o conduziram à quebra de 2008, e é hoje maior do que então. “A dívida global combinada de bancos, negócios domésticos, empresas e Estados elevou-se em 57 trilhões de dólares desde a crise e atinge cerca de três vezes o PIB global”[57]. Em 2018, 26 pessoas controlavam a mesma riqueza que 3,8 bilhões de pessoas.

---

56 MASON, op. cit., p. 30.

57 Ibidem, p. 32.

Foi nesse cenário que a Covid-19 se insinuou, a partir de Wuhan, na China, e se difundiu velozmente, até se consolidar como pandemia reconhecida pela OMS, em 11 de março 2020. A história da pandemia poderia ser intitulada "crônica de uma crise anunciada". Com efeito, a Covid-19 não representa um fato ou evento isolado ou fortuito, senão um problema que emerge de condições ensejadas por ações e omissões dos governos. Correm pelas redes sociais discursos de Bill Gates e Barack Obama, prevendo a irrupção de uma pandemia, que poderiam ser incluídos como verbetes nas *Centúrias* de Nostradamus. A Covid-19 era previsível e veio se somar a várias zoonoses precedentes, como o SARS-CoV (2002), a gripe aviária por H5N1 (2005), a gripe A por H1N1 (2009), o MERS-CoV (2012) e o ebola (2014).

De acordo com algumas entidades sanitárias internacionais[58], todas essas doenças decorrem do atual modelo de produção e exploração, que contamina a água, o ar e o solo com agrotóxicos, microplásticos, metais pesados e gases tóxicos, impõe o desmatamento para a ampliação da fronteira agrícola, explora a criação de animais em condições deploráveis, constituindo um meio de cultivo ideal para a gênese de mutações virais, como ficou demostrado com a gripe aviária, a gripe suína e a SARS. A instalação e globalização dos modos de produção extrativistas geraram alterações nos processos metabólicos do planeta e a deterioração progressiva da saúde das comunidades, com redução da capacidade e da resposta imunológica humana em face de diferentes agressões.

Como resultado da imprevidência e da priorização dos interesses neoliberais, a maioria dos países não estava minimamente preparada para enfrentar a pandemia. Após resistências iniciais, foram, paulatinamente, fechando suas fronteiras e decretando o isolamento social. Aqueles que retardaram tais providências para

---

58 *V. g.* Instituto de Salud Socioambiental da Argentina.

atender a interesses econômicos amargam, hoje, recordes de contaminação e de mortalidade.

Os especialistas dão como certa uma crise econômica mundial, não apenas por conta da recessão decorrente da pandemia, mas como consequência da falta de coordenação de políticas globais, que hoje é menor do que na crise financeira de 2008-2009. A falta de respostas conjuntas aos efeitos da Covid-19 evidencia a adoção de medidas protetivas pelos diversos países, o que poderá determinar a inviabilização de um ritmo de crescimento rápido, sustentável e inclusivo no período que se seguirá[59].

Pandemias são economicamente destrutivas em si mesmas. A pandemia de Gripe Espanhola (1918-1920) provocou uma redução média de 18% na produção industrial e determinou um volume de falências de empresas e famílias nunca visto, padrão que "é consistente com a ideia de que as pandemias deprimem a atividade econômica por meio de reduções tanto na oferta como na distribuição de demanda. E, importante, as quedas na produção são persistentes: as áreas mais afetadas permaneceram deprimidas em relação às menos expostas até 1923"[60].

De acordo com levantamento realizado pela Associação Nacional de Economia Empresarial divulgado em 10 de abril de 2020[61], os Estados Unidos já estão em recessão, contração que se manterá até o final do primeiro semestre. O Produto Interno Bruto teria declinado 2,4%, em taxa anualizada, no primeiro

---

59 Opinião de Mohamed El-Erian, conselheiro econômico-chefe da seguradora Allianz e presidente da Queens College. Disponível em https://jornalggn.com.br/noticia/risco-de-repetir-2008-e-real-diz-mohamed-el-erian/.

60 Cf. *Pandemics depress the economy, public health interventions do not: evidence from the 1918 flu*. Disponível em https://brasil.elpais.com/economia/2020-03-30/licoes-de-1918-as-cidades-que-se-anteciparam-no-distanciamento-social-cresceram-mais-apos-a-pandemia.html.

61 Disponível em https://oglobo.globo.com/economia/os-eua-ja-estao-em-recessao-por-causa-do-coronavirus-dizem-economistas-24366295

trimestre de 2020, em virtude das restrições impostas às atividades econômicas. Entre meados de março e meados de abril, mais de 16 milhões de americanos entraram com pedido de seguro-desemprego (mais de 10% da força de trabalho do país), de acordo com o Departamento de Trabalho dos Estados Unidos. Projeta-se para o final do primeiro semestre taxa de desemprego de 12%.

Na União Europeia, a pandemia realçou as diferenças regionais e o esgarçamento da relação entre os países do bloco. O fechamento unilateral de fronteiras, a proibição pela França e pela Alemanha de exportação de equipamentos médicos para outros países da Europa (e o auxílio prestado por países de fora do bloco) representam bem o protecionismo adotado por alguns de seus integrantes. Durante videoconferência entre ministros da área econômica, o ministro holandês das Finanças, Wopke Hoekstra, em face de pedido de ajuda financeira de nove países, propôs que a UE investigasse as razões pelas quais aqueles países não dispunham de recursos financeiros para combater a pandemia, sem precisar de auxílio de outros[62].

A pandemia também escancarou a dependência dos países ocidentais em relação à China. Isso se evidenciou na busca por insumos médicos, de máscaras a respiradores. Mas, na verdade, a dependência é muito mais acentuada e é efeito direto do neoliberalismo. Ao orientar a migração dos Estados Unidos e da União Europeia (e de outros países ocidentais, como o Brasil) para a China da produção de insumos para a indústria (não apenas de equipamentos de saúde, senão para a eletrônica, a farmacêutica, de automóveis e tantas outras), em nome da vantagem comparativa de mercados, uma vez que os chineses conseguiam produzir tais

62 Informação disponível em https://jornalggn.com.br/a-grande-crise/coronavirus-lideres-europeus-dizem-que-virus-pode-acabar-com-ue/.

itens muito mais barato, o neoliberalismo terminou provocando a desindustrialização desses países e a transferência de empregos[63].

Eis o estado da arte.

Nesse cenário, como poderia se concretizar o vaticínio do Financial Times, transcrito no primeiro parágrafo deste texto? Onde estão os “verdadeiros líderes”? Trump e Johnson? Alguém os imagina reunidos com Xi, Putin e Merkel para redesenhar a economia e a geopolítica no pós-pandemia? Não parece provável.

Seguramente, haverá uma reorganização econômica e geopolítica, que já se anunciava há muito tempo e que, talvez, venha a ser agilizada pela pandemia. Também é certo que a China terá um papel central nesse rearranjo.

Celso Amorim, comparando os efeitos geopolíticos da pandemia de Covid-19 aos da Segunda Guerra Mundial, afirmou que a China demonstra maior capacidade de gestão da crise do que os Estados Unidos[64]:

> “No final da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética saiu com forte soft power, porque teve um papel fundamental em derrotar o nazismo, mas os Estados Unidos também saíram com um forte soft power. Agora eu acho que é diferente porque a China, até o momento pelo menos, está demonstrando maior capacidade para enfrentar a crise e está também demonstrando a capacidade de cooperar internacionalmente em um momento crítico, coisa que os Estados Unidos não estão demonstrando. Então acho que tudo isso vai implicar mudanças importantes na organização do mundo”.

63 Cf. ARAÚJO, André Motta. Dependência da China foi gerada pelo neoliberalismo. Disponível em https://jornalggn.com.br/a-grande-crise/dependencia-da-china-foi-gerada-pelo-neoliberalismo-por-andre-motta-araujo/

64 Declaração disponível em https://www.brasil247.com/mundo/celso-amorim-china-tera-papel-decisivo-no-mundo-pos-coronavirus?amp#.XpCCtCSuO-s.whatsapp

> Pepe Escobar põe em relevo a importância do *soft power* chinês e exemplifica[65]: *"Pequim mandou para a Itália um avião da Air China com 2.300 grandes caixas de máscaras cirúrgicas. Nas caixas lia-se: 'Somos ondas do mesmo mar, folhas da mesma árvore, flores do mesmo jardim'. A China também enviou um grande pacote humanitário ao Irã, a bordo de oito aviões da Mahan Air – companhia aérea que está sob sanções ilegais e unilaterais do governo Trump. (...) Agora comparem tudo isso, e o governo Trump, que oferece US$1 bilhão para subornar cientistas alemães que trabalham na empresa de biotecnologia Curevac, com sede na Turíngia, em uma vacina experimental contra o Covid-19, contando com 'reservar' a vacina para ser usada "apenas nos Estados Unidos".*

Além de promover autênticos ataques piratas a cargas de máscaras e respiradores destinadas a outros países, diga-se.

Escobar considera que "a China reposicionou-se. Pela primeira vez desde o início das reformas de Deng Xiaoping em 1978, Pequim considera abertamente os EUA como ameaça" e, por isso, "está modelando passo a passo, com todo o cuidado, a narrativa segundo a qual, desde os primeiros casos de doentes infectados pelo coronavírus, a liderança já sabia que estava sob ataque de guerra híbrida", razão pela qual "a 'guerra do povo' disparou, com toda a potência do estado. Metodicamente. Em base de 'tudo que for necessário'. Agora estamos entrando em nova etapa, que será usada por Pequim para recalibrar substancialmente a interação com o Ocidente, e sob padrões muito diferentes no que tenham a ver com EUA e União Europeia"[66].

Nessa toada, os Estados Unidos aparentam sentir a aproximação dos seus maiores temores[67]. Em primeiro lugar, o ressurgimento, já agora, de um sistema multilateral que, nos âmbitos tecnológico,

---

65 Cf. ESCOBAR, Pepe. China locked in hybrid war with US. Disponível em https://asiatimes.com/2020/03/china-locked-in-hybrid-war-with-us/

66 Ibidem.

67 Opinião compartilhada por Arévalo Méndez, em mensagem eletrônica.

econômico e militar, começa a equilibrar as forças geopolíticas mundiais. Depois, a superação da economia norte-americana pela chinesa nos próximos anos, com antecedência de uma ou duas décadas do que era esperado. Por fim, a eliminação da hegemonia mundial do dólar, substituída pelo yuan como moeda de transação de amplo espectro.

Em entrevista à Newsweek, Jimmy Carter expôs uma das razões da fragilização comparativa dos Estados Unidos, dirigindo-se diretamente a Donald Trump:

> *"Desde 1979, você sabe quantas vezes a China entrou em guerra com alguém? Nenhuma vez, enquanto nós estamos constantemente em guerra.* [Os Estados Unidos são] a nação mais guerreira da história do mundo, pois quer impor às outras nações a adoção d*os valores americanos. (...) Nós desperdiçamos U$ 3 trilhões em despesas militares. A China não desperdiçou nem um centavo em guerra, e é por isso que nos ultrapassa em quase todas as áreas"*[68].

O diagnóstico é pertinente. Mas não é só por isso.

O neoliberalismo é uma experiência fracassada. No final de 2019, antes da Covid-19, os principais executivos das duzentas maiores corporações americanas, reunidos no *Business Roudtable*, concordaram em que as premissas neoliberais estão erradas, causaram absurda concentração de renda que põe em risco o próprio capitalismo, e, assim, devem ser revistas[69]. Nos últimos quarenta anos, a concentração de renda triplicou, sem que isso trouxesse qualquer benefício para o conjunto da sociedade. O crescimento

---

68 Disponível em https://www.google.com/amp/s/www.newsweek.com/donald-trump-jimmy-carter-china-war-infrastructure-economy-trade-war-church-1396086%3famp=1

69 Cf. ARAÚJO, André Motta. A elite americana prevê o fim do neoliberalismo. Disponível em https://jornalggn.com.br/artigos/a-elite-americana-preve-o-fim-do-neoliberalismo-por-andre-motta-araujo/.

norte-americano é baixíssimo e é evidente a regressão social, a despeito de baixas taxas oficiais de desemprego.

Na livre economia de mercado, sem qualquer interferência do Estado, apenas os mais ricos são favorecidos. O mercado não tem o condão de se autorregular e a combinação de salários baixos e endividamento familiar não pode gerar crescimento, que só é possível com distribuição de renda. O objetivo central de assegurar lucros aos acionistas das grandes empresas impede a distribuição de renda e enseja graves crises sociais de potencial explosivo.

Em 2014, a OCDE divulgou suas projeções para a economia mundial até 2060. Em resumo, o melhor cenário: se os países centrais conseguirem absorver 130 milhões de imigrantes em busca de trabalho (necessariamente mais flexível), o crescimento mundial vai se reduzir a 2.7%. A desigualdade global crescerá a 40%. Caso contrário, será fatal a estagnação do Ocidente, um ritmo cada vez mais lento de crescimento nos mercados emergentes e a provável falência de muitos mercados[70].

Após a crise de 2008, em apenas seis anos, a China dobrou suas reservas internacionais, passando a 4 trilhões de dólares, em 2014, enquanto os Estados Unidos acumularam uma dívida de 6 trilhões de dólares com o resto do mundo, chegando a 300% do PIB. Segundo Paul Mason, "tudo o que vem ocorrendo desde 2008, por meio do armazenamento de reservas internacionais, deve ser visto como os países superavitários lançando mão de políticas de proteção contra um colapso norte-americano". E acrescenta: "Se os Estados Unidos não puderem continuar financiando suas dívidas, em algum momento o dólar vai ruir"[71]. O que dispararia o processo seria um ou mais países usarem protecionismo, manipulação cambial ou calote da dívida. "Ou que uma crise de desglobalização

70 MASON, op. cit., pp. 64-66.

71 Ibidem, p. 56.

originada em conflito diplomático e militar inunde a economia mundial e produza os mesmos resultados[72].

O Prêmio Nobel de Economia Joseph Stiglitz, em entrevista concedida em fevereiro de 2020[73], afirmou que ''Em todas as dimensões, o neoliberalismo foi um fracasso incontestável'', que gerou uma tripla crise de capitalismo, do clima e de valores, fundado na crença em mercados irrestritos, seguida desde o governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos.

A comparação entre editoriais do The Economist, de 1991, e do Financial Times, de 2020, dá a exata noção da compreensão hoje predominante sobre o tema:

Do editorial do The Economist[74]:

> "Não há alternativa ao livre mercado como forma de organizar a vida econômica. A expansão da economia de livre mercado deverá levar gradualmente à democracia multipartidária, pois as pessoas que têm liberdade de escolha econômica tendem a insistir na posse também da liberdade de escolha política".

Do editorial do Financial Times[75]:

> A crise de hoje está revelando o quanto várias sociedades ricas estão aquém desse ideal. Assim como a luta para conter a pandemia expôs o despreparo dos sistemas de saúde, a fragilidade das economias de muitos países foi exposta na medida em que os governos lutam para evitar as falências em massa e lidar com o desemprego em massa. Apesar dos apelos inspiradores à mobilização nacional, não estamos realmente juntos nisso. (...) Os países que permitiram o surgimento de um mercado de trabalho informal e precário estão achando particularmente

---

72 Ibidem, p. 66.

73 Disponível em https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/permalink/63333.

74 *The Economist*, 31.12.91, p. 12, apud MÉZÁROS, op. cit., pp. 25-26.

75 *Virus lays bare the frailty of the social contract.* Disponível em https://www.ft.com/content/7eff769a-74dd-11ea-95fe-fcd274e920ca.

> difícil canalizar ajuda financeira para trabalhadores com empregos tão inseguros. Enquanto isso, um amplo afrouxamento monetário pelos bancos centrais ajudará os ricos em ativos. Por trás de tudo, os serviços públicos subfinanciados estão se desgastando com o peso da aplicação de políticas de crise.(....)
> Reformas radicais - invertendo a direção política predominante das últimas quatro décadas - precisarão ser colocadas sobre a mesa. Os governos terão que aceitar um papel mais ativo na economia. Eles devem ver os serviços públicos como investimentos, e não como passivos, e procurar maneiras de tornar os mercados de trabalho menos inseguros. A redistribuição estará novamente na agenda; os privilégios dos idosos e ricos em questão. Políticas até recentemente consideradas inviáveis, como renda básica e impostos sobre a riqueza, terão que estar entre as propostas.

Ao que parece, excluídos o presidente brasileiro e seus ministros, que praticam as premissas da Escola de Chicago nos dias correntes, mesmo antes da pandemia havia razoável consenso quanto à inviabilidade do neoliberalismo no atual momento do capitalismo. A ordem neoliberal foi rompida e outra precisa ser desenhada. A pandemia de Covid-19 pode ter oferecido régua e compasso.

As reflexões sobre o mundo pós-neoliberalismo vêm apontando algumas possibilidades. Em artigo publicado no El Desconcierto[76], Roberto Pizarro comemora o retorno glorioso de Keynes e indica o keynesianismo como único caminho a percorrer:

> No curto prazo, a injeção maciça de liquidez na economia, com renda para trabalhadores assalariados e informais, além de empréstimos baratos para pequenos empreendedores, é a única receita possível. Você não pode mais acreditar no funcionamento automático e infalível dos mercados. A perplexidade

---

76 Cf. Vuelve Keynes; el coronavirus derrotó al neoliberalismo. Disponível em https://www.eldesconcierto.cl/2020/04/09/vuelve-keynes-el-coronavirus-derroto-al-neoliberalismo/.

> das empresas privadas diante da crise colocou o Estado como o agente fundamental para restaurar o sistema econômico.
> A médio prazo, a lição do coronavírus é inevitável. Direitos sociais universais em saúde, educação, moradia e pensões, concedidos pelo Estado. E, na esfera produtiva, transforme a matriz produtiva de atividades primárias em indústrias e outros bens e serviços que incorporam inteligência e tecnologia nos processos de transformação.

Ainda que o keynesianismo se apresente como um bálsamo para a crueldade neoliberal, à opinião de Pizarro pode ser contraposta a observação de Mézáros[77], no sentido de que o keynesianismo é por sua própria natureza conjuntural, porque opera no âmbito dos parâmetros estruturais do capital. Por isso, segundo ele, mesmo no apogeu, o keynesianismo apenas representou a fase "go" da lógica "stop-go" do capital. Daí porque à longa duração da expansão keynesiana (os 30 anos gloriosos) se seguiu a fase de correção e contra-ação, na forma "dura e dolorosa" do neoliberalismo.

Em outra vertente, a cidade de Amsterdã anunciou que adotará o "modelo *donut*" de economia, que tem por premissa a interrupção da lógica do crescimento a qualquer custo, dando lugar à de atendimento das necessidades humanas e de respeito aos limites ambientais. O modelo mencionado foi proposto pela economista britânica Kate Raworth no livro *Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist.*

De acordo com esse modelo[78], o anel interno do *donut* estabelece o mínimo necessário para levar uma vida boa, derivada dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU e acordada pelos líderes mundiais de todos os matizes políticos. Qualquer pessoa que não atinja esses padrões mínimos estaria vivendo no buraco da massa. O anel externo representa o teto ecológico traçado pelos

---

77 Op. cit., p. 96.

78 Disponível em https://www.theguardian.com/world/2020/apr/08/amsterdam-doughnut-model-mend-post-coronavirus-economy.

cientistas e estabelece os limites que a espécie humana não deve ultrapassar para evitar danos ao clima, solos, oceanos, camada de ozônio, água doce e biodiversidade abundante. Entre os dois anéis está a massa, ou seja, o atendimento das necessidades das pessoas e do meio ambiente.

Também é comum que se aponte o modelo chinês como opção ao neoliberalismo. Anjuli Tostes, no artigo *Pandemia, populismo e nova ordem social*, que integra esta obra, adverte que "embora a China politicamente funcione em torno do Partido Comunista Chinês - PCC, no seio do qual a vida estatal acontece, no âmbito econômico vigora atualmente a economia socialista de mercado, introduzida a partir das reformas levadas a cabo por Deng Xiaoping em 1978", e que seria "um estágio preliminar do desenvolvimento socialista chinês". Ocorre que, segundo a autora, a "'economia de socialista de mercado com características chinesas' não se diferencia hoje o suficiente para servir como um contraponto ao capitalismo ocidental, como foi o modelo soviético". Para ela, não há "nada realmente substantivo em termos de ruptura com o sistema capitalista, ao menos não por agora, enquanto o processo socialista chinês não está consolidado".

É de ver que a China, apesar de todo *soft power* acumulado, não tem condições, neste momento, de absorver as dívidas dos demais países, fixar regras explícitas e instituir um novo sistema monetário global, como fizeram os Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial[79]. **Portanto, provavelmente, não haverá algo como Bretton Woods**.

Ofilósofo eslovenoSlavoj Žižek vislumbra a emergência de uma espécie de novo pensamento comunista, distante do comunismo histórico, como produto da crise do Covid-19. Diferentemente do que sustentam alguns analistas, Žižek não acredita que surjam novostotalitarismos, pois crê no fortalecimento dos laços

79 MASON, op. cit., p 64.

decomunidade, desde que sejamos capazes de reconstruir a confiança nasinstituições, o que impõe aos cidadãos maior controle sobre os governantes[80].

Provavelmente, ao falar em novo comunismo, Žižek deseje diferenciar a experiência que, segundo ele, está por vir, do fracasso das sociedades pós-capitalistas históricas, causado pela tentativa de equilibrar a determinação "estruturadora do sistema herdado pela imposição sobre seus constituintes fortemente antagônicos da estrutura de comando extremamente centralizada de um Estado político autoritário"[81], ao invés de remediar tal antagonismo por meio da "reestruturação interna e da instituição de um controle democrático substantivo"[82].

Porque, na linha sustentada por Mézáros, à luz da experiência histórica, somente o socialismo "será capaz de conter e derrotar as forças que hoje empurram a humanidade para o abismo da autodestruição"[83]. Com efeito, "a cada nova fase de protelação forçada, as contradições do sistema do capital só se podem agravar, trazendo consigo um perigo ainda maior para a própria sobrevivência da humanidade"[84].

Ainda não se sabe o quanto o 1% mais rico e seus apoiadores estarão dispostos a defender os mesmos preceitos centrais do neoliberalismo (financeirização, precarização do trabalho, militarismo). Mas é certo que a superação do horror por ele patrocinado passará pela "progressiva reaquisição pelos indivíduos dos poderes

---

80 Entrevista disponível em https://www.diariodocentrodomundo.com.br/vejo-um-novo-comunismo-distante-do-comunismo-historico-brotar-do-virus-diz-slavoj-zizek/.

81 MÉZAROS, op. cit., 103.

82 Ibidem, m.p.

83 Ibidem, p. 88.

84 Ibidem, p. 15.

alienados de tomada de decisões, na transição para uma sociedade socialista"[85].

A pandemia de Covid-19, como epílogo do processo de rompimento da ordem neoliberal, pode representar um ponto de inflexão e, talvez, estimular a construção de sociedades fundadas em um juízo crítico sobre sua razão e sentido, na definição de quais devem ser as necessidades a satisfazer e os objetivos a perseguir. Que seja, ao menos, momento de reflexão sobre cada um e todos, fazendo emergir propósitos de cooperação, solidariedade e respeito. Ou será o início da reconstituição dos elementos da ordem estabelecida, de seu fortalecimento, no sentido do individualismo, do isolamento, do egoísmo, do preconceito e do autoritarismo. O futuro nos dirá.

85 Ibidem, p. 104.

POR QUE A COVID-19 SE ALASTRA NOS EUA E O QUE PODE SER FEITO

Jeffrey D. Sachs[86]

Tradução: Anjuli Tostes

Na quinta-feira (26.2.20), atingimos um divisor de águas sombrio. Os EUA ultrapassaram a Itália e a China como o país com o maior número de casos confirmados de Covid-19. Esta é uma crise terrível e um fracasso extraordinário do presidente Donald Trump. Os americanos estão sofrendo e morrendo porque o governo Trump falhou em agir rápida e decisivamente para impedir a propagação do vírus. Os EUA já viram cerca de 1.195 mortes e o número está aumentando rapidamente.

Na quinta-feira, os EUA assistiram a um aumento de mais de 15.000 casos em um dia - um aumento chocante que pode ser explicado tanto pela disseminação do vírus quanto pelo aumento de

86 Jeffrey D. Sachs é o diretor do *The Earth Institute*, Professor de Desenvolvimento Sustentável e Professor de Política e Gerenciamento de Política de Saúde da Universidade de Columbia. É Consultor Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, tendo ocupado a mesma posição sob o ex-Secretário-Geral da ONU Kofi Annan. Ele é diretor da Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Ele é co-fundador e estrategista-chefe da *Millennium Promise Alliance*, e é diretor do Projeto *Millennium Villages*. Uma pesquisa recente da *The Economist Magazine* classificou o Professor Sachs entre os três economistas vivos mais influentes do mundo na década passada. Sachs é o autor, mais recentemente, de "A Era do Desenvolvimento Sustentável" (*The Age of Sustainable Development*), 2015, com Ban Ki-moon.

testes após semanas de escassez - elevando o número total de casos confirmados para mais de 82.000. A China, em comparação, registrou 81.285 casos.

Há uma diferença fundamental entre a China e os EUA. A China interrompeu a propagação do vírus com um *lockdown* que começou em Wuhan em 23 de janeiro e agora está sendo levantado em etapas; apenas algumas dezenas de novos casos são supostamente confirmados todos os dias, e a maioria deles é aparentemente introduzida a partir do exterior. Os EUA não controlaram a epidemia. E se Trump prosseguir na linha atual, flexibilizando as diretrizes para ficar em casa até a Páscoa, falharemos em parar a epidemia e outros milhões serão infectados. Mesmo com o controle ativo, poderemos enfrentar cerca de 81.000 mortes até julho, de acordo com uma nova análise detalhada do *Institute for Health Metrics and Evaluation da University of Washington* em Seattle.

A transmissão do vírus, que pode ter se originado em morcegos, para seres humanos foi um evento imprevisto. A resposta a esse evento foi determinada pelas diretrizes políticas das nações. Em 31 de dezembro, o governo de Wuhan confirmou publicamente que estava tratando dezenas de casos de um misterioso surto de pneumonia e, em 7 de janeiro, as autoridades identificaram um novo coronavírus como a causa. O primeiro caso confirmado no Japão foi identificado em meados de janeiro, com Coréia do Sul, Taiwan, Cingapura e EUA seguindo pela mesma via em questão de dias.

Os países do leste asiático entraram em ação. Muitos haviam experimentado o surto de SARS em 2003 e tinham equipes de saúde pública em alerta para novas epidemias. Mais de dois meses depois, o número de casos confirmados disparou nos EUA, com mais de 250 casos por milhão de pessoas, muito mais alto que a China, que tem aproximadamente 57 casos por milhão; Hong Kong, 60; Taiwan, 11; Singapura, 117; Japão, 11; e Coréia, 180.

Trump tem responsabilidade direta pelo despreparo dos Estados Unidos e pela falha na resposta à epidemia. Desde que Trump

assumiu o cargo, ele sistematicamente desmontou nosso sistema de saúde pública protetivo. A unidade de pandemia no Conselho de Segurança Nacional foi desmontada em 2018 sob sua tutela. Trump cortou as equipes de controle de epidemias do CSN em 39 países, incluindo a China. E quando a epidemia ocorreu, Trump a ignorou, subestimou e fez repetidas alegações falsas. Mesmo agora, ele fala nonsense vulgares sobre reiniciar a economia na Páscoa, quando especialistas em saúde pública dizem que a ameaça vai persistir por muito mais tempo.

Trump é profundamente culpável, mas ele não é o único motivo da situação sombria da América diante dessa epidemia. Nosso sistema de assistência médica com fins lucrativos arrecada dinheiro em doenças, não em saúde. Temos um sistema que funciona para os ricos, em vez de um sistema de saúde pública para todos os americanos que antecipa e controla prontamente novos patógenos por meio de testes, rastreamento de possíveis infectados e quarentena.

Os americanos de todo o país estão lutando para se manterem vivos, enquanto Trump age como se ele estivesse mais interessado de salvar a economia. Ainda podemos tentar controlar o vírus como os países do Leste Asiático estão fazendo e, nesse processo, resgataremos a economia também. Precisamos de uma ação decisiva entre estados e cidades. Hoje estamos encontrando liderança em nossos governadores, prefeitos e nossos bravos profissionais de saúde na linha de frente.

* * *

Na terça-feira (31.3.20), a Casa Branca projetou uma possibilidade alarmante: entre 100.000 e 240.000 americanos poderiam morrer na pandemia da Covid-19, apesar dos esforços para minimizar a propagação da doença. No entanto, essas 100.000 a 240.000 mortes não são inevitáveis. Longe disso. Até a noite de quinta-feira, já havia cerca de 5.850 mortos nos EUA e, dos 242.000 casos

ativos, infelizmente vários milhares provavelmente terão o mesmo destino. Mas os EUA ainda podem manter o número de mortes bem abaixo de 100.000. Tudo depende de nossas políticas públicas e, principalmente, de nosso sistema de saúde pública.

Agora estamos combatendo a doença por meio de unidades de terapia intensiva e de *lockdowns*, mas isso ocorre porque os EUA perderam a chance inicial de tomar medidas suficientes de contenção por meio de testes, isolamento e rastreamento de contatos de casos individuais. O governo federal estava totalmente despreparado para lidar com a infecção que se espalhava rapidamente, assim como os estados e as cidades, que dependiam muito do governo federal. A pandemia tomou conta do país antes que os governos de todos os níveis reconhecessem a terrível emergência. Naquele momento, os sistemas de saúde pública de contenção estavam sobrecarregados por dezenas de milhares de casos confirmados, e muitas vezes mais infecções não testadas e não confirmadas.

Agora, nossa melhor esperança para salvar vidas e restaurar a atividade econômica é reduzir drasticamente o número de casos ativos por meio de *lockdowns* temporários em todo o país, ao mesmo tempo em que construímos rapidamente nosso sistema de contenção de saúde pública para a fase pós-*lockdown*.

Se os *lockdowns* forem capazes de impedir uma maior disseminação viral, e devem ser capazes de fazê-lo, se aplicados e gerenciados adequadamente - o que ainda não é o caso em muitas partes do país - o número de casos ativos cairá acentuadamente, principalmente por recuperações, mas também através de mortes trágicas. Mas quando a taxa de infecção cai e a economia e nossa vida cotidiana são reiniciadas gradualmente, precisaremos conter os casos infecciosos que permanecerão em circulação, para não permitir que a pandemia ressurja.

A propagação da pandemia pode ser compreendida usando um exemplo numérico simples. Os números nesta ilustração não são

precisos, pois variam de lugar para lugar e ainda há muito que não se sabe sobre a propagação da doença.

Vamos chamar o dia de hoje de “dia 1”. Suponhamos que um indivíduo, que vamos chamar de Jack, seja infectado pelo contato com uma pessoa que pegou o vírus alguns dias antes. Jack se torna contagioso para os outros no quarto dia, mas sem sintomas aparecendo naquele dia. Os sintomas, como tosse, dificuldade em respirar e febre, começam no dia cinco e Jack permanece infeccioso e na comunidade até o dia nove. Nesse ponto, a maioria dos indivíduos se recupera ou pelo menos se torna muito menos infecciosa para os outros. Os que tiverem menos sorte acabam no hospital e, nos casos mais graves, morrem. Esses números variam de acordo com o caso, mas estão amplamente alinhados com o cronograma estabelecido nos estudos atuais.

Durante os dias quatro a nove, Jack circula na comunidade, especialmente se seus sintomas são leves, potencialmente passando a infecção para outras pessoas. Digamos que ele faça em média 16 contatos diários com outras pessoas, algumas mais breves, outras mais. A maioria desses contatos não infecta a outra pessoa, mas de vez em quando o contato de fato infecta a outra pessoa, no trabalho, no teatro, do outro lado da mesa da sala de jantar ou em algum outro lugar.

Jack é contagioso para os outros por seis dias (durante os dias quatro a nove), durante os quais faz 96 contatos no total e infecta 2,4 outros indivíduos (o número reprodutivo ou o número de infecções secundárias geradas por uma pessoa infectada pelo novo coronavírus - acredita-se estar entre dois e 2,6, de acordo com modelos do *Imperial College*). Nesse cenário, chega-se a cerca de 40 contatos para cada infecção, novamente um número aproximado amplamente consistente com as evidências sobre a taxa de transmissão da doença.

Existem duas maneiras principais de parar a pandemia. A primeira maneira - a abordagem hoje amplamente usada em todo o

país - é por meio de um *lockdown* econômico e *shelter in place*. Ao fechar deliberadamente a maioria das empresas, os contatos diários por pessoa diminuem. Suponha que caia mais da metade, digamos seis por dia. Durante seis dias, Jack agora faz apenas 36 contatos em vez de 96 e, como resultado, agora infecta em média menos de uma outra pessoa.

É por isso que o *lockdown* funciona, se for aplicado. Com o tempo, o número de pessoas infectadas diminui à medida que as atualmente infectadas se recuperam, seguidas pelo número menor de pessoas que elas infectaram. A política de *lockdown*, no entanto, tem um alto custo de curto prazo. A vida cotidiana e a economia são colocadas em espera. Rendimentos, empregos, receitas fiscais e empresas podem entrar em colapso durante o *lockdown*.

Existe uma maneira muito melhor - quando é viável. Suponha que, na noite do dia cinco, depois de dois dias de sintomas, Jack seja visitado por um profissional de saúde pública que realizou um rastreamento vigoroso de contatos. O profissional de saúde explica: "Estamos aqui porque seu colega de trabalho desenvolveu uma febre da Covid-19 há três dias. Você também tem sintomas?"

"Bem, sim", vem a resposta de Jack. "Acordei hoje não me sentindo tão bem, mas pensei que poderia me virar." O profissional de saúde é capaz de realizar um teste de diagnóstico e Jack permanece isolado em casa até que o teste confirme a infecção pela Covid-19. Após um diagnóstico positivo, ele é instruído a ficar em casa pelo período recomendado após o desaparecimento dos sintomas.

Jack é informado de que receberá um subsídio por doença completo, desde que envie uma mensagem de texto de sua temperatura a cada seis horas e desde que respeite o autoisolamento, ou, se não puder enviar uma mensagem, será visitado diariamente por um agente comunitário de saúde para monitorar sua temperatura e condição. Ele também recebe um número de telefone de emergência e um site para entrega de alimentos, se necessário. O profissional de saúde deixa algumas máscaras faciais, caso Jack precise

ter contatos com outras pessoas, como um membro da família ou serviço de entrega. O profissional de saúde também deixa um termômetro, se necessário.

Jack foi pego pelo serviço público de saúde após apenas dois dias de ser infeccioso e, portanto, terá feito uma média de apenas 32 contatos (16 contatos por dia durante dois dias), ainda menos do que os 36 contatos que supomos que ele faria durante 6 dias de *lockdown* parcial (seis contatos por dia durante seis dias). Esse sistema de contenção pode encontrar uma proporção substancial de casos sintomáticos, desde que a fase de *lockdown* cumprido seu objetivo de reprimir a pandemia.

E para aqueles que o sistema não pega, os próprios indivíduos podem intensificar sua resposta. Aqueles que tiverem sintomas podem ligar para uma linha direta da Covid-19 para solicitar um teste rápido de diagnóstico em casa ou em uma farmácia. O resultado deve ser o mesmo: isolamento precoce para não infectar os outros. Obviamente, os indivíduos devem ter garantido licença médica paga e testes gratuitos, para que possam se autoisolar.

O recém-ampliado sistema de saúde pública, ao qual se soma crescimento do automonitoramento do público em geral, pode se manter à frente de novas infecções. Se um número suficiente de pessoas recém-infectadas for visitado cedo por profissionais da saúde pública, ou se isolarem rapidamente antes de infectar outras pessoas, a pandemia continuará diminuindo e depois parar. Outros passos, como usar máscaras, monitorar a temperatura em locais públicos lotados e colocar desinfetantes para as mãos em muitos locais, também podem ajudar.

Existem muitas incertezas e detalhes. Com que rapidez o sistema pode rastrear e isolar indivíduos infectados? Que limites para grandes reuniões devem permanecer para impedir a "super propagação" do vírus? A lógica básica, no entanto, deve ser clara: a fase de *lockdown* deve ser seguida por uma fase de contenção baseada no sistema de saúde pública. Há também o importante fator dos

indivíduos assintomáticos, que podem representar até 25% de todos os indivíduos infectados, de acordo com o diretor dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças.

Algumas dessas pessoas poderão ser capturadas pelo rastreamento de contatos e testadas, mas outras não. Para compensar a transmissão assintomática, uma alta proporção de indivíduos sintomáticos deve se isolar precocemente, seja por meio de contatos do sistema público de saúde ou por iniciativa própria.

A Europa e os EUA não possuíam sistemas de saúde pública eficazes no início da pandemia. Por outro lado, alguns países do leste asiático, como Cingapura, Hong Kong e Taiwan, possuem sistemas de saúde pública altamente eficazes, com experiência após o surto de SARS em 2003. Ao adotar uma abordagem proativa de testar e rastrear a infecção e de promover a higiene pessoal (como lavar as mãos) e o amplo monitoramento da temperatura, eles conseguiram isolar uma parcela significativa de infecções. Como resultado, mantiveram até agora os casos confirmados por 1 milhão de habitantes muito abaixo dos níveis dos EUA e da Europa Ocidental.

O grande desafio para os EUA e a Europa, além de salvar as vidas dos infectados pela Covid-19 e ajudar a sociedade a aderir e lidar com o *lockdown*, é passar do modo de *lockdown* para o modo de contenção de saúde pública o mais rápido possível. Durante as próximas semanas, devemos construir sistemas de saúde pública em todo o país. Toda cidade, toda comunidade, precisa aumentar a capacidade de testar, rastrear e isolar indivíduos infectados. O governo federal precisa criar incentivos (como garantir licença médica paga para cobrir todas as pessoas que trabalham, sem exceções), para que as pessoas com sintomas se auto-isolem rapidamente. Dentro de algumas semanas, um *lockdown* nacional eficaz provavelmente reduzirá drasticamente o número de pessoas recém-infectadas. Os sistemas de saúde pública recém-criados podem garantir que um número muito menor de pessoas infectadas não provoque um novo surto de pandemia à medida que o *lockdown* é suspenso.

WHY AMERICA HAS THE WORLD'S MOST CONFIRMED COVID-19 CASES

Jeffrey D. Sachs

On Thursday, we hit a grim watershed. The US overtook Italy and China as the country with the highest number of confirmedCovid-19cases. This is a dire crisis and an extraordinary failure of President Donald Trump. Americans are suffering and dying because the Trump administration failed to act quickly and decisively to prevent the virus› spread. The US has now seen about 1,195 deaths and the number is rising rapidly.

On Thursday, the US saw an increase of more than15,000 casesin one day—a shocking surge that can be explained by both the spread of the virus and increased testing after weeks of shortages—pushing the total number of confirmed cases over82,000. China, in comparison, has reported 81,285 cases.

There is a fundamental difference between China and the US. China has broken the spread of the virus with a lockdown that first started in Wuhan on January 23 and is now being lifted in stages; only a few dozen new cases are allegedly confirmed each day, and most of these are apparently introduced from abroad. The US has not broken the epidemic. And if Trump has his way, easingguidelines to stay at home by Easter, we will fail to stop the epidemic and millions more will be infected. Even with active control, we might be facing around 81,000 deaths by July according to anew detailed analysisfrom the Institute for Health Metrics and Evaluation at the University of Washington in Seattle.

The transfer of the virus, which may have originatedin bats, to humans was an unforeseen event. The response to that event has been determined by the policies of nations. On December 31, the Wuhan government publicly confirmed it was treating dozens of cases of a mysterious new pneumonia outbreak and onJanuary 7, officials identified a new coronavirus as the cause. The first confirmed case in Japan was identified in mid-January, with South Korea, Taiwan, Singapore and the US following suit within days.

The East Asian countries went into action. Many had experienced the 2003 SARS outbreak and had public health teams on alert for new epidemics. More than two months later, the number of confirmed cases has skyrocketed in the US, with more than 250 cases per million people, far higher than China, which has approximately 57 cases per million; Hong Kong, 60; Taiwan, 11; Singapore, 117; Japan, 11; and Korea, 180.

Trump bears direct responsibility for America's unpreparedness and failed response to the epidemic. Since Trump came into office, he has systematically taken apart our protective public health system. The pandemic unit at the National Security Council was dismantled in 2018 under his watch. Trump slashed the CDC's epidemic control teams in39 countries, including China. And when the epidemic hit, Trump ignored it, downplayed it, and made repeated false claims. Even now, he spouts vulgar nonsense about restarting the economy by Easter when public health experts say the threat is going to persist for far longer.

Trump is profoundly culpable, but he is not the only reason for America's dismal situation in the face of this epidemic. Our for-profit health care system rakes in money on disease, not on health. Instead, we have a system that works for the rich, instead of a public health system for all Americans that readily anticipates and controls new pathogens through testing, contact tracing, and quarantine.

Americans across the country are fighting to stay alive, while Trump acts as if he is more intent on saving the economy. We can stilltry to control the virusas the East Asian countries are doing and in the process we will rescue the economy too. We need decisive action across states and cities. We are finding leadership today in our governors, mayors and our brave frontline health workers.

How US can keep death toll far below the 100,000 projection

By Jeffrey Sachs

On Tuesday, the White Houseprojectedan alarming possibility: Between 100,000 and 240,000 Americans could die from theCovid-19 pandemic, despite the efforts in place to minimize the spread of the disease. Yet these 100,000 to 240,000 deaths are not inevitable. Far from it. As ofThursday nightthere have been around 5,850 to date in the US, and of the 242,000 active cases, unfortunately several thousand are likely to die. But the US could still keep the death toll well below 100,000. It all depends on our public policy, and especially on our public health system.

We are now fighting the disease in intensive care units and through lockdowns, but that's because the US missed the early chance to take sufficient containment measures through testing, isolating, and contact tracing of individual cases. The federal government was grossly unprepared to handle the rapidly spreading infection, and so were the states and cities, which relied heavily on the federal government. The pandemic engulfed the country before governments at all levels recognized the dire emergency. By that time, the public health containment systems were overwhelmed by tens of thousands of confirmed cases, and many times more untested and unconfirmed infections.

Now, our best hope for saving lives and restoring economic activity is to bring the number of active cases back down sharply through the temporary lockdowns across the nation while rapidly building our public health containment system for the post-lockdown phase.

If lockdowns are able to prevent further viral spread, and they should be able to do so if properly enforced and managed-- which is not yet the case in many parts of the country -- the number of active cases will fall sharply, mostly through recoveries but also through tragic deaths. But when the infection rate drops, and the economy as well as our daily lives are enabled to gradually restart, we will need to contain the infectious cases that will remain in circulation, so as not to allow the pandemic to resurge.

The spread of the pandemic can be understood using a simple numerical example. The numbers in this illustration are not precise, as they will vary place to place and as there is still much that is not known about the spread of the disease.

Let's call today day one. Suppose an individual, we'll call him Jack, becomes infected through contact with a person who caught the virus a few days earlier. Jack becomesinfectiousto others on day four, but without symptoms appearing on that day. The symptoms, such as coughing, difficulty breathing and fever, begin on day five and Jack remains infectious and in the community through day nine. At that point most individuals recover or at least become much less infectious to others. The unlucky ones end up in hospital and in the most severe cases, die. Such numbers will vary by case, but are broadly in linewith thetimeline laid out in current studies.

During days four through nine, Jack circulates in the community, especially if his symptoms are on the mild side, potentially passing the infection to others. Let us say that he makes on average16 daily contactswith others, some briefer, some longer. Most of those contacts don›t infect the other person, but every once in a

while the contact does infect the other person, at work, in the theater, across the dining room table, or in some other place.

Jack is infectious to others for six days (during days four to nine), during which he makes 96 contacts in total, and infects 2.4 other individuals (the reproductive number, or the number of secondary infections generated from one infected person, of the novel coronavirus -- is thought to be between two and 2.6, according to models fromImperial College). In this scenario, that comes out to about 40 contacts for every one infection, again a rough number broadly consistent with the evidence about the rate of disease transmission.

There are two main ways to stop the pandemic. The first way -- the approach now widely used around the country -- is through an economic lockdown and “shelter in place.” By deliberately closing down most businesses, the daily contacts per person fall. Suppose that falls by more than half, say to six per day. Over six days, Jack now only makes 36 contacts rather than 96, and as a result now infects on average less than one other person.

This is why the lockdown works, if it is enforced. Over time, the number of infected people declines as those currently infected recover, followed by the smaller number of people they have infected. The lockdown policy, however, comes at a high short-term cost. Daily life and the economy are put on hold. Incomes, jobs, tax revenues, and businesses could collapse during the lockdown.

There is a much better way -- when it is feasible. Suppose that on the evening of day five, after two days of symptoms, Jack is visited by a public health worker who has conducted vigorous contact tracing. The health worker explains, “We are here because your colleague at work developed a mild Covid-fever three days ago. Do you also have symptoms?”

“Well, yes,” comes Jack’s reply. “I woke up today feeling not so great, but thought I could shake it.” The health worker is able to perform a diagnostic test and Jack remains isolated at home until the test confirms the Covid-19 infection. After a positive diagnosis,

he is instructed to stay at home for the recommended stretch after his symptoms disappear.

Jack is informed that he will receive full sick pay as long as he sends a text message of his temperature every six hours and as long as he abides by self-isolation or, if he's not able to text, he will be visited daily by a community health worker to monitor his temperature and condition. He is also given an emergency call-in number and a website for food deliveries if necessary. The health worker leaves some face masks in case Jack must have any contacts with others, such as a family member or delivery service. The health worker also leaves a thermometer if one is needed.

Jack has been caught by the public health service after just two days of being infectious, and so will have made an average of only 32 contacts (16 contacts a day for two days), even less than the 36 contacts we've assumed he would make during 6 days of partial lockdown (six contacts a day for six days). This containment system can find a substantial proportion of symptomatic cases as long as the lockdown phase has done its job of repressing the pandemic.

And for those the system does not catch, individuals themselves can step up their own response. Those with symptoms can call a Covid-19 hotline to arrange for a rapid diagnostic test at home or a pharmacy. The outcome should be the same: early isolation so as not to infect others. Of course, individuals should have guaranteed paid sick leave and free testing so that they can afford to self-isolate.

The newly scaled up public health system, augmented by heightened self-monitoring by the public at large, can keep ahead of new infections. If enough newly infected people are visited early on by public health workers, or go quickly into self-isolation before infecting other people, the pandemic will continue to slow and then stop. Other steps, such as wearing face masks, monitoring temperatures in crowded public places, and placing hand sanitizers in many locations, could also help.

There are many uncertainties and details. How fast can the system track and isolate infected individuals? What limits on big gatherings should remain to prevent "super-spreading" of the virus? Yet the basic logic should be clear: the lockdown phase must be followed by a containment phase based on the public health system. There's also the important factor of asymptomatic individuals, who, could make up as much as25%of all infected individuals, according to the director of the Centers for Disease Control and Prevention.

While some of these people may be caught by contact tracing and tested, others will not. To compensate for asymptomatic transmission, a high proportion of the symptomatic individuals must isolate early, either through contacts by the public health system or by their own initiative.

Europe and the US did not have effective public health systems in place at the start of the pandemic. In contrast, some countries in East Asia, such asSingapore,Hong Kong, and Taiwan,have highly effective public health systems, with experience after the2003 SARS outbreak.By taking a proactive approach to testing and tracking the infection, and by promoting personal hygiene (such as hand washing) and widespread temperature monitoring, they by and large succeeded in isolating a significant share of infections. As a result, they have so far kept the confirmed cases per 1 million populationfar belowthe levels of the US and Western Europe.

The great challenge for the US and Europe, in addition to saving the lives of those infected with Covid-19 and helping society to adhere to and cope with the lockdown, is to shift from lockdown mode to public health containment mode as rapidly as possible. During the coming weeks we must build up the public health systems across the nation. Every city, every community, needs to scale up the capacity to test, trace and isolate infected individuals. The federal government needs to create incentives (such as guaranteeingpaid sick leaveto cover all working people with no exceptions)

so that people with symptoms quickly self-isolate. Within several weeks, an effective national lockdown will likely reduce sharply the number of newly infected persons. The newly built-up public health systems can then ensure that the much smaller number of infected persons do not set off a new pandemic outbreak as the lockdown is lifted.

ATORMENTADOS PELO TRUMPISMO

Joseph E. Stiglitz[87]

Tradução: Anjuli Tostes

Como educador, estou sempre procurando por "momentos de aprendizado" - eventos atuais que ilustram e reforçam os princípios sobre os quais tenho ensinado. E não há nada como uma pandemia para focar a atenção no que realmente importa.

A crise da COVID-19 é rica em lições, especialmente para os Estados Unidos. Uma lição é que os vírus não carregam passaportes; na verdade, eles não observam fronteiras nacionais - ou retórica nacionalista. Em nosso mundo intimamente integrado, uma doença contagiosa originária de um país pode e se tornará global.

A disseminação de doenças é um efeito colateral negativo da globalização. Sempre que surgem crises transfronteiriças, elas exigem uma resposta global e cooperativa, como no caso das mudanças climáticas. Como os vírus, as emissões de gases de efeito estufa estão causando estragos e impondo custos massivos aos países do mundo todo, devido aos danos causados pelo aquecimento global e pelos eventos climáticos extremos associados.

Nenhuma administração presidencial dos EUA fez mais para minar a cooperação global e o papel do governo do que a de Donald

87 Joseph E. Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, é Professor Universitário da Universidade de Columbia e Economista-chefe do Instituto Roosevelt. Seu livro mais recente é *People, Power, and Profits: Progressive Capitalism for a Age of descontent* (*W. W. Norton & Company*, 2019).

Trump. E, no entanto, quando enfrentamos uma crise como uma epidemia ou um furacão, recorremos ao governo, porque sabemos que esses eventos exigem ação coletiva. Não podemos fazer isso sozinhos, nem confiar no setor privado. Com demasiada frequência, as empresas que maximizam o lucro veem as crises como oportunidades para obter preços superfaturados, como já é evidente no aumento dos preços das máscaras.

Infelizmente, desde o governo do presidente dos EUA, Ronald Reagan, o mantra nos EUA tem sido de que "o governo não é a solução para o nosso problema, o governo é o problema". Levar a sério essa tese é um caminho sem saída, mas Trump o percorreu mais longe do que qualquer outro líder político da história dos EUA.

No centro da resposta dos EUA à crise da COVID-19, está uma das instituições científicas mais veneráveis do país, os Centros de Controle e Prevenção de Doenças - CCPD (*Centers for Disease Control and Prevention*), que tradicionalmente contam com profissionais comprometidos, conhecedores e altamente treinados. Para Trump, o definitivo político-que-não-sabe-de-nada, esses especialistas representam um problema sério, porque o contradizem sempre que ele tenta inventar fatos para servir os seus próprios interesses.

A fé pode nos ajudar a lidar com as mortes causadas por uma epidemia, mas não substitui o conhecimento médico e científico. Força de vontade e orações foram inúteis para conter a Peste Negra na Idade Média. Felizmente, a humanidade fez notáveis avanços científicos desde então. Quando a cepa COVID-19 apareceu, os cientistas foram capazes de analisá-la rapidamente, testá-la, rastrear suas mutações e começar a trabalhar com uma vacina. Embora ainda haja muito mais a aprender sobre o novo coronavírus e seus efeitos nos seres humanos, sem a ciência estaríamos completamente à sua mercê, e o pânico já teria tomado conta.

A pesquisa científica requer recursos. Mas a maioria dos maiores avanços científicos dos últimos anos custou um valor irrisório

em comparação com a generosidade concedida às nossas empresas mais ricas pelos cortes de impostos de Trump e dos congressistas republicanos em 2017. De fato, nossos investimentos em ciência também empalidecem em comparação com os custos prováveis da epidemia mais recente para a economia, sem mencionar o valor perdido do mercado de ações.

No entanto, como aponta Linda Bilmes, da Harvard Kennedy School, o governo Trump propôs cortes no financiamento do CCPD ano após ano (10% em 2018, 19% em 2019). No início deste ano, Trump, demonstrando o pior *timing* possível, demandou um corte de 20% nos gastos em programas para combater doenças infecciosas e zoonóticas emergentes (ou seja, patógenos como coronavírus, que se originam em animais e saltam para os seres humanos). E em 2018, ele eliminou a diretoria global de segurança sanitária e biodefesa do Conselho de Segurança Nacional.

Não é de surpreender que o governo tenha se mostrado mal equipado para lidar com o surto. Embora a COVID-19 tenha atingido proporções epidêmicas semanas atrás, os EUA sofreram com capacidade insuficiente de testagem (mesmo em comparação com um país muito mais pobre como a Coréia do Sul) e procedimentos e protocolos inadequados para lidar com viajantes potencialmente expostos que retornam do exterior.

Essa resposta abaixo da média deve servir como mais um lembrete de que uma grama de prevenção vale um quilo de cura. Mas a panacéia multifacetada de Trump para qualquer ameaça econômica é simplesmente exigir mais flexibilização da política monetária e cortes de impostos (geralmente para os ricos), como se reduzir as taxas de juros fosse o suficiente para gerar outro boom no mercado de ações.

Esse tratamento charlatão tem ainda menos chances de funcionar agora do que em 2017, quando os cortes nos impostos criaram um alto nível de açúcar econômico de curto prazo que já havia se dissipado quando entramos em 2020. Com muitas empresas

norte-americanas enfrentando interrupções na cadeia de suprimentos, é difícil imaginar que eles de repente decidiriam realizar grandes investimentos apenas porque as taxas de juros foram reduzidas em 50 pontos-base (assumindo que os bancos comerciais até passassem os cortes primeiramente).

Pior ainda, os custos totais da epidemia para os EUA ainda podem estar por vir, principalmente se o vírus não é contido. Na ausência de licença médica remunerada, muitos trabalhadores infectados que já lutam para sobreviver irão aparecer para trabalhar de qualquer maneira. E, na ausência de um seguro de saúde adequado, eles serão relutantes em buscar testes e tratamento, para que não sejam atingidos por enormes contas médicas. O número de americanos vulneráveis não deve ser subestimado. Sob Trump, as taxas de morbidade e mortalidade estão aumentando, e cerca de 37 milhões de pessoas enfrentam regularmente a fome.

Todos esses riscos crescerão se houver pânico. Preveni-lo requer confiança, principalmente naqueles que têm a tarefa de informar o público e responder à crise. Mas Trump e o Partido Republicano estão semeando desconfiança em relação ao governo, à ciência e à mídia há anos, enquanto dão rédea livre a gigantes de mídia social com fome de lucro como o Facebook, que conscientemente permite que sua plataforma seja usada para espalhar desinformação. A ironia perversa é que a resposta inepta do governo Trump minará ainda mais a confiança no governo.

Os EUA deveriam ter começado a se preparar para os riscos de pandemias e mudanças climáticas anos atrás. Somente a governança baseada em ciência sólida pode nos proteger de tais crises. Agora que as duas ameaças estão caindo sobre nós, espera-se que ainda existam burocratas e cientistas dedicados suficientes no governo para nos proteger de Trump e de seus incompetentes companheiros.

PLAGUED BY TRUMPISM

JOSEPH E. STIGLITZ

As an educator, I'm always looking for "teachable moments" – current events that illustrate and reinforce the principles on which I've been lecturing. And there is nothing like a pandemic to focus attention on what really matters.

The COVID-19 crisis is rich in lessons, especially for the United States. One takeaway is that viruses do not carry passports; in fact, they don't observe national borders – or nationalist rhetoric – at all. In our closely integrated world, a contagious disease originating in one country can and will go global.1

The spread of diseases is one negative side effect of globalization. Whenever such cross-border crises emerge, they demand a global, cooperative response, as in the case of climate change. Like viruses, greenhouse-gas emissions are wreaking havoc and imposing massive costs on countries around the world through the damage caused by global warming and the associated extreme weather events.

No US presidential administration has done more to undermine global cooperation and the role of government than that of Donald Trump. And yet, when we face a crisis like an epidemic or a hurricane, we turn to government, because we know that such events demand collective action. We cannot go it alone, nor can we rely on the private sector. All too often, profit-maximizing firms will see crises as opportunities for price gouging, as is already evident in therising pricesof face masks.

Unfortunately, since US President Ronald Reagan's administration, themantrain the US has been that "government is not the solution to our problem, government is the problem." Taking that nostrum seriously is a dead-end road, but Trump has traveled further down it than any other US political leader in memory.

At the center of the US response to the COVID-19 crisis is one of the country's most venerable scientific institutions, the Centers for Disease Control and Prevention, which has traditionally been staffed with committed, knowledgeable, highly trained professionals. To Trump, the ultimate know-nothing politician, such experts pose a serious problem, because they will contradict him whenever he tries to make up facts to serve his own interests.

Faith may help us cope with the deaths caused by an epidemic, but it is no substitute for medical and scientific knowledge. Willpower and prayers were useless in containing the Black Death in the Middle Ages. Fortunately, humanity has made remarkable scientific advances since then. When the COVID-19 strain appeared, scientists were quickly able to analyze it, test for it, trace its mutations, and begin work on a vaccine. While there is still much more to learn about the new coronavirus and its effects on humans, without science, we would be completely at its mercy, and panic would have already ensued.

Scientific research requires resources. But most of the biggest scientific advances in recent years have cost peanuts compared to the largesse bestowed on our richest corporations by Trump and congressional Republicans' 2017 tax cuts. Indeed, our investments in science also pale in comparison to the latest epidemic's likely costs to the economy, not to mention lost stock-market value.

Nonetheless, as Linda Bilmes of the Harvard Kennedy Schoolpoints out, the Trump administration has proposed cuts to the CDC's funding year after year (10% in 2018, 19% in 2019). At the start of this year, Trump, demonstrating the worst timing imaginable, called for a 20% cut in spending on programs to fight

emerging infectious and zoonotic diseases (that is, pathogens like coronaviruses, which originate in animals and jump to humans). And in 2018, heeliminatedthe National Security Council's global health security and biodefense directorate.

Not surprisingly, the administration has proved ill-equipped to deal with the outbreak. Though COVID-19 reached epidemic proportions weeks ago, the US has suffered frominsufficient testing capacity(even compared to a much poorer country like South Korea) and inadequate procedures and protocols for handling potentially exposed travelers returning from abroad.

This subpar response should serve as yet another reminder that an ounce of prevention is worth a pound of cure. But Trump's al-l-purpose panacea for any economic threat is simply to demand more monetary-policy easing and tax cuts (typically for the rich), as if cutting interest rates is all that is needed to generate another stock-market boom.

This quack treatment is even less likely to work now than it did in 2017, when the tax cuts created a short-term economic sugar high that had already faded as we entered 2020. With many US firms facing supply-chain disruptions, it is hard to imagine that they would suddenly decide to undertake major investments just because interest rates were cut by 50 basis points (assuming commercial banks even pass on the cuts in the first place).

Worse, the epidemic's full costs to the US may be yet to come, particularly if the virus isn't contained. In the absence of paid sick leave, many infected workers already struggling to make ends meet will show up to work anyway. And in the absence of adequate health insurance, they will be reluctant to seek tests and treatment, lest they be hit with massive medical bills. The number of vulnerable Americans should not be underestimated. Under Trump, morbidity and mortality rates arerising, and some37 million peopleregularly confront hunger.

All these risks will grow if panic ensues. Preventing that requires trust, particularly in those tasked with informing the public and responding to the crisis. But Trump and the Republican Party have been sowing distrust toward government, science, and the media for years, while giving free rein to profit-hungry social-media giants like Facebook, which knowingly allows its platform to be used to spread disinformation. The perverse irony is that the Trump administration's ham-handed response will undermine trust in government even further.

The US should have started preparing for the risks of pandemics and climate change years ago. Only governance based on sound science can protect us from such crises. Now that both threats are bearing down on us, one hopes that there are still enough dedicated bureaucrats and scientists left in the government to protect us from Trump and his incompetent cronies.

ALÉM DO CORONA VÍRUS[88]

Ladislau Dowbor[89]

Não sou médico para comentar os aspectos epidemiológicos do vírus que nos assola. Mas algumas implicações sociais e políticas são óbvias. O primeiro ponto é que desde o golpe há uma fragilização generalizada das políticas sociais – e para efeitos de governança tudo começa já em 2013 com as manifestações, e com o boicote ("Dilma pode até ganhar, mas não irá governar") e a inversão de prioridades em 2014 favorecendo o sistema financeiro. O teto de gastos, a perda de direitos trabalhistas, o retrocesso na Previdência, os ataques às organizações da sociedade civil, o congelamento do salário mínimo e do Bolsa Família e outras medidas tiveram como denominador comum o travamento da renda e do acesso aos bens de consumo coletivo pelo grosso da população, enquanto se expandia radicalmente o lucro dos bancos e dos grandes aplicadores financeiros.

Foi justamente isso o que paralisou a economia. Os números são claros. Na fase distributiva, entre 2003 e 2013, tivemos um crescimento médio do PIB da ordem de 4% ao ano, apesar da crise de 2008; e de lá para cá, tivemos uma queda do PIB da ordem de 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016, seguido da paralisia, o fundo do poço onde nos encontramos, com crescimento em torno de 1% ao ano,

---

88 Versão atualizada do artigo publicado pelo Le Monde Diplomatique.

89 Professor de economia na PUC-SP e consultor de várias agências internacionais. Os seus trabalhos, inclusive resenhas dos livros mencionados, podem ser encontrados em http://dowbor.org

o que descontando o crescimento demográfico implica que estamos parados no nível de uns 8 anos atrás. E tudo foi feito "para proteger o país do déficit" atribuído à irresponsabilidade de Dilma Rousseff que "devia ter aprendido que uma dona de casa tem de gastar apenas o que tem". Para registro, anotem os déficits apresentados no Resultado Fiscal do Governo Central, entre 2012 e 2019. O déficit foi de R$ 61 bilhões (1,3% do PIB) em 2012, 111 em 2013, passando para 272 em 2014 (já com a reversão política), 514 em 2015, 478 em 2016, 459 em 2017, 426 em 2018, e 400 em 2019. Em suma: Joaquim Levy, Henrique Meirelles, Paulo Guedes ou quem seja viraram campeões de déficit, prejudicando seriamente a vida do grosso da população.

A questão é que esses recursos, que não foram investidos na população, tampouco entraram no governo – e se tivessem entrado teria equilibrado as contas –, mas não entraram e foram para algum lugar... Se vocês consultarem o site do Tesouro Nacional vão constatar que o governo tem transferido em juros, essencialmente para bancos e outros aplicadores financeiros, entre R$ 300 e 400 bilhões por ano, dinheiro que precisamente deixou de ir para educação, segurança e o SUS. Consultem a fonte, acessem http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/resultado-do-tesouro-nacional, cliquem em "Resultado Fiscal do Governo Central – Estrutura Nova", e embaixo acessem a tabela 2.1. (Por alguma razão deslocaram recentemente os dados da tabela 4.1 para 2.1, vá lá entender). Vejam as linhas IX, X e XI, os números estão lá, discretos mas firmes, apontando a farsa. Aliás, a PEC 10/2020, a "da guerra", desvincula gastos do controle, "exceto os recursos vinculados ao pagamento da dívida pública." (Par. 6)

Não há nenhum mistério quanto à paralisia econômica. Quando se reduziu a capacidade de compra da população, as empresas tiveram de reduzir o ritmo de produção – hoje estão trabalhando com menos de 70% da capacidade – e demitir seus empregados. O desemprego dobrou e se mantém nas alturas, com apenas um pouco

de recuperação no setor informal. Ao travar o consumo das famílias e a produção das empresas (que dirá do investimento empresarial, ninguém investe com tamanha insegurança) se reduz também os impostos pagos tanto sobre o consumo como sobre outras atividades econômicas. Aprofunda-se ainda mais o déficit, ferrando com a população e as empresas.

O teto de gastos foi apresentado como medida séria, de "austeridade", e reduziu drasticamente a capacidades de ação do SUS. Para os que tomam as decisões e têm planos de saúde sofisticados (aliás outra forma de extorsão), não havia preocupação nenhuma em travar o SUS. Estão cobertos pelo Einstein e outros hospitais. Para o grosso da população, foi um desastre, reduzindo fortemente a capacidade pública e gratuita de atendimento. Isso impacta evidentemente a expansão do Corona Vírus, e eis que os grupos privilegiados descobrem que o vírus não foi informado sobre a diferença entre quem tem plano de saúde e quem tem SUS. Ferrar o sistema universal e gratuito de atendimento, facilita a expansão do vírus, e isso vai atingir diretamente a todos. Aliás, as elites que viajam são as que mais contribuíram para trazer o vírus para o país, mas a generalização da vulnerabilidade cria precisamente o que se chama Crise. E é o que estamos vivendo, com C maiúsculo.

O vírus Corona é de índole democrática. Não tem preferências de classe. Mas nós não somos democráticos. Os privilegiados têm sem dúvida mais meios de se proteger, com trabalho em casa pelo computador, com casa de campo, com amplos quartos que permitem evitar contatos diretos. Mas no conjunto a fragilização do sistema de saúde na massa da população agrava a vulnerabilidade do país como um todo.

Lições já estamos tirando, é um efeito indireto frequente quando surgem crises. De repente, nós lembramos que somos todos apenas seres humanos, com as mesmas vulnerabilidades, e fragilizar a saúde de uns gera tragédias para todos. E travar o Estado, em nome da "luta contra a corrupção", quando se está desviando dinheiro do

essencial (Saúde, Educação, Segurança...) para a acumulação financeira de milionários, constitui um escândalo sem tamanho que as pessoas estão começando a compreender.

A crise atinge a todos, ou quase. E neste momento (milagre!) os mesmos grupos que vieram "nos salvar" ao "nos proteger do Estado", "enfrentar o déficit", "privatizar bens públicos" se lembram precisamente da generosidade dos cofres públicos. Como em 2008, quando os desmandos dos bancos foram recompensados, pelo mundo afora, com o dinheiro público, no momento atual, o Estado volta a ser o salvador da pátria. São 6 trilhões de dólares nos Estados Unidos, 1 trilhão de reais no Brasil, outros tantos em diversos países.

É necessário? Sem dúvida, mas vem tarde, e vem muito deformado: migalhas para os assalariados. Conseguiu-se os 600 reais para um segmento da sociedade, por três meses, mal chega a 100 bilhões no conjunto, e o resto vai essencialmente para bancos. Lembrando que na nossa força de trabalho de 105 milhões de pessoas, temos 13 milhões de desempregados, 40 bilhões no setor informal, ou seja, a metade da nossa força de trabalho é desprotegida. No emprego formal privado temos apenas 33 milhões, menos de um terço da força de trabalho. Mesmo antes da crise atual a precariedade já era imensa. A massa de dinheiro público que vai para os bancos irá, como anunciado, ajudar as empresas e as famílias? Os bancos já reagiram, aumentam juros, dizem que precisam "evitar riscos". E ficam com o dinheiro.

A meu ver, devemos juntar as forças para enfrentar o vírus, mas devemos também pensar que onde funciona, a saúde é pública, gratuita e universal, porque nesta área, as atividades públicas são muito mais eficientes do que o sistema privado. Nos Estados Unidos, o sistema é em grande parte privado, e custa 10.400 dólares por pessoa e por ano. No Canadá, onde é dominantemente público, atinge-se um nível de saúde muito superior com 4.400 dólares. O setor privado é ótimo para produzir hambúrguer, bicicletas, automóveis.

Na saúde, educação, segurança, intermediação financeira e outros serviços essenciais de consumo coletivo, a privatização é uma desgraça. Vira indústria da doença, indústria do diploma, indústria da dívida. Sem falar das milícias.

O que temos pela frente, além do Corona vírus, é pensar uma sociedade mais solidária e resiliente, em cada país e em cada cidade.

Uma outra dimensão capaz de ultrapassar a pandemia e apontar novos rumos é o desafio da governança planetária. No caso do aquecimento global, por exemplo, estamos assistindo a uma catástrofe em câmara lenta, enfileirando reuniões internacionais em que se constata que... "temos de tomar providências". Quais providências? As providências cabíveis. Quando? No momento oportuno. Por quem? Pelas autoridades competentes. E assim por diante, o velho discurso que conhecemos. Os governos até assinam compromissos com boa vontade, mas voltando para casa, eles se preocupam mais com a sobrevivência do seu mandato do que com a sobrevivência da humanidade.

As corporações sempre conheceram perfeitamente, muito antes de nós, o tamanho dos desastres que contribuem para gerar. As empresas de cigarro conheciam, por pesquisas internas, a expansão do câncer e os milhões de mortes que ocasionavam – e que continuam a ocasionar - enquanto o negavam publicamente. A Volkswagen conhecia perfeitamente o volume de emissões de partículas que seus carros produziam, e sabia que estava contribuindo com cerca de 6 milhões de mortes que esta poluição ocasionava anualmente no mundo. A British Petroleum conhecia a tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas, mas dinheiro para os acionistas era mais importante.

A Vale sabe como se constrói uma simples barragem segura – somos um país que tem capacidade de construir uma Itaipu, mas aqui também os interesses financeiros dominaram. As empresas de petróleo e do carvão sabem há décadas que estão levando a economia mundial para o desastre. A lista aqui pode ser imensa, o

denominador comum é que o rendimento das ações e o bônus do conselho de administração, e sempre no curto prazo, dominam. A partir de um certo número de níveis hierárquicos, a própria responsabilidade se dilui. Os desmandos convergem e se ampliam, mas as culpas se tornam abstratas enquanto os desastres se tornam sistêmicos.

Onde esses exemplos se cruzam com a presente pandemia? Na dimensão planetária dos desafios. A Europa está parando de produzir medicamentos porque depende de insumos da China e de outros países. Nos Estados Unidos, empresas param por falta às vezes de uma peça. A crise atual está nos fazendo tomar consciência de a que ponto somos hoje um sistema interligado e interdependente. Somos uma economia mundial, os seres humanos circulam freneticamente pelo planeta como milhões de formigas, o dinheiro imaterial circula na velocidade da luz sem controle provocando instabilidade generalizada, a informação se tornou uma commodity global, mas não temos governança planetária. Pelo contrário, predomina o oportunismo nefasto, que pode tomar a forma de exportação de lixo da Europa para a Ásia, de cobrança de níveis ridículos de impostos pela Irlanda (e tantos outros) para atrair empresas a qualquer custo, da manutenção de paraísos fiscais com soberania fictícia para favorecer transações ilegais e assim por diante.

Em outros termos, somos uma humanidade terráquea que se comporta politicamente como se o mundo do século XXI pudesse conviver com tribalismo político. Mas enquanto nos feudos europeus de antigamente os deslocamentos a cavalo e os massacres com espadas tinham limites físicos, não há limites neste planeta hiperconectado e interdependente, dotado de tecnologias de impacto global, e que ainda se mobiliza em torno a gritos nacionalistas, a ódios religiosos, a demagogos histéricos. Isso não funciona. Os países mais pobres estão fechando os seus portos aos navios com lixo dos países ricos, os países ricos estão se fechando por trás de cercas de arame farpado para se proteger dos pobres. Todos os

países estão fechando suas fronteiras como se o Corona precisasse de visto de entrada! E a culpa pelo aquecimento global está sendo empurrada de um lado para outro. Cada um clama o seu direito soberano de defender os seus interesses a seu modo, ainda que o resultado sistêmico seja um desastre.

O que o Corona vírus nos lembra, ou praticamente esfrega na nossa cara, é que estamos realmente maduros para um sistema de soberania compartilhada e regulada no plano global. A ONU apresenta o *Global Green New Deal*, a OCDE negocia o acordo *Base Erosion and Profit Shifting* (BEPS) buscando assegurar primeiros passos na regulação fiscal e financeira do planeta, o World Inequality Database (WID) sistematiza os dados básicos sobre a rupturas sociais e econômicas, grandes corporações e grupos financeiros estão acenando com possíveis reorientações no seu comportamento, até Davos apela para evoluirmos da prioridade dos acionistas para as prioridades da sociedade e do meio ambiente (*From Shareholders to Stakeholders*). Um simples apelo do Papa para discutir uma outra economia, a *Economia de Francisco,* reúne pesquisadores de primeira linha mundial.

A crise global pode gerar – e apenas pode – um choque de bom senso. Confinado em casa, tenho todo o tempo de enfrentar as 1200 páginas de *Capital e Ideologia*, de Thomas Piketty, na edição francesa (ainda não saiu em português, mas está disponível em inglês). Raramente vi tanto bom senso organizado. O livro trata essencialmente do nosso principal drama, a desigualdade, e é um primor de realismo na análise e de clareza nas propostas. E me impressiona o leque de trabalhos de primeira linha que estão construindo uma nova visão de como a economia e a sociedade podem ser reorganizadas. O *People, Power and Profits* do Joseph Stiglitz, *A Economia Donut* de Kate Raworth, *O Estado Empreendedor* de Mariana Mazzucato, *A Apropriação Indébita* de Gar Alperovitz e Lew Daly, *The Public Bank Solution* de Ellen Brown, os trabalhos de Há-Joon Chang, de Marjorie Kelly, de Ann Pettifor, de Saez e Zucman, de

Jeremy Rifkin, enfim, há uma revolução teórica em curso que está transformando a forma de analisarmos o que acontece no mundo. Uma nova visão está surgindo.

Não há dúvidas que continuamos nas poderosas mãos de gigantes corporativos, que os interesses financeiros se apropriam dos próprios governos, que populações frustradas pela política que não lhes serve votam em qualquer demagogo que lhes alimente o ódio. Mas tampouco há dúvidas de que as soluções estão na construção de novos pactos sociais, não apenas de preservar ou reconquistar o que já tivemos. É tempo de pensar caminhos.

18 de abril de 2020

A FINANÇA E O CORONAVÍRUS

Luiz Gonzaga Belluzzo[90]

No Capítulo 31 do Volume Primeiro de O Capital, Karl Marx trata do surgimento do sistema monetário-financeiro ajustado aos requerimentos do Regime do Capital. Ele vai cuidar da gênese dos sistemas monetários-financeiros contemporâneos, os sistemas que ajudaram a impulsionar o nascimento da indústria depois da consolidação da propriedade privada moderna e do surgimento dos trabalhadores livres da servidão.

A citação é um tanto longa, mas necessária:

> "A dívida pública torna-se uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Como acontece com o toque da varinha de um encantador, emite o dinheiro estéril com seu poder da criação e transforma [esse dinheiro] em capital, sem a necessidade de se expor aos problemas e riscos inseparáveis de seu emprego na indústria ou mesmo na usura. Os credores estatais realmente não dão nada, pois a quantia emprestada é transformada em títulos públicos, facilmente negociáveis, que passam a funcionar em suas mãos, assim como o dinheiro vivo faria.
> Mas, além da classe de rentistas preguiçosos, a riqueza criada do nada pelos [bancos], intermediários entre o governo e a nação, além dos agricultores, comerciantes, fabricantes privados, a quem boa parte dos empréstimos públicos prestam serviço, como um maná caído do céu – a dívida nacional deu origem a empresas por ações, a transações com ativos negociáveis de

90 Professor titular do Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (1985-1987) e de Ciência e Tecnologia de São Paulo (1988-1990).

> todos os tipos, em uma palavra ao jogo de bolsa de valores e dos bancos modernos.
>
> Assim, para avaliar o acúmulo da dívida nacional não há medida mais infalível do que o aumento sucessivo do número de bancos, cujo desenvolvimento completo data da fundação do Banco da Inglaterra em 1694.
>
> O Banco da Inglaterra começou com o empréstimo de seu dinheiro ao Governo em 8%; ao mesmo tempo, foi habilitado pelo Parlamento a cunhar dinheiro a partir do mesmo capital, emprestando-o novamente ao público sob a forma de cédulas. Foi permitido usar essas notas para pagar contas, fazer empréstimos para o giro das mercadorias e para a compra dos metais preciosos. Não demorou muito para que esse dinheiro de crédito, feito pelo próprio banco, se tornasse a moeda em que o Banco da Inglaterra fazia seus empréstimos ao Estado, e pagava, por conta do Estado, os juros da dívida pública. Gradualmente, tornou-se o receptáculo do acervo metálico do país, e o centro de gravidade de todo o crédito comercial. Esse foi o efeito produzido em seus contemporâneos pelo súbito surgimento desta ninhada de bancários, financiadores, rentistas, corretores, operadores das bolsas de valores, & c., tudo comprovado pelos escritos da época."

A exaustiva citação revela o papel da dívida pública na composição da riqueza privada nos primórdios do capitalismo. Mostra a importância do ativo-passivo emitido pelos governos na transição entre os patrimônios imobilizados na terra e a riqueza móvel e líquida. Assim, o Banco da Inglaterra mediou as trepidações e expropriações da acumulação primitiva e criou o espaço monetário indispenável para o surgimento da economia da industria e da liberdade de empreender.

Os sistemas de crédito são instituições construídas ao longo da história pela engenhosidade humana. A crescente concentração da riqueza líquida sob o comando dos bancos autorizou Keynes a assegurar: "É evidente que não há limites para o volume de moeda bancária que as instituições de crédito podem criar, desde que o sistema se mova conjuntamente para a frente… Aboletado em sua

sala, cada presidente de banco vê a si mesmo como um instrumento passivo de forças externas que ele não pode controlar, mas tais '-forças externas' nada mais são do que ele mesmo e seus colegas presidentes, certamente nada a ver com os depositantes".

Atormentados por seu desespero "científico", os economistas da chamada corrente principal se esforçaram e ainda se esforçam para "naturalizar" o crédito e os bancos. Knut Wicksell, admirável economista sueco, formulou o conceito de taxa natural de juros, aquela que equilibra a poupança e o investimento. Se a taxa monetária, aquela administrada pelo sistema bancário, aí incluído o Banco Central, está fora do lugar, a economia de mercado ingressa num processo cumulativo de deflação ou inflação, conforme a taxa monetária esteja acima ou abaixo da taxa natural.

Os economistas austríacos, Hayek à frente, seguiram suas lições e não se cansaram de lamentar o papel do crédito na "deformação" das leis naturais da economia. O crédito, dizem eles, viola o princípio sagrado que garante a evolução em equilíbrio das economias de mercado: o investimento genuíno, não distorcido, deve ser precedido pelas virtudes da poupança e da frugalidade.

Para o bem ou para o mal, a evolução do capitalismo realmente existente removeu as limitações impostas pela natureza à acumulação de riqueza. Aqui o leitor há de permitir que eu possa invocar Karl Marx, um admirador e crítico do capitalismo. Ao registrar as transformações na vida social e econômica produzidas pelo movimento incessante de criação e destruição de riqueza, marca registrada desse modo de produção, Marx sentenciou: "O sistema de crédito torna absurda a frase segundo a qual o capital nasce da poupança, pois o que o especulador espera é que outros poupem para ele… a outra frase, a da abstinência, recebe um bofetão na cara, pois o luxo é convertido também em instrumento de crédito… ideias que tinham alguma justificativa, em fases menos desenvolvidas da produção capitalista, perdem toda a razão de ser".

O Estado é o senhor da moeda, e os bancos, sob a supervisão e o controle do Banco Central são incumbidos da criação monetária mediante operações de crédito, o que permite a antecipação de expectativas futuras de produção e emprego, em virtude da tomada de risco pelos devedores, amparada na capacidade de alavancagem da atividade bancária.

Assim é, porque em sua dimensão monetária, o capitalismo revela o indissociável contubérnio entre o Universal e o Particular, entre o Estado e o Mercado, entre a Comunidade e o indivíduo. O dinheiro não pode ser criado e entrar em circulação sem a benção do Estado e a unção das relações de propriedade, as relações débito-crédito. A criação monetária executada pelos bancos sob a supervisão do Estado reforça as relações de propriedade: o banco credor empresta exercendo a função de agente privado do valor universal. O devedor exercita seus direitos usufruindo o valor universal como proprietário privado.

Se não pagar a dívida, o agente privado do valor universal pode expropriar o devedor de sua propriedade. Na pandemia econômica, os nexos monetários foram rompidos e os proprietários privados, aí incluídos os proprietários da força de trabalho, foram expropriados, afastados de suas atividades. A propriedade jurídica sucumbe ao colapso econômico e a restauração das relações proprietárias só pode ser garantida pela ação discricionária do Estado - Banco Central e Tesouro Nacional. Os mi-mi-mis liberalóides dos Paulo Guedes & Companhia, sempre preocupados com o que virá depois, podem destruir o futuro com suas vacilações no presente.

A pandemia de Coronavírus avança entre desesperos, indignações e serenidades. Os humanos tampouco conseguem escapar de repentes de humor que brotam incansáveis nas redes sociais.

O jornalista Mario Vitor Santos postou em um grupo de amigos a manifestação de um certo Pedro Vallin. Traduzo do espanhol: “Acreditávamos que o medo da morte convertia os ateus em crentes, mas, na verdade, converteu os neoliberais em keynesianos”

Terça-feira, 17 de março de 2020 fui dormir acalentado por insuspeitadas declarações dos comentaristas da Globonews. Depois de longa temporada tocando o realejo de Paulo Guedes, "Não tem dinheiro", a turma dos Marinho proclamou, quase em uníssono: "As pessoas fazem parte da economia." Eureka!!!

Tenho a impressão que as pessoas brasileiras já estavam nos arrabaldes da economia, muitas desempregadas, outras sobrevivendo à custa de pedaladas nas plataformas de comida ou detonando a saúde no transporte uberizado.

O site da Bloomberg informa que "Até falcões do déficit apoiam grandes gastos para combater a crise do vírus". O jornalista Peter Coy entrevistou três figurinhas carimbadas da ortodoxia econômica: Gregory Mankiw, de Harvard, foi conselheiro econômico-chefe do presidente republicano George W. Bush e é autor de um livro best-seller de Macroeconomia; Glenn Hubbard, ex-reitor da Columbia Business School, também foi conselheiro econômico-chefe de Bush; e Alberto Alesina, de Harvard, patrono da austeridade expansionista, uma das pérolas mais cobiçadas por economistas da estirpe de Paulo Guedes.

Hubbard foi incisivo: "Embora a política não possa compensar o choque de oferta, ela pode garantir que a demanda não afunde. Enviar cheques para indivíduos de baixa e moderada renda seria útil e deveria ser possível. Os mercados estão precificando cenários terríveis por causa da queda da confiança. Um grande programa de infraestrutura tranquilizaria as empresas a respeito da demanda futura — os projetos não precisam estar "prontos" para que isso funcione... Embora a profanação das regras fiscais não seja o objetivo, os formuladores de políticas devem priorizar a segurança sobre o déficit de curto prazo."

O austero expansionista Alesina emendou: "Eu não sou um falcão do déficit. Sou um economista que entende as prescrições de uma política fiscal ideal: executar déficits maciços quando há uma necessidade temporária como agora com o vírus e reduzi-los em

períodos normais de crescimento... A questão da austeridade e seu efeito é irrelevante agora porque não precisamos de austeridade.”

No livro “The Predator Nation: Corporate Criminals, Political Corruption and the Hijaking of América”, Charles Ferguson, diretor do celebrado documentário Inside Job, desfila trechos de artigos escritos por Hubbard às vésperas do crash de 2007/2008. Pontificava, então, o professor de Columbia: “O desenvolvimento do mercado de capitais nos Estados Unidos aperfeiçoou a alocação de capital e dos riscos. Isso deu maior estabilidade ao sistema bancário americano, proporcionou mais empregos, salários mais elevados, recessões menos frequentes, mais brandas e uma revolução no financiamento de imóveis residenciais”.

Mais adiante, prosseguiu em sua apoteose mental: “O desenvolvimento dos mercados de capitais ajudou a distribuição mais eficiente dos riscos. Essa capacidade de transferir riscos facilitou a inclinação a assumi-los, mas essa maior inclinação não desestabiliza a economia. Assim, os mercados financeiros asseguram o direcionamento dos fluxos de capitais para os melhores usos e (garantem) que as atividades de maior risco e maiores rendimentos tenham funding sólido.”

O penitente Hubbard deixou herdeiros que compartilham suas opiniões maviosas sobre a “eficiência” dos mercados de capitais. Depois do crash de 2008, a maioria dos economistas do mainstream fechou os olhos para a nova bolha que se formava nos mercados, no rastro da grana espargida generosamente pelos Bancos Centrais.

Na maré alta do Quantitative Easing, os “mercados” se dedicaram, mais uma vez, ao esporte radical de formação de novas bolhas. O poderoso lobby da finança conseguiu a sobrevivência da desregulamentação financeira, o que facilitou o envolvimento dos bancos no financiamento de posições nos mercados de capitais e em operações “fora do balanço”, sobretudo as que envolvem derivativos.

Isto permitiu um elevado grau de "alavancagem" dos fundos de hedge, bancos sombra e que tais . Esses agentes, quando surpreendidos por movimentos bruscos e não antecipados de preços, correm para liquidar as posições alavancadas para cobrir as chamadas de margem. A chamada de margem ocorre quando uma forte oscilação baixista obriga o portador das ações - financiadas e dadas em garantia - a botar mais dinheiro de seu bolso para honrar essa garantia oferecida ao financiador.

As crises podem ser agravadas pela conspiração perversa entre as chamadas de margem, a marcação a mercado e a iliquidez nos mercados de comercial papers.

Os commercial papers são dívidas de curto prazo emitidas por empresas não financeiras para financiar seu giro operacional e financeiro. Esses instrumentos de curto adquiridos por instituições financeiras, sobretudo as não-bancárias, são utilizadas para "carregar" posições em papéis mais longos. São especialmente sensíveis às mudan¬ças nas condições de liquidez dos mer¬cados financeiros. Na crise de 2008, assim como hoje, esses mercados secaram e impuseram uma intervenção drástica dos Bancos Centrais.

A marcação-a-mercado é especialmente danosa nos momentos de stress. As regras do mark-to-market exigem a alteração nos valores dos ativos registrados nos balanços à medida que as condições do mercado mudam. Essa regra pode se tornar mortal, caso preços de mercado flutuem muito ou de forma imprevisível. Isso causou grandes problemas (baixas) para muitos bancos no final de 2007 e 2008.

Na ausência de um socorro tempestivo de um emprestador de última instância a propagação do pânico leva inexoravelmente ao credit crunch, à ruptura do sistema de pagamentos e à corrida bancária. Nos momentos agudos, surge como alma penada a função reserva de valor dinheiro. Os modelos papai/mamãe pretendem exorcizar esse Espírito Maléfico dos ambientes frequentados por economistas bonzinhos. A expulsão do Mefisto permite às hipóteses "predominantes" ignorar as diabruras dos movimentos

extremos de preços dos ativos, sempre impulsionados pela excessiva elasticidade do sistema de crédito.

A marca registrada da finança contemporânea é a gestão público/privada da moeda e do crédito. Já escrevi em outra ocasião que a crise financeira global desvendou o caráter político-jurídico da moeda e a natureza "coletivista" e hierárquica do sistema de crédito, cuja função inescapavelmente pública é, em tempos "normais", delegada à administração das instituições privadas. As massas de capital líquido das empresas e a poupança das famílias estão cada vez mais concentradas sob o comando de grandes investidores institucionais. São fundos de pensão, fundos mútuos e fundos de hedge que - operando em várias praças financeiras - usam intensamente a técnica de "alavancar" posições em ativos. Simultaneamente, a desregulamentação financeira rompeu os diques impostos - depois da crise dos anos 30 - à ação dos bancos comerciais que voltaram a operar como supermercados financeiros e passaram a se valer da "securitização" de créditos, o que facilitou o seu envolvimento com o financiamento de posições nos mercados de capitais e em operações "fora do balanço" com derivativos.

Esta nova configuração institucional acirrou a concorrência entre as instituições financeiras na atração da clientela e na aceleração das inovações financeiras. Os gestores de portfólios – bancos fundos mútuos e de pensão - no afã de carrear mais recursos sob o seu controle e na ânsia de bater os concorrentes, procuram exibir as melhores performances. Os administradores mais ousados abrem espaço para produtos e ativos de maior risco, em suas carteiras alavancadas.

A estabilidade da economia monetária depende, portanto, das complexas relações entre os fundos coletivos administrados pelos comitês privados de avaliação do crédito e a capacidade do Estado de orientar o comportamento e as expectativas dos agentes privados empenhados na liça da acumulação de riqueza monetária. Esses trabalhos do Estado são executados pela política monetária

do Banco Central em conjunto com a gestão da dívida pública pelo Tesouro.

Quando mencionam as instituições "grandes demais para falir", os especialistas e quejandos deixam escapar do inconsciente a verdadeira natureza do complexo financeiro-monetário. Na forma em que está constituído nas economias capitalistas contemporâneas o complexo financeiro- monetário - além de desempenhar as funções de administrador do sistema de pagamentos e provedor de liquidez, ou seja, de cuidar da "infraestrutura do mercado- transfigurou-se no que Minsky chamou "money manager capitalism".

Essa é a etapa mais avançada do capitalismo porque nela a capacidade de mobilização dos capitais se transforma, na esfera produtiva - em uma força de supressão das barreiras tecnológicas e de mercado– em particular daquelas que decorrem do aumento das escalas de produção, com imobilização crescente de grandes massas de capital fixo. As instituições financeiras que participam da constituição e gestão das grandes empresas produtivas promovem a supressão da concorrência mas, ao fazer isto, estimulam a conquista de novos mercados, provocando o acirramento da concorrência entre blocos de capital e impulsionando a internacionalização crescente da concorrência. Vide a relação China-Estados Unidos.

O ciclo de expansão recente e sua crise demonstraram, no entanto, que a acumulação de riqueza monetária pode se desvencilhar dos incômodos da produção material. Essa proeza não é sintoma de deformação, mas de aperfeiçoamento da "natureza" do "money manager capitalism". Ele se distingue pelo caráter universal e permanente dos processos especulativos e da inovação criativa, capazes de suplantar as façanhas mais espetaculares do que aquelas imaginadas por Karl Marx ao desenvolver o conceito de "capital fictício".

O Dinheiro Diabólico assombra o mundo abstrato da racionalidade e do equilíbrio, como o fantasma de Banquo assombrava Macbeth. Quando euforia alavancada se transmuta no medo e na

incerteza, os agentes racionais se transformam numa manada de adoradores do Bezerro de Ouro.

Globalização Financeira e Instabilidade

No início dos anos 1990, em nome das chamadas políticas "estruturais" aconselhadas pelo Consenso de Washington, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial dedicaram-se a pressionar os países da periferia vitimados pela crise da dívida externa da década de 1980. O propósito era obrigá-los, entre outras coisas, a eliminar os controles ou obstáculos à livre entrada e saída de capitais.

Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos, a desregulamentação financeira rompia os diques de segurança erigidos por Roosevelt para enfrentar a crise dos anos 1930. Essas restrições à finança buscavam impedir que os bancos comerciais se envolvessem no financiamento de posições "especulativas" nos mercados de riqueza (ações e imóveis), com consequências indesejáveis para a solidez dos sistemas bancários.

As palavras de ordem do "novo consenso" eram abertura comercial, liberalização das contas de capital, desregulamentação e "descompressão" dos sistemas financeiros domésticos, reforma do Estado, incluída a privatização de empresas públicas e da seguridade social, abandono das políticas "intervencionistas" de fomento às exportações, à indústria e à agricultura.

Um após o outro, os países de moeda não conversível promoveram a abertura financeira. Os ciclos de financiamento externo do fim do século XX e início do XXI foram curtos e de reversão muito rápida. As economias periféricas ficaram assim expostas às ondas de otimismo e pessimismo inerentes aos mercados "globalizados".

Na América Latina dos anos 1990, as políticas de liberalização financeira e de valorização cambial afetaram negativamente o crescimento econômico. No Brasil e, sobretudo, na Argentina, a

abertura financeira inflou os passivos externos e a dívida pública e facilitou as aquisições de empresas locais em todos os setores. O resultado foi a fragilização do balanço de pagamentos, a crescente imobilização da política fiscal e a subordinação da política monetária à alternância de otimismo e pessimismo nos mercados globais.

Alguns países tentaram escapar da coerção cambial, como o Brasil, adotando o câmbio flutuante. A âncora nominal, neste caso, fica por conta do regime de metas de inflação. A experiência recente demonstra, no entanto, que a dependência excessiva do financiamento externo engendra miniciclos de euforia, seguidos de forte instabilidade cambial.

O Banco Central não recuperou a liberdade de guiar a taxa de juros de modo a permitir que a economia nacional possa evoluir num ambiente favorável à expansão do crédito, ao investimento, ao endividamento das famílias e das empresas.

Nos dias de hoje, a abertura das contas de capital e a descompressão financeira inverteram as determinações do balanço de pagamentos. São os movimentos especulativos e de arbitragem das massas de capital monetário que, afetando a taxa de câmbio nominal, determinam os resultados em conta corrente. No imediato pós-Guerra, período da repressão financeira, a conta de capital era um resíduo que "fechava" os déficits na conta de mercadorias e serviços.

No admirável mundo novo, de ajustamentos rápidos e alta volatilidade de preços dos ativos, países dotados de moedas frágeis, com desprezível participação nas transações internacionais, encontram-se diante do risco de uma procissão de desgraças: valorização indesejada da moeda local, operações de esterilização dos efeitos monetários da expansão das reservas (explosão da dívida pública), déficits insustentáveis em conta corrente e finalmente crises cambiais e financeiras.

Em um sistema internacional "regulado", como o desenhado em 1944, em Bretton Woods, as regras do jogo eram as seguintes: taxas fixas, mas ajustáveis, de câmbio, limitada mobilidade de capitais

e cobertura de déficits em transações correntes atendida por uma instituição pública multilateral.

Em sua concepção original, o FMI deveria funcionar como um provedor de liquidez aos países com desequilíbrio de curto prazo no balanço de pagamentos. O artigo VII de seus estatutos, a chamada cláusula da "moeda escassa", previa a adoção de controles cambiais em situações de agudo desequilíbrio do balanço de pagamentos.

Câmbio e juros, nesse sistema, eram preços-âncora, cujas relativas estabilidade e previsibilidade eram vistas como essenciais para a formação das expectativas dos possuidores de riqueza envolvidos nas decisões de produção e investimento.

Esse "modo de regulação" tinha um duplo objetivo: construir um sistema monetário realmente internacional, favorável à expansão do comércio entre as nações, e impedir que condicionantes ou choques externos passassem a comandar a política econômica doméstica e a definir a trajetória das economias nacionais.

A experiência das globalizações financeiras demonstra que os humores dos mercados financeiros globalizados impõem suas razões às políticas monetária e fiscal dos países de moeda inconversível que abrem suas contas de capital, surfam nos ciclos de crédito externo, permitem a valorização cambial e se tornam devedores em moeda estrangeira.

O plano apresentado por Keynes em Bretton Woods não só cuidava de contornar o inconveniente de submeter o dinheiro universal às políticas econômicas do país emissor, mas, sobretudo, estava concebido para impedir que a moeda internacional assumisse a função reserva de valor, forma final da riqueza, perigoso agente da "fuga para a liquidez".

No plano Keynes não haveria lugar para a livre movimentação de capitais em busca de arbitragem ou de ganhos especulativos. Em 1944, em Bretton Woods, a utopia monetária de Keynes capitulou diante da afirmação da hegemonia americana que impôs o dólar

– ancorado no ouro – como moeda universal investida na função perturbadora de reserva universal de valor.

Os títulos de riqueza denominados na moeda não conversível e os carimbados com o selo das moedas conversíveis são substitutos imperfeitos. Diante da hierarquia de moedas, o teorema da paridade descoberta das taxas de juro não funciona. Isso permite aos mercados financeiros prosseguir sem sustos na "arbitragem" entre juros internos e externos e sem convergência das taxas de juro, descontados os diferenciais de inflação esperada.

Os comentários a respeito das desvalorizações generalizadas nos ditos emergentes insistem na prevalência dos fatores "internos" em detrimento dos "externos". Mas, na era da abertura financeira turbinada, os fatores "externos" estão sempre abrigados nos "internos", como parasitas nos intestinos. No banquete da grana abundante, os "externos" empanturram os gulosos. Quando a festa vira fome, sobram na barriga os protozoários das crises fiscais e monetárias.

Não há que descartar os desatinos fiscais e monetários dos governos. Mas há quem teime em ignorar os desastres fiscais e monetários no Brasil dos 1980 e 1990, no México em 1994, na Ásia em 1997, na Rússia em 1998, na Argentina em 2001 pelas "viradas de mesa" dos provedores privados de financiamento externo.

Pois, no surto recente de desvalorização do real, a grita dos sabichões da mídia atacou os fatores "internos". Quando observam movimentos do câmbio, as pitonisas e sabichões falam fiado de "fundamentos", sempre prontos a proclamar que é preciso fazer um ajuste fiscal e elevar a taxa Selic. Nos festivais eletrônicos de celebração dos "ajustes", percebo os movimentos faciais dos profetas das telas: suas bochechas dançam à cata de um sestro entre o sorriso da Mona Lisa e o deboche do Coringa...

Amigos de tempos idos entupiram minha caixa de mensagens com comentários favoráveis aos palpites de celebrados e celebradas comentaristas de telejornais. Veja, caro leitor, como o País avançou.

Nos tempos do getulismo juscelinista, esses companheiros se engalfinhavam com Cícero, Júlio Cesar, Horácio e Virgílio, Juvenal, aqueles chatos que escreviam em latim, língua morta. No Brasil do século XXI, na posteridade da era Vargas, os rapazes não conseguem segurar o queixo diante da língua viva dos vivos da tevê.

SOBRE O PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA E COVID-19

Marcio Pochmann[91]

As bases do liberalismo econômico e seu evolucionismo contemporâneo (ordoliberalismo, neoliberalismo e anarcoliberalismo) assentam-se no pressuposto das forças de mercado suficientes para promover e sustentar o desenvolvimento capitalista. Mas isso não significa, necessariamente, a ausência extremada do Estado.

Tratam-se, todavia, de formas distintas da governança de sociedades em plena prevalência do modo de valorização do capital. Para tanto, o estilo de governos que buscam exercer o poder político sobre todos os aspectos da vida humana, também conhecido por biopolítica.

Desde a sua ascensão, no último quartel do século 20, a governança de tipo neoliberal tem operado o processo de acumulação do capital crescentemente submisso à dominância financeira. Quarenta anos depois, os resultados alcançados apontam para três tendências marcantes no modo de funcionamento atual o sistema de produção e distribuição capitalista.

A primeira tendência relacionada ao movimento de monopolização da propriedade do capital a operar cada vez mais concentrada em não mais de 500 grandes corporações transnacionais. Ficou

91 Professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos da Universidade Estadual de Campinas.

para trás, assim, a antiga estrutura que já era imperfeita de competição intracapitalista, pois constituída por grupos econômicos quase exclusivos de produção e distribuição de bens e serviços no mundo globalizado.

O gigantismo concentrador das propriedades acompanha o salto tecnológico, sobretudo das informações e comunicações. Com isso, a monopolização avançada do capitalismo permitiu descentralizar a estrutura de produção e distribuição de bens e serviços em distintos fragmentos territoriais, cuja dinâmica de enclave econômico questiona a autonomia do sistema interestatal que emergiu do segundo após guerra mundial no século passado.

Assim, não mais que 600 localidades no mundo compreendem parcela majoritária do sistema de valorização do capital. Esta segunda tendência capitalista impôs o apequenamento dos Estados nacionais perante o gigantismo das corporações transnacionais, cuja dimensão do faturamento anual supera a totalidade do Produto Interno Bruto de muitos países.

Somente 11 do conjunto de 200 países existentes nos dias de hoje no mundo possuem orçamento governamental superior ao faturamento das grandes corporações transnacionais. Simultaneamente ao enfraquecimento do papel dos Estados nacionais, bem como da Organização das Nações Unidas (ONU) que protagonizava o sistema interestatal, emergiu uma espécie do senado global a ocupar a coordenação capitalista através do Fórum Econômico Mundial (FEM).

Dessa forma, anualmente pelo menos, o FEM se reúne e atrai representantes governamentais de várias nações para que recebam orientações de como administrar o capitalismo em seus países. Ou seja, a subordinação da política aos interesses econômicos dominantes, o que tem esvaziado a força do voto do eleitor e tornado cada vez mais descrente a experiência da democracia.

Neste mesmo sentido a terceira tendência que consagra o capitalismo atual decorre do estágio avançado de consolidação

generalizada do trabalho precário. A desconstituição de estratos intermediários da estrutura ocupacional, denominados de classe média assalariada, e o refluxo da tradicional classe trabalhadora, sobretudo de base industrial, somam-se à difusão ideológica do sujeito social competitivo e empreendedor de si mesmo, descrente da ação do Estado e das políticas públicas de ação coletiva.

Em grande medida, assiste-se ao enfraquecimento do projeto de sociedade salarial na transição acelerada do capitalismo de base industrial para o de serviços. No cenário da globalização conduzida pelas grandes corporações transnacionais, organismos multilaterais herdados da antiga ONU, como Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e outros, praticam a vassalagem de difundir constantes recomendações aos países que contribuem para deformar o sistema de regulação nacional (saúde, trabalho, educação, previdência e outros) em proveito dos interesses privados e do capitalismo de dimensão global.

Embora funcionando com dificuldades, quase sempre ocultadas pela monopolização da mídia comercial e das tecnologias de informação e comunicação em apenas 6 grupos econômicos no mundo, a governança capitalista de ênfase neoliberal completou quatro décadas de hegemonia mundial. Mas seus constrangimentos maiores tendem a se tornar mais agudos nos momentos extremos, quando problemas multidimensionais se acentuam, como na crise global de 2008 e agora com a pandemia do Covid-19.

Diante disso, o presente texto tem por objetivo recuperar brevemente a experiência de atuação do Estado no Brasil. Dessa forma, espera-se poder contribuir com elementos explicativos para a indecência praticada pelo governo atual no enfrentamento da pandemia do coronavírus, cujos efeitos econômicos e sociais tendem a ser os mais graves de toda a história republicana do país.

Papel do Estado

No Brasil, o ideal liberal traduzido por Silvestre Pinheiro Ferreira e Hipólito da Costa no começo do século 19 teve como principais adeptos os segmentos voltados para a economia da exportação e importação, Na época, formada majoritariamente por latifundiários e escravistas interessados na combinação das estruturas tradicionais de produção do agrarismo arcaico com o livre comércio.

Essa perspectiva correspondeu a mais de um século de existência, uma vez que se prolongou desde antes da Independência nacional (1822) até o final da República Velha (1930). Sua persistência no tempo, capaz de superar tanto o ingresso no modo de produção capitalista, com a soltura legal dos escravos a partir de 1888, como a transição da Monarquia para a República, em 1889, somente se mostrou viável durante a predominância da sociedade agrária.

Com a passagem para a sociedade urbano e industrial, a partir de Revolução de 1930, a ineficiência do Estado liberal tornou-se cada vez mais explícita, incapaz de justificar a continuidade do antigo e arcaico agrarismo. A incompatibilidade ficou ainda mais explícita ao final do Estado Novo (1937-1945) com a polêmica gerada entre a necessidade da industrializa*ção* do país, defendida, por exemplo, pelo líder industrial paulista Roberto Simonsen, e a oposição agrarista decorrente da perspectiva liberal protagonizada pelo economista carioca, Eugênio Gudin Filho.

O entusiasmo demonstrado inicialmente pelo governo de Dutra (1946-1951) de retorno ao liberalismo da República Velha (1889-1930) se mostrou verdadeiro "fogo de palha" frente à imediata e profunda frustração econômica pronunciada pela liberação na política econômica. Nem mesmo com a passagem fulminante de Gudin pelo Ministro da Fazenda entre setembro de 1954 e abril de 1955 no governo de Café Filho, imediatamente após a morte de Getúlio Vargas em 1954, permitiu que o liberalismo voltasse a triunfar exitosamente na construção da sociedade urbana e industrial.

Outra presença ilustre do liberalismo no governo brasileiro transcorreu com o controverso personagem Roberto de Oliveira Campos na condição de ministro do planejamento no início da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), uma vez que foi acompanhada da criação inimaginável de 274 empresas estatais. Antes disso, no período denominado de populista, Roberto Campos havia sido um dos idealizadores da Petrobrás, durante o governo de Getúlio Vargas (1951-1954), e presidente do BNDES e participante, ainda, do Plano de Metas no governo JK (1956-1961).

Na crise da dívida externa, logo no começo dos anos de 1980, as bases pelas quais a sociedade urbana e industrial encontrava-se sustentada sofreu forte impcato, começando a ruir. Nesse sentido, o receituário do Fundo Monetário Internacional adotado pelo último governo da Ditadura Militar (João Figueiredo, 1979-1985) gerou nos anos de 1980 a primeira década perdida do século 20 na economia brasileria, o que a distanciou da rota de incorporação dos avanços da terceira Revolução Industrial e Tecnológica.

Com a estatização da dívida externa promovida durante o Governo Figueiredo (1979-1985), o último do período autoritário, os grandes grupos do setor privado foram salvos de sua ineficiência. Em contrapartida, os encargos privados decorrentes do endividamento externo foram transferidos para o Estado, que promoveu recessão, desorganização das finanças públicas, superinflação e endividamento interno promotor da ciranda financeira que compôs parte significativa da herança negativa do regime autoritário na ttransição para o ciclo políico da Nova Republica (1985-2016).

Assim teve início o ciclo de reestruturação do setor produtivo estatal constiduído nas cinco décadas anteriores de promoção do projeto de industrialização nacional. O primeiro movimento entre os anos de 1981 e 1984 aconteceu com a privatização de 20 vinte empresas nos setores de papel e celulose (Rio Grande Cia. de Celulose do Sul, Florestal Rio Cell, Indústria Brasileira de Papel – Indrapel), têxtil (Cia. América Fabril, Fábrica de Tecidos

Dona Isabel, Fiação e Tecelagem Lutfala), siderurgia (Nitriflex S/A – Indústria e Comércio, Cia. Bras. de Cimento Portland Perus), energético (Força e Luz Criciúma S.A) e complexo de audiovisual (Encine Audiovisual), gráfica (editora José Olympio) e de educação (Sindacta).

A receita gerada por esse ciclo inical de privatização foi estimada em US$ 274 milhões à época e com impacto sobre 157 mil empregos enquanto resultado direto da venda, em grande parte, das empresas privadas falimentares que tinham sido recuperadas anteriormente pelo Estado, através dos financiamento do BNDES. Por fazer parte da doutrina de Segurança Nacional, a privatização na ditadura não contemplou empresas que eram consideradas fundamentais para o desenvolvimento nacional e o fortalecimento do setor privado.

Na segunda metade da década de 1980, sob o governo civil de Sarney (1985-1990), derivado da aliança entre PMDB e PFL, ocorreu o segundo movimento do ciclo de reestruturação do setor produtivo estatal. A perspectiva gerada pelo interesse original de constituição de grandes holdings gestoras do aparato estatal, conforme o modelo italiano do segundo pós-guerra de reconstrução econômica terminou sendo substituída pela simples privatização de 18 empresas estatais, o que resultou em receita de US$ 549 milhões e impactos sobre 82 mil empregos.

Na "Era dos Fernandos", entre 1990 e 2002, a prevalência do receituário neoliberal demarcou o terceiro movimento no ciclo de restruturação do setor produtivo estatal. Em realidade, o aprofundamento da onda interna da privatização correspondeu a grandes resultados efetivos, o que a colocou na segunda maior posição privatizante do mundo á época, somente inferior ao desmonte da URSS. No Brasil foram vendidas 123 empresas estatais, com receita de US$ 75 bilhões e impactos sobre 546 mil empregos.

Em geral, o discurso privatista da época tinha como argumento central, a ineficiência das empresas públicas decorrente de sua

inoperância administrativa e incompetência burocrática a onerar o fundo público. Com a privatização, dizia-se que o recurso público obtido da transferência das empresas estatais para as empresas privadas, seria alocado nas áreas sociais, em benefício da população, sobretudo a mais carante.

Mas isso, todavia, não ocorreu muito pelo contrário, uma vez que houve carregamento dos recursos públicos para o pagamento dos serviços do endividamento do Estado devido aos credores privados, fundamentando a financeirização improdutiva da economia. Também foi disseminado que a desmontagem do setor produtivo estatal viabilizaria a constituição de grandes grupos privados com capacidade de competir no âmbito da globalização capitalista.

Pela inserção passiva e subordinada efetuada ao longo dos anos de 1990 À globalização, o Brasil não apenas perdeu o acesso soberano às cadeias globais de valor como a transferência de empresas estatais para o capital privado nacional se mostrou inviável. Assim, constatou-se coomo grande parte da privatização brasileira terminou privilegiando a presença do capital externo e de fundos públicos.

Sem ter gerado a difusão de campeãs nacionais, parcela das empresas privadas foi incorporada pelas corporações transnacionais. Além de elevar ainda mais consideravelmente a presença do capital externo no comando da economia nacional, o país perdeu a oportunidade de ampliar a sua capacidade produtiva.

Ao longo dos anos de 1990, o ingresso dos Investimentos Diretos Externos no Brasil se mostrou incapaz de elevar a taxa interno dos investimentos, o que se traduziu no prolongamento do contido dinamismo econômico nacional e no elevado desemprego aberto. Ao mesmo tempo, o endividamento do setor público alcançou inédito patamar, concomitante com o desencadeamento antecipado da desindustrialização.

Nos governos do PT (2003-2016), a reestruturação do Estado contou com a criação de 43 novas empresas públicas, o que representou a nítida reversão do sentido privatizante herdado dos

governos neoliberais anteriores. Ao mesmo tempo em que constituiu a quarta fase do ciclo da reestruturação do setor produtivo estatal, mostrou ser fundamental para garantir a expansão econômica mais acelerada, com a elevação da taxa de investimento e, por consequência, a aproximação do pleno emprego, a manutenação da baixa inflação e a redução da dívida pública em relaçãoao PIB.

Tudo isso, contudo, que se apresentou insuficiente para interromper o processo da desindustrialização precoce não terminou retraíndo, por outro lado, a antecipada passagem para a sociedade de serviços. No desmonte da antiga sociedade urbana e industrial, os sujeitos históricos associados à defesa do papel do Estado na economia foram, por consequência, fragilizados.

Sinal de que a alteração na correlação de forças no interior da composição das classes dominantes se tornava menos favorável ao papel do Estado empreendedor. A simultânea ascensão da burguesia comercial e impordutovamente financeirzada, mais preocupada em comprar barato para vender caro, se viabilizou novamente pela retomada do receituário neoliberal a permitir a expansão tanto o capital rentista quanto do agronegócio, interessado nas teses do livre comércio que dominaou os governos na segunda metada da década de 2010.

Em síntese, a composição da classe dominante e atualmenete zeladora do receituário neoliberal, passou a corresponder, guadada a devida proporção, àquela vigente durante a arcaica e longeva sociedade agrária, originalmente defensora do liberalismo no século 19.

Nesse sentido, a ascensão golpista em 2016 favoreceu amplamente a adoção dos pressupostos do anarcocapitalismo, sobretudo no interior do recente governo Bolsonaro. Trata-se, em geral, de desfazer, não reestruturar, o setor produtivo estatal, entregando-o as empresas privadas nacionais ou estrangeiras, inclusive estatais pertencentes a outros países.

Com isso, o país voltou a registrar noavmente a presença de mais uma década perdida, a primeira do século 21. Apesar do desempenho econômico e social positivo verificado entre os anos 2010 e

2014, a segunda metade da década de 2010 (2015-2019) foi caracterizada pelo decrescimento econômico, exclusão social e asfixia do regime político democrático.

Considerações finais

Com a continuidade na adoção dos programas de austeridade fiscal, o Estado ficou cada vez mais desassistido, enfraquecido para executar o que se esperaria dele em casos gravíssimos como a atualidade imposta pela pandemia do Covid-19. O monitoramento preciso acerca da evolução da contaminação do coronavírus revela a rapidez com que ocorre, por exemplo, a corrosão das condições básicas de funcionamento da saúde pública.

No caso atual da economia, por outro lado, as informações disponíveis indicam o comportamento distinto em relação às mais graves crises capitalistas do último século. De imediato, o choque promovido pelo Covid-19 levou à parada ampliada e quase imediata das atividades econômicas. Em consequência, a queda na movimentação dos negócios sem paralelo ao verificado, por exemplo, na crise global de 2008 ou na distante Depressão de 1929.

O inédito grau de concentração do capital em poucas e grandiosas corporações transnacionais revelou a dependência e subordinação do sistema produtivo das nações à fragmentação e complementariedade imposto pelas cadeias globais de valor. Ao mesmo tempo, a conectividade generalizada dos negócios em tempo real e em qualquer parte do mundo estabeleceu convergência nas decisões empresariais em direção à retração das atividades econômicas.

Nesse sentido, o afastamento da percepção inaugural de parada econômica decorrente do choque do coronavírus assemelhar-se ao “pit stop” das competições automobilísticas. Também o enfraquecimento da hipótese da crise de curto prazo no formato em “V”, com descida e ascensão rápidas no comportamento dos negócios.

Atualmente, as informações que surge a respeito do comportamento inicial da economia indicam a existência de estrangulamentos importantes. Se acrescidos à especificidade de situações preexistentes nas atividades produtivas e financeiras em cada país, tendem a conformar horizonte inviável de recuperação do conjunto das atividades econômicas no curto prazo.

Em sendo assim, as ações governamentais podem expressar o sentido geral errático. Apesar da magnitude em termo de volume dos recursos disponibilizados por países, o foco parece se concentrar mais no curtíssimo prazo, quando os gargalos identificados podem estar requerendo planejamento de médio e longo prazos.

Em geral, as atuais intervenções governamentais tendem a repetir o que já havia sido realizado exitosamente em 2008. Naquela oportunidade, a crise estava assentada originalmente na esfera creditício-financeira a contaminar a economia real.

Por isso, a aquisição de títulos tóxicos/podres pelos bancos centrais e a inundação de recursos públicos para os agendes privados de parte dos tesouros governamentais contribuíram para o estancamento da crise no tempo contido. Em outros países, como nos BRICS, por exemplo, a solução encontrada passou pelo avanço do crédito público a programas de financiamento produtivo.

Além dos programas de estímulo à produção e aos investimentos em infraestrutura, a difusão dos mecanismos de garantia da renda à população, sobretudo aos mais vulneráveis. Tudo isso se mostrou anda mais positivo, evitando a elevação da desigualdade, conforme observada na maior parte dos países que optaram por ajudar especificamente às grandes corporações empresariais em detrimento aos mais pobres.

Até o momento, ao que parece, a natureza da crise na saúde pública a contaminar a economia brasileira requer ações de novo tipo. Ou seja, o conjunto de medidas que desagradam à lógica capitalista, recuperando o papel do Estado em novas bases.

Mais precisamente, a centralização do planejamento do médio e longo prazos, como numa situação de guerra. Assim, a reestruturação geral dos sistemas produtivos com forte ênfase na reconstrução dos sistemas industriais, na reconversão do rentismo instalado na estrutura bancária, na recentralização da conta de capitais, na reconsolidação dos complexos estatais, entre outros.

Simultaneamente, o recondicionamento à inatividade das massas excedentes às necessidades do capital sustentada por esquemas múltiplos e variados de garantia de rendimento pelo fundo público a avançar sobre o excedente econômico. Para tanto, a nova e intensa base da tributação sobre a produtividade dos setores econômicos dinâmicos e tecnologicamente mais avançados, os segmentos sociais já enriquecidos e as atividades especulativas e rentistas.

Somente a formação de uma nova maioria política permitirá caminhar em direção ao horizonte civilizatório. Do contrário, a barbárie pode se generalizar muito rapidamente. A ver.

"GRIPEZINHA" O NEOFASCISTA BOLSONARO DIANTE DA EPIDEMIA

Michael Löwy[92]

Um dos fenomenos mais inquietantes dos ultimos anos é o espetacular ascenso, no mundo inteiro, de governos de extrema direita, autoritarios e reacionarios, em alguns casos com traços neofascistas: Shinzo Abe (Japâo), Modi (India), Trump (USA), Orban (Hungria) e Bolsonaro (Brazil) sâo os exemplos mais conhecidos. Nâo é de surpreender que varios dêles reagiram à épidemia do coronavirus de forma absurda, negando ou sub-estimando dramaticamente o perigo. Foi o caso de Trump nas primeiras semanas, e de seu discipulo ingles, Boris Johnson, que chegou a propor que se deixasse o conjunto da populaçâo se infectar com o virus, para assim "imunizar coletivamente" toda a naçâo - claro, com o custo de algumas centenas de milhares de mortes…Mas diante da crise, os dois tiveram de recuar, no caso de Boris Johnson, sendo êle mesmo gravemente atingido.

O caso do Brasil é entâo especial, porque o personagem do Palacio da Alvorada persiste em sua atitude "negacionista", caracterizando o coronavirus como "gripezinha": uma definiçâo que

92 Sociólogo. Diretor emérito de pesquisas do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS). É autor de *Estrela da manhã: marxismo e surrealismo* (2018), entre outros.

merece entrar nos anais, nâo da medicina, mas da loucura politica. Mas esta loucura tem sua logica, que é a do *neofascismo*.

O neofascismo nâo é a repetição do fascismo dos anos 1930: é um fenomeno novo, com caracteristicas do século 21. Por exemplo, nâo toma a forma de uma ditadura policial, mas respeita algumas formas democraticas: eleiçôes, pluralismo partidario, liberdade de imprensa, existencia de um Parlamento, etc. Naturalmente, trata, na medida do possivel, de limitar ao maximo estas liberdades democraticas, com medidas autoritarias et repressivas. Tampouco se apoia em tropas de choque armadas, como o eram as SA alemâs ou o Fascio italiano.

Isto vale também para Bolsonaro: êle nâo é nem Hitler nem Mussolini, e nâo tem nem mesmo como referencia a versâo brasileira do fascismo nos anos 1930, o integralismo de Plinio Salgado.. Enquanto que o fascismo classico propugnava a intervençâo massiva do Estado na economia, o neofascismo de Bolsonaro é totalmente identificado com o neo-liberalismo, e tem por objetivo impor uma politica socio-economica favoravel à oligarquia, sem nenhuma das pretensôes "sociais" do fascismo antigo.

Um dos resultados desta versâo fundamentalista do neo-liberalismo é o desmantelamento do sistema de saude publica brasileira (o SUS), que ja estava bastante fragilisado pelas politicas de governos anteriores. Nestas condiçôes, a crise sanitaria que resulta do coronavirus podera ter consequencias tragicas para as camadas mais pobres da populaçâo.

Outra caracteristica propria ao neofascismo brasileiro é que, apesar de sua retorica ultra-nacionalista e patrioteira, é completamente subordinado ao imperialismo americano, do ponto de vista economico, diplomatico, politico e militar. Isto se manifestou também na reaçâo ao coronavirus, quando se viu Bolsonaro e seus ministros imitar Donald Trump, culpando…os chineses pela epidemia.

O que Bolsonaro tem em comum com o fascismo classico é o autoritarismo, a preferencia por formas ditatoriais de govênro, o culto do Chefe ("Mito") Salvador da Patria, o odio a esquerda e ao movimento operario. Mas nâo consegue organizar um partido de massas, nem tropas de choque uniformizas. Tampouco tem condiçôes, *por enquanto*, de estabelecer uma ditadura fascista, um Estado totalitario, fechando o Parlamento e colocando fora da lei sindicatos e partidos de oposiçâo.

O autoritarismo de Bolsonaro se manifesta no seu "tratamento" da epidemia, tentando impor, contra a Assembleia, contra os governos dos estados, e contra seus proprios ministros, uma politica cega de recusa das medidas sanitarias minimas, indispensaveis para tentar limitar as dramaticas consequencias da crise (confinamento, etc). Sua atitude tem também traços de social-darwinismo (tipico do fascismo): a sobrevivencia dos mais fortes. Se milhares de pessoas vulneraveis – idosos, pessôas de saude fragil – virem a falecer, é o prêço a pagar: "O Brasil nâo pode parar"!

Um aspecto especifico do neo-fascismo bolsonarista é o *obscurantismo,* o desprêzo pela ciencia, em aliança com seus apoiadores incondicionais, os setores mais retrogrados do neo-pentecostalismo "evangelico". Esta atitude, digna do terraplanismo, nâo tem equivalente em outros regimes autoritarios, mesmo os que tem por ideologia o fundamentalismo religioso (Irä!). Max Weber distinguia religiâo, baseada em principios éticos, e magia, a crença nos poderes sobrenaturais do sacerdote. No caso de Bolsonaro e seus amigos pastores neo-pentecostais (Malafala, Edir Macedo, etc) se trata mesmo de magia ou de superstiçâo: parar a epidemia com "oraçôes" e "jejuns"...

Embora Bolsonaro nâo tenha conseguido impor o conjunto de seu programa mortifero, uma parte dêle - por exemplo, um relaxamento do confinamento – talvez se imponha, atravez das imprevisiveis negociaçôes do Presidente com seus ministros militares ou civis.

Apesar do comportamento delirante do sinistro personagem atualmente instalado no Palacio da Alvorada, e da ameaça que êle representa para a saude publica, uma parcela importante da populaçâo brasileira ainda o apoia, em maior ou menor medida. Segundo sondagens recentes, so 17% dos eleitores que votaram por êle se arrependeram de seu voto; e uma maioria da populaçâo se opôe a que seja afastado do cargo.

O combate da esquerda e das fôrças populares brasileiras contra o neofascismo ainda esta no comêço; sera preciso mais do que alguns simpaticos protestos de caçarolas para derrotar esta formaçâo politica teratologica. Certo, mais cedo ou mais tarde o povo brasileiro vai se libertar deste pesadelo neo-fascista. Mas qual sera o prêço a pagar, até la?

Post Scriptum

Em 20 de abril Bolsonaro fez uma declaraçâo significativa: “70% da populaçâo vai ser contaminada pelo Covid-19, isto é inevitavel”. Claro, seguindo a logica da “imunizaçâo de grupo” (proposta inicial de Trump e Boris Johnson, depois abandonada), isto talvez pudesse acontecer. Mas so seria “inevitavel”, se Bolsonaro conseguisse impor sua politica de recusa das medidas de confinamento: “o Brasil nâo pode parar”.

Quais seriam as consequencias? A taxa de mortalidade do Covid 19 no Brasil atualmente é de 7% das pessoas contaminadas. Um pequeno calculo aritmetico levaria à seguinte conclusâo: 1) Se 70% da populaçâo brasileira fosse contaminada seriam 140 milhôes de pessôas. 2) 7% de mortalidade de 140 millhoes sâo uns 10 mihôes. 3) Se Bolsonaro conseguisse impor sua orientaçâo, o resultado seriam 10 milhôes de brasileiros mortos.

Isto se chama, na linguagem penal internacional, um genocidio. Por um crime equivalente, varios dignitarios nazistas foram condenados à forca pelo Tribunal de Nuremberg.

CAPITALISMO SELVAGEM E A SOBREVIVÊNCIA DA HUMANIDADE[93]

Noam Chomsky[94]

Tradução: Anjuli Tostes

A escala da praga Covid-19 é surpreendente, mas não a sua aparição. Nem o fato de os EUA terem o pior histórico em responder à crise.

Os cientistas alertam para uma pandemia há anos, insistentemente desde a epidemia de SARS de 2003, também causada por um coronavírus, para o qual as vacinas foram desenvolvidas, mas não avançaram além do nível pré-clínico. Esse era o momento de começar a implementar sistemas de resposta rápida como preparação para o caso de um surto e aumentar a sua capacidade instalada. Também poderiam ter sido adotadas iniciativas para desenvolver defesas e modos de tratamento para a provável recorrência de um vírus relacionado.

Mas a compreensão científica não é suficiente. Tem que haver alguém para pegar a bola e correr com ela. Essa opção foi barrada

93 Texto originalmente publicado na forma de entrevista realizada pelo professor C.J. Polychroniou para o site Truthout.org, sob o título “Chomsky: Ventilator Shortage Exposes the Cruelty of Neoliberal Capitalism”. Ligeiramente modificado do original para o formato de artigo.

94 Dissidente e filósofo de renome mundial, Noam Chomsky é professor emérito de linguística no MIT e professor laureado na Universidade do Arizona, autor de mais de 120 livros e milhares de artigos e ensaios.

pela patologia da ordem socioeconômica contemporânea. Os sinais do mercado eram claros: não há lucro em evitar uma catástrofe futura. O governo poderia ter entrado em cena, mas isso é impedido pela doutrina reinante: "O governo é o problema", disse-nos Reagan com seu sorriso ensolarado, o que significa que a tomada de decisões deve ser entregue ainda mais plenamente ao mundo dos negócios, que é dedicado ao lucro privado e é livre de influência daqueles que possam estar preocupados com o bem comum. Os anos seguintes injetaram uma dose de brutalidade neoliberal na ordem capitalista irrestrita e na forma distorcida de mercado que ela constrói.

A profundidade da patologia é revelada claramente por uma das falhas mais dramáticas - e assassinas: a falta de ventiladores, que é um dos principais gargalos no enfrentamento da pandemia. O Departamento de Saúde e Serviços Humanos previu o problema e contratou uma pequena empresa para produzir ventiladores baratos e fáceis de usar. Mas então a lógica capitalista interveio. A empresa foi comprada por uma grande corporação, a Covidien, que marginalizou o projeto e, "em 2014, sem ventiladores entregues ao governo, os executivos da Covidien disseram a funcionários da agência de pesquisa biomédica [federal] que eles queriam rescindir o contrato, de acordo com três ex-funcionários federais. Os executivos reclamaram que não era suficientemente lucrativo para a empresa. "

Sem dúvida verdade.

A lógica neoliberal então interveio, ditando que o governo não poderia agir para superar a falha bruta do mercado, que agora está causando estragos. Como o New York Times gentilmente colocou a questão: "Os esforços paralisados para criar uma nova classe de ventiladores baratos e fáceis de usar destacam os perigos de se terceirizar

projetos com implicações críticas de saúde pública; o foco das empresas privadas na maximização de lucros nem sempre é consistente com a meta do governo de se preparar para uma crise futura “.

Deixando de lado a reverência ritual ao governo benigno e seus objetivos louváveis, o comentário é suficientemente verdadeiro. Podemos acrescentar que o foco na maximização dos lucros também “nem sempre é consistente” com a esperança de “sobrevivência da humanidade”, emprestando a frase de um memorando vazado do JPMorgan Chase, o maior banco dos EUA, alertando que “a sobrevivência da humanidade” está em risco em nosso curso atual, incluindo os próprios investimentos do banco em combustíveis fósseis. Desse modo, a Chevron cancelou um projeto rentável de energia sustentável, porque há mais lucro a ser feito com a destruição da vida na Terra. A ExxonMobil se absteve de fazê-lo, porque, primeiramente, nunca havia iniciado tal projeto, tendo feito cálculos mais racionais de lucratividade.

E com razão, de acordo com a doutrina neoliberal. Como Milton Friedman e outros luminares neoliberais nos instruíram, a tarefa dos gerentes corporativos é maximizar os lucros. Qualquer desvio dessa obrigação moral destruiria os fundamentos da “vida civilizada”.

Haverá recuperação da crise do COVID-19, a um custo grave e possivelmente horrendo, principalmente para os pobres e mais vulneráveis. Mas não haverá recuperação do derretimento das camadas de gelo polares e de outras consequências devastadoras do aquecimento global. Aqui também a catástrofe resulta de uma falha de mercado - neste caso, de proporções verdadeiramente capazes de abalar o mundo.

A administração atual foi amplamente avisada sobre uma provável pandemia. De fato, uma simulação de alto nível foi executada muito recentemente, em outubro passado. Trump reagiu durante seus anos no cargo da maneira com a qual nos acostumamos: cortando recursos e desmantelando todas as partes relevantes do

governo, e implementando assiduamente as instruções de seus diretores corporativos para eliminar as regulamentações que impedem os lucros e salvam vidas - e liderando a corrida para o abismo da catástrofe ambiental, de longe o seu maior crime - de fato, o maior crime da história, quando consideramos as consequências.

No início de janeiro, havia poucas dúvidas sobre o que estava ocorrendo. Em 31 de dezembro, a China informou a Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a disseminação de sintomas semelhantes a pneumonia com etiologia desconhecida. Em 7 de janeiro, a China informou a OMS que os cientistas identificaram a fonte como um coronavírus e sequenciaram o seu genoma, que eles disponibilizaram para o mundo científico. Entre janeiro e fevereiro, a inteligência dos EUA estava tentando alcançar o ouvido de Trump, mas falhou. As autoridades informaram a imprensa que "simplesmente não conseguiam que ele fizesse nada a respeito. O sistema estava piscando em vermelho".

Trump não ficou calado, porém. Ele emitiu uma série de pronunciamentos confiantes, informando ao público que era apenas uma tosse; ele tem tudo sob controle; ele recebe 10 de 10 por lidar com a crise; isso é muito sério, mas ele sabia que se tratava de uma pandemia antes de mais ninguém; em todo o resto, seu desempenho também é lamentável. A técnica é bem projetada, assim como a prática de desenrolar mentiras de forma tão rápida que o próprio conceito de verdade desaparece. Aconteça o que acontecer, Trump certamente será defendido por seus fiéis seguidores. Quando você dispara flechas aleatoriamente, é provável que algumas atinjam o alvo.

Para coroar esse recorde impressionante, em 10 de fevereiro, quando o vírus varria o país, a Casa Branca divulgou sua proposta de orçamento anual, que estende ainda mais os cortes acentuados em todas as principais partes do governo relacionadas à saúde (na verdade, em praticamente qualquer coisa que possa ajudar as

pessoas), enquanto aumentava o financiamento para o que é realmente importante: os militares e o muro.

Um efeito disso é a chocantemente atrasada e limitada testagem, bem abaixo de outros, tornando impossível implementar as estratégias bem-sucedidas de teste e rastreamento que impediram a epidemia de sair do controle nas sociedades em que foi implementada. Até os melhores hospitais carecem de equipamento básico. Os EUA são agora o epicentro global da crise.

Isso apenas mostra a superfície da malevolência Trumpiana, mas não há espaço para mais aqui.

É tentador jogar a culpa em Trump pela desastrosa resposta à crise. Mas, se esperamos evitar futuras catástrofes, devemos olhar para além dele. Trump assumiu o cargo em uma sociedade doente, atingida por 40 anos de neoliberalismo, que tem raízes ainda mais profundas.

A versão neoliberal do capitalismo está em vigor desde Reagan e Margaret Thatcher, começando pouco antes. Não deve haver necessidade de detalhar suas consequências sombrias. A generosidade de Reagan para com os super-ricos é de relevância direta hoje, pois outro resgate está em andamento. Reagan rapidamente suspendeu a proibição de paraísos fiscais e de outros dispositivos para transferir a carga tributária para a população, e também autorizou recompras de ações - um dispositivo para inflar os valores das ações e enriquecer a gestão corporativa e os muito ricos (que detêm a maioria das ações), além de prejudicar a capacidade produtiva da empresa.

Tais mudanças políticas têm enormes consequências, na casa das dezenas de trilhões de dólares. Geralmente, as políticas são projetadas para beneficiar uma minoria minúscula, enquanto o restante se debate. É assim que chegamos a ter uma sociedade em que 0,1% da população detém 20% da riqueza, e em que a metade inferior tem patrimônio líquido negativo e vive de salário em salário. Enquanto os lucros cresceram e os salários dos CEOs dispararam, os salários

reais se estagnaram. Como os economistas Emmanuel Saez e Gabriel Zucman mostram em seu livro *The Triumph of Injustice*, os impostos são basicamente os mesmos em todos os grupos de renda, exceto no topo, onde declinam.

O sistema de saúde privatizado com fins lucrativos dos EUA há muito é um escândalo internacional, com o dobro das despesas per capita de outras sociedades desenvolvidas e alguns dos piores resultados. A doutrina neoliberal aplicou outro golpe, introduzindo medidas comerciais de eficiência: serviço pontual e sistema sem gorduras. Qualquer interrupção e o sistema entra em colapso. O mesmo se aplica à frágil ordem econômica global, forjada em princípios neoliberais.

Este é o mundo que Trump herdou, o alvo de seu aríete. Para aqueles preocupados em reconstruir uma sociedade viável a partir dos destroços que restarão da crise em andamento, é bom atender ao chamado de Vijay Prashad: "Não voltaremos ao normal, porque o normal era o problema."

Para entendermos como chegamos a este "normal", como toda essa situação de se instalou, é preciso voltar um pouco. Suas raízes são tão profundas que, mesmo com toda a situação que atualmente vivenciamos, um sistema de saúde universal para os americanos continua sendo tratado como uma utopia.

É uma história complicada. Para começar, por muito tempo, as pesquisas mostraram atitudes favoráveis em relação à assistência universal à saúde, às vezes muito fortemente apoiadas. Nos últimos anos de Reagan, cerca de 70% da população pensavam que a assistência médica garantida deveria estar na Constituição e 40% pensavam que já estava - a Constituição é considerada o repositório de tudo o que está obviamente certo. Houve referendos mostrando alto apoio à assistência universal à saúde - até o início da ofensiva de propaganda comercial, alertando para a pesada carga tributária, se não astronômica, da mesma forma que vimos recentemente. Então o apoio popular desaparece.

Como sempre, há um elemento de verdade na propaganda. Os impostos aumentarão, mas as despesas totais deverão cair acentuadamente, como mostra o registro de países comparáveis. Quanto? Existem algumas estimativas sugestivas. Uma das principais revistas médicas do mundo, The Lancet (Reino Unido), recentemente publicou um estudo estimando que a assistência universal à saúde nos EUA "provavelmente levará a uma economia de 13% nas despesas nacionais em saúde, equivalente a mais de US$ 450 bilhões anualmente (com base no valor do dólar americano em 2017). "

O estudo continua:

> "Todo o sistema poderia ser financiado com menos recursos do que aqueles nos quais incorrem os empregadores e as famílias ao pagarem por prêmios de assistência médica, combinados com as alocações governamentais existentes. Essa mudança para um pagador único dos cuidados de saúde proporcionaria um maior alívio para as famílias de baixa renda. Além disso, estimamos que garantir o acesso à assistência médica a todos os americanos salvaria mais de 68.000 vidas e 1,73 milhão de anos todo ano, em comparação com o *status quo*."

Mas isso aumentaria os impostos. E parece que muitos americanos preferem gastar mais dinheiro, desde que não paguem impostos (matando, aliás, dezenas de milhares de pessoas anualmente). Essa é uma indicação reveladora do estado da democracia americana, como as pessoas a experimentam; e, de outra perspectiva, da força do sistema doutrinário criado pelo poder comercial e seus serviçais intelectuais. O ataque neoliberal intensificou esse elemento patológico da cultura nacional, mas as raízes são muito mais profundas e são ilustradas de várias maneiras, um tópico que vale muito a pena perseguir.

A forma como os países lidaram com a disseminação do novo Coronavírus, dentro e fora do universo (neo)liberal ocidental, também traz elementos reveladores sobre esta questão.

Houve várias reações à propagação do vírus. A própria China parece tê-la controlado, pelo menos por enquanto. O mesmo se aplica aos países da periferia da China, onde os primeiros avisos foram atendidos, incluindo democracias não menos vibrantes que as do Ocidente. A Europa foi especialmente extemporânea, mas alguns países europeus agiram. A Alemanha parece manter o recorde global em baixas taxas de mortalidade, graças a instalações de saúde e capacidade de diagnóstico sobressalentes e resposta rápida. O mesmo parece ser verdade na Noruega. A reação de Boris Johnson no Reino Unido foi vergonhosa. A EUA de Trump aparecem na retaguarda.

A solicitude da Alemanha pela população, no entanto, não se estendeu para além de suas fronteiras. A União Europeia provou ser tudo menos isso. No entanto, sociedades europeias enfermas poderiam alcançar o outro lado do Atlântico em busca de socorro. A superpotência cubana estava novamente pronta para ajudar com médicos e equipamentos.

Enquanto isso, seu vizinho dos EUA estava cortando a ajuda à saúde ao Iêmen, onde ajudara a criar a pior crise humanitária do mundo, e aproveitava a oportunidade da devastadora crise da saúde para reforçar suas sanções cruéis e garantir o máximo sofrimento aos inimigos escolhidos. Cuba é a vítima mais antiga, desde os dias das guerras terroristas de Kennedy e estrangulamento econômico, mas milagrosamente sobreviveu.

A propósito, deveria ser profundamente perturbador para os americanos comparar o circo em Washington com o relatório sóbrio, medido e factual de Angela Merkel aos alemães sobre como o surto deve ser tratado.

A característica distintiva nas respostas parece não ser democracias versus autocracias, mas sociedades funcionais versus disfuncionais - o que na retórica Trumpiana são denominados países de «merda», como o que ele está trabalhando duro para criar sob seu governo.

Ainda acerca das reações dos países à pandemia e às medidas tomadas para a proteção das pessoas nos EUA. Foi anunciado pelas autoridades um plano de resgate econômico de US $ 2 trilhões do Coronavírus, cujos objetivos seriam evitar uma outra possível grande recessão e ajudar os grupos mais vulneráveis da sociedade americana.

De fato, o plano de resgate é melhor que nada. Oferece alívio limitado a alguns dos que precisam desesperadamente e contém um amplo fundo para ajudar os verdadeiramente vulneráveis: as patéticas empresas que se aglomeram no Estado babá, de chapéu na mão, escondendo suas cópias de Ayn Rand e pedindo mais uma vez por resgate, depois de passar os anos de glória acumulando vastos lucros e ampliando-os com uma orgia de recompra de ações.

Mas não há com o que se preocupar. O fundo será monitorado por Trump e seu Secretário do Tesouro, que podem ser justos e equânimes. E se eles decidirem desconsiderar as exigências do novo inspetor-geral e do Congresso, quem fará algo a respeito? Departamento de Justiça de Barr? Impeachment?

Deveria haver maneiras de direcionar a ajuda àqueles que dela necessitam, às famílias, além da ninharia incluída para alguns. Isso inclui os trabalhadores que tinham empregos autênticos e o enorme precariado que, de alguma forma, estava conseguindo emprego temporário e irregular, mas também outros: aqueles que desistiram, as centenas de milhares de vítimas de “mortes por desespero” - uma tragédia americana única - os sem-teto, prisioneiros, os muitos com moradias tão inadequadas que se isolar e armazenar alimentos não é uma opção, e muitas outras que não são difíceis de identificar.

Os economistas políticos Thomas Ferguson e Rob Johnson colocam a questão de maneira clara: embora o atendimento médico universal padrão em outros lugares possa ser demais para se esperar nos EUA, “não há razão para que deva haver um seguro de

pagador único para as empresas". Eles passam a revisar maneiras simples de superar essa forma de roubo corporativo.

No mínimo, a prática regular de resgate público fora do setor corporativo deve exigir a aplicação rigorosa de uma proibição de recompra de ações, a participação significativa dos trabalhadores na administração, o fim das medidas protecionistas escandalosas dos mal-rotulados "acordos de livre comércio", que garantem enormes lucros para as grandes empresas farmacêuticas, ao mesmo tempo em que aumentam os preços dos medicamentos para muito além do que custariam sob acordos racionais.

No mínimo.

SAVAGE CAPITALISM AND THE SURVIVAL OF HUMANITY

Noam Chomsky

COVID-19 has taken the world by storm. Hundreds of thousands are infected (possibly many times more than the confirmed cases), the list of dead is growing exponentially longer, and capitalist economies have come to a standstill, with a global recession now virtually inevitable.

The pandemic had been predicted long before its appearance, but actions to prepare for such a crisis were barred by the cruel imperatives of an economic order in which "there's no profit in preventing a future catastrophe," Noam Chomsky points out in this exclusive interview for Truthout. Chomsky is emeritus professor of linguistics at MIT and laureate professor at the University of Arizona, author of more than 120 books and thousands of articles and essays. In the interview that follows, he discusses how neoliberal capitalism itself is behind the U.S.'s failed response to the pandemic.

C.J. Polychroniou: Noam, the outbreak of the new coronavirus disease has spread to most parts of the world, with the United States now having more infected cases than any other country, including China, where the virus originated. Are these surprising developments?

Noam Chomsky: The scale of the plague is surprising, indeed shocking, but not its appearance. Nor the fact that the U.S. has the worst record in responding to the crisis.

Scientists have been warning of a pandemic for years, insistently so since the SARS epidemic of 2003, also caused by a coronavirus, for which vaccines were developed but did not proceed beyond the pre-clinical level. That was the time to begin to put in place rapid--response systems in preparation for an outbreak and to set aside spare capacity that would be needed. Initiatives could also have been undertaken to develop defenses and modes of treatment for a likely recurrence with a related virus.

But scientific understanding is not enough. There has to be someone to pick up the ball and run with it. That option was barred by the pathology of the contemporary socioeconomic order. Market signals were clear: There's no profit in preventing a future catastrophe. The government could have stepped in, but that's barred by reigning doctrine: "Government is the problem," Reagan told us with his sunny smile, meaning that decision-making has to be handed over even more fully to the business world, which is devoted to private profit and is free from influence by those who might be concerned with the common good. The years that followed injected a dose of neoliberal brutality to the unconstrained capitalist order and the twisted form of markets it constructs.

The depth of the pathology is revealed clearly by one of the most dramatic — and murderous — failures: the lack of ventilators that is one the major bottlenecks in confronting the pandemic. The Department of Health and Human Services foresaw the problem, and contracted with a small firm to produce inexpensive, easy--to-use ventilators. But then capitalist logic intervened. The firm was bought by a major corporation, Covidien, which sidelined the project, and, "In 2014, with no ventilators having been delivered to the government, Covidien executives told officials at the [federal] biomedical research agency that they wanted to get out of the contract, according to three former federal officials. The executives complained that it was not sufficiently profitable for the company."

Doubtless true.

Neoliberal logic then intervened, dictating that the government could not act to overcome the gross market failure, which is now causing havoc. As The New York Times gently put the matter, "The stalled efforts to create a new class of cheap, easy-to-use ventilators highlight the perils of outsourcing projects with critical public--health implications to private companies; their focus on maximizing profits is not always consistent with the government's goal of preparing for a future crisis."

Putting aside the ritual obeisance to the benign government and its laudatory goals, the comment is true enough. We may add that focus on maximizing profits is also "not always consistent" with the hope for "the survival of humanity," to borrow the phrase of a leaked memo from JPMorgan Chase, [the U.S.'s] largest bank, warning that "the survival of humanity" is at risk on our current course, including the bank's own investments in fossil fuels. Thus, Chevron canceled a profitable sustainable energy project because there's more profit to be made in destroying life on Earth. ExxonMobil refrained from doing so, because [it] had never opened such a project in the first place, having made more rational calculations of profitability.

And rightly so, according to neoliberal doctrine. As Milton Friedman and other neoliberal luminaries have instructed us, the task of corporate managers is to maximize profits. Any deviation from this moral obligation would shatter the foundations of "civilized life."

There will be recovery from the COVID-19 crisis, at severe and possibly horrendous cost, particularly for the poor and more vulnerable. But there will be no recovery from the melting of the polar ice sheets and the other devastating consequences of global warming. Here, too, the catastrophe results from a market failure — in this case, of truly earth-shaking proportions.

The current administration had ample warning about a likely pandemic. In fact, a high-level simulation was run as recently as

last October. Trump has reacted during his years in office in the manner to which we have become accustomed: by defunding and dismantling every relevant part of government and assiduously implementing the instructions of his corporate masters to eliminate the regulations that impede profits while saving lives — and leading the race to the abyss of environmental catastrophe, by far his greatest crime — in fact, the greatest crime in history when we consider the consequences.

By early January, there was little doubt of what was happening. On December 31, China informed the World Health Organization (WHO) of the spread of pneumonia-like symptoms with unknown etiology. On January 7, China informed the WHO that scientists had identified the source as a coronavirus and had sequenced the genome, which they made available to the scientific world. Through January and February, U.S. intelligence was trying hard to reach Trump's ear, but failed. Officials informed the press that "they just couldn't get him to do anything about it. The system was blinking red."

Trump was not silent, however. He issued a stream of confident pronouncements informing the public that it was just a cough; he has everything under control; he gets a 10 out of 10 for his handling of the crisis; it's very serious but he knew it was a pandemic before anyone else; and the rest of the sorry performance. The technique is well-designed, much like the practice of reeling out lies so fast that the very concept of truth vanishes. Whatever happens, Trump is sure to be vindicated among his loyal followers. When you shoot arrows at random, some are likely to hit the target.

To crown this impressive record, on February 10, when the virus was sweeping the country, the White House released its annual budget proposal, which extends further the sharp cuts in all the main health-related parts of the government (in fact just about anything that might help people) while increasing funding for what's really important: the military and the wall.

One effect is the shockingly belated and limited testing, well below others, making it impossible to implement the successful test-and-trace strategies that have prevented the epidemic from breaking out of control in functioning societies. Even the best hospitals lack basic equipment. The U.S. is now the global epicenter of the crisis.

This only skims the surface of Trumpian malevolence, but there's no space for more here.

It is tempting to cast the blame on Trump for the disastrous response to the crisis. But if we hope to avert future catastrophes, we must look beyond him. Trump came to office in a sick society, afflicted by 40 years of neoliberalism, with still deeper roots.

The neoliberal version of capitalism has been in force since Reagan and Margaret Thatcher, beginning shortly before. There should be no need to detail its grim consequences. Reagan's generosity to the super-rich is of direct relevance today as another bailout is in progress. Reagan quickly lifted the ban on tax havens and other devices to shift the tax burden to the public, and also authorized stock buybacks — a device to inflate stock values and enrich corporate management and the very wealthy (who own most of the stock) while undermining the productive capacity of the enterprise.

Such policy changes have huge consequences, in the tens of trillions of dollars. Quite generally, policy has been designed to benefit a tiny minority while the rest flounder. That's how we come to have a society in which 0.1 percent of the population hold 20 percent of the wealth and the bottom half have negative net worth and live from paycheck to paycheck. While profits boomed and CEO salaries skyrocketed, real wages have stagnated. As economists Emmanuel Saez and Gabriel Zucman show in their book, The Triumph of Injustice, taxes are basically flat across all income groups, except at the top, where they decline.

The U.S.'s privatized for-profit health care system had long been an international scandal, with twice the per capita expenses of other

developed societies and some of the worst outcomes. Neoliberal doctrine struck another blow, introducing business measures of efficiency: just-on-time service with no fat in the system. Any disruption and the system collapses. Much the same is true of the fragile global economic order forged on neoliberal principles.

This is the world that Trump inherited, the target of his battering ram. For those concerned with reconstructing a viable society out of the wreckage that will be left from the ongoing crisis, it is well to heed the call of Vijay Prashad: "We won't go back to normal, because normal was the problem."

C.J. Polychroniou: Yet, even now, with the country in the midst of a public health emergency unlike anything we have seen in a very long time, the American public continues to be told that the universal health care is not realistic. Is neoliberalism alone responsible for this peculiarly unique American perspective on health care?

It's a complicated story. To begin with, for a long time, polls have shown favorable attitudes toward universal health care, sometimes very strong support. In the late Reagan years, about 70 percent of the population thought that guaranteed health care should be in the Constitution, and 40 percent thought it already was — the Constitution taken to be the repository of all that is obviously right. There have been referenda showing high support for universal health care — until the business propaganda offensive begins, warning of the heavy if not astronomical tax burden, much as what we have seen recently. Then popular support fades.

As usual, there is an element of truth to the propaganda. Taxes will go up, but total expenses should sharply decline, as the record of comparable countries shows. How much? There are some suggestive estimates. One of the world's leading medical journals, The Lancet (U.K.), recently published a study estimating that universal health care in the U.S. "is likely to lead to a 13% savings in national health-care expenditure, equivalent to more than US$450

billion annually (based on the value of the US$ in 2017)." The study continues:

The entire system could be funded with less financial outlay than is incurred by employers and households paying for health-care premiums combined with existing government allocations. This shift to single payer health care would provide the greatest relief to lower-income households. Furthermore, we estimate that ensuring health-care access for all Americans would save more than 68,000 lives and 1.73 million life-years every year compared with the status quo.

But it would raise taxes. And it seems that many Americans would prefer to spend more money as long as it doesn't go to taxes (incidentally killing tens of thousands of people annually). That's a telling indication of the state of American democracy, as people experience it; and from another perspective, of the force of the doctrinal system crafted by business power and its intellectual servants. The neoliberal assault has intensified this pathological element of the national culture, but the roots go much deeper and are illustrated in many ways, a topic very much worth pursuing.

C.J. Polychroniou: While some European countries are doing better than others in managing the spread of COVID-19, the countries that appear to have had greater success with this task lie primarily outside the Western (neo)liberal universe. They are Singapore, South Korea, Russia and China itself. Does this fact tell us something about Western capitalist regimes?

There have been various reactions to the spread of the virus. China itself seems to have controlled it, at least for now. The same is true of the countries in China's periphery where the early warnings were heeded, including democracies no less vibrant than those of the West. Europe mostly temporized, but some European countries acted. Germany appears to hold the global record in low death rates, thanks to spare health facilities and diagnostic capacity, and rapid response. The same seems to be true in Norway. Boris

Johnson's reaction in the U.K. was shameful. Trump's U.S. brought up the rear.

Germany's solicitude for the population did not, however, extend beyond its borders. The European Union proved to be anything but. However, ailing European societies could reach across the Atlantic for succor. The Cuban superpower was once again ready to help with doctors and equipment. Meanwhile, its U.S. neighbor was cutting back health aid to Yemen, where it had helped create the world's worst humanitarian crisis, and was using the opportunity of the devastating health crisis to tighten its cruel sanctions to ensure maximal suffering among its chosen enemies. Cuba is the most longstanding victim, back to the days of Kennedy's terrorist wars and economic strangulation, but miraculously has survived.

It should, incidentally, be profoundly disturbing to Americans to compare the circus in Washington with Angela Merkel's sober, measured, factual report to Germans on how the outbreak should be handled.

The distinguishing feature in responses seems not to be democracies vs. autocracies, but functioning vs. dysfunctional societies — what in Trumpian rhetoric are termed "shithole" countries, like what he is working hard to craft under his rule.

C.J. Polychroniou: What do you think of the $2 trillion coronavirus economic rescue plan? Is it enough to stave off another possible great recession and to help the most vulnerable groups in American society?

The rescue plan is better than nothing. It offers limited relief to some of those who desperately need it, and contains an ample fund to help the truly vulnerable: the piteous corporations flocking to the nanny state, hat in hand, hiding their copies of Ayn Rand and pleading once again for rescue by the public after having spent the glory years amassing vast profits and magnifying them with an orgy of stock buybacks. But no need to worry. The slush fund will be monitored by Trump and his Treasury Secretary, who can

be trusted to be fair and just. And if they decide to disregard the demands of the new inspector-general and Congress, who is going to do anything about it? Barr's Justice Department? Impeachment?

There would have been ways to direct aid to those who need it, to households, beyond the pittance included for some. That includes those working people who had authentic jobs and the huge precariat who were getting by somehow with temporary and irregular employment, but also others: those who had given up, the hundreds of thousands of victims of "deaths of despair" — a unique American tragedy — the homeless, prisoners, the great many with such inadequate housing that isolation and storing food is not an option, and plenty of others that are not hard to identify.

Political economists Thomas Ferguson and Rob Johnson put the matter plainly: While the universal medical care that is standard elsewhere may be too much to expect in the U.S., "there is no reason why it should have one sided single payer insurance for corporations." They go on to review simple ways to overcome this form of corporate robbery.

At the very least, the regular practice of public bailout out of the corporate sector should require stiff enforcement of a ban on stock buybacks, meaningful worker participation in management, an end to the scandalous protectionist measures of the mislabeled "free trade agreements" that guarantee huge profits for Big Pharma while raising drug prices far beyond what they would be under rational arrangements.

At least.

PRESENTE E FUTURO SETE APONTAMENTOS

Pedro Otoni[95]

Breve nota metodológica

Por óbvio, não é possível predizer o futuro. No entanto, em momentos de angústia, o desejo primal por revelações sobre o amanhã assola os seres humanos. Não é por acaso que a escatologia cristã ganha audiência nas encruzilhadas históricas, não é por acaso que a indústria cultural tem no apocalipse sua receita de sucesso. É da condição humana o tormento da incerteza.

O futuro virá, mas como sempre, derivado do presente. São as atitudes e disputas do presente que sobredeterminam os contornos do amanhã, às vezes como ativo, outras como passivo. Nem tudo poderá acontecer no futuro, principalmente o passado, porque a incerteza não é o mesmo que infinitas possibilidades. O porvir é limitado, talvez menos do que o hoje, mas ainda assim limitado. Logo, o futuro reúne duas qualidades importantes, qual seja, a incerteza e a limitação sobredeterminadas.

A pandemia do COVID-19 - um evento inesperado de proporções globais - é o tema da vez de boa parte dos inclinados a "prever o futuro". Operação esotérica - por vezes transvestida de análise

95 Pedro Otoni é cientista político.

científica - fabricada, mas também fabricante, da angústia da incerteza. Este tipo de abordagem produz confusão e autoengano, não apenas sobre o futuro, mas também sobre o agora.

Ao contrário da predição, nossa dedicação deve ser no sentido de elaborar cenários, não a partir do nosso desejo, mas das variáveis que conhecemos até o momento. Estarão mais aptos a atuar no futuro aqueles atores - principalmente coletivos e nacionais - que se dedicaram a compreender e agir honestamente no presente. Os que conseguirem articular informações sobre a situação atual poderão estabelecer uma linha de cenários com maior probabilidade de confirmação. O abandono do caráter especulativo da análise passa por garantir honestidade no tratamento do que já sabemos, e talvez seja esta a maior das dificuldades. No presente está a resposta para o futuro.

#01 - Sobre a hierarquia dos eventos

Cada evento muda, de alguma forma, a qualidade do futuro. Mas em que proporção? A pandemia produzida pelo COVID-19 sem dúvida terá implicações globais, mas será possível que a mesma modifique as tendências já em curso antes da sua existência? Em que grau e em que países a correlação de forças será alterada?

Os eventos acontecem de maneira sobredeterminada mas também hierarquizada. Grandes alterações de poder geopolítico já estavam em andamento no período anterior à pandemia e diante dos desdobramentos que acompanhamos não parece que ocorrerão alterações no curso, mas uma aceleração. Há uma probabilidade forte do COVID-19 atuar como uma variável impulsionadora de fenômenos pré-existentes, os agudizando em alguns casos, mas não alterando sua direção.

#02 - Qual é a direção do vetor pandemia na geopolítica?

A introdução de uma nova variável em um sistema em desenvolvimento cria neste modificações. Mas o comportamento desta alteração pode ter propriedades aditivas, subtrativas ou multiplicadoras. Qual seria a propriedade do vetor pandemia?

No grande tabuleiro, o sistema competitivo estabelecido entre os Estados Unidos e a China, em aliança com a Rússia, não parece ter nenhum sinal de alteração de caráter subtrativo. Ocorreu algum tipo de "cessar fogo" nesta disputa? Alguma solidariedade? No lugar da colaboração diante de um perigo que atinge a todos, os atores principais reafirmam a posição anteriormente estabelecida. O padrão permanece e há probabilidade de continuar no futuro.

A União Européia cambaleava. A crise de 2008, a ascensão da extrema direita, a crise migratória, Brexit, o distanciamento norte-americano são eventos que impuseram significativas dificuldades para a estratégia alemã para a Zona Euro. As periféricas Itália e Espanha são assoladas pelo coronavírus, e diante deste quadro qual medida contundente está sendo tomada de maneira unitária entre as nações membros do Bloco? A resposta é que estão fazendo o mesmo que antes, executando medidas nacionais, sem apoio do aliado do outro lado do Atlântico, e, em alguns casos, como também já vinha acontecendo, recebendo apoio chinês a despeito dos demais parceiros europeus.

A estratégia de desestabilização permanente empreendida por Washington contra as nações da América Latina continua vigente. Procuram combater os projetos soberanos e subordiná-los às suas demandas geopolíticas e econômicas. Ocorreu alguma modificação neste padrão?

Enquanto o COVID-19 assola a população norte-americana, Mike Pompeu, Secretário de Estado de Trump declara não

reconhecer a Constituição Bolivariana da Venezuela e afirma que só haverá o rompimento do bloqueio econômico imposto sobre aquele país quando se estabelecer um "governo de transição", ou seja, um governo não eleito. Além disso, listam como terroristas e narcotraficantes Nicolás Maduro e outros altos funcionários da sua administração os colocando na condição de procurados, oferecem milhões de dólares de recompensa pela captura dos mesmos. Nada de novo. Mas o nível da agressão subiu, o contingente de fuzileiros navais e embarcações de combate posicionadas próximas ao mar territorial venezuelano dobrou e já é o maior em 30 anos. Cortina de fumaça para desviar a atenção sobre o fracasso ao combate do coronavírus em solo estadunidense? Possivelmente, mas se trata de uma operação com dupla finalidade e não uma mudança de comportamento da Casa Branca.

Logo, a questão que fica no processo de elaboração de cenário é: qual a propriedade do vetor pandemia? Aditiva, subtrativa ou multiplicadora? Ao que tudo indica terá comportamentos diferentes dependendo do campo específico de incidência, por exemplo, na economia mundial genericamente, a pandemia adiciona força na direção da crise. Nos EUA e na China ela subtrai força do sistema econômico que vinha em crescimento. No caso das nações periféricas, com menor capacidade soberana e econômica, a pandemia multiplica as dificuldades de maneira exponencial.

#03 - Crise do preço do petróleo: paralelismo ou convergência

Outro evento de escala mundial é a atual crise do preço dos petróleo. A OPEP, sob protagonismo da Arábia Saudita, mantinha artificialmente o preço elevado do recurso com vistas não apenas a ampliar a margem de lucros dos países produtores, mas ajudava a viabilizar a produção do mesmo nos EUA. Como é de

conhecimento público, os estadunidenses obtém a maior parte do seu petróleo e gás por meio do caro processamento do xisto betuminoso. A operação é viável economicamente desde de que o preço esteja em um patamar elevado, o custo de extração não fica abaixo dos 30 dólares o barril, às vezes muito mais caro do que isso.

O acordo da OPEP +, que estabeleceu a política de preço do petróleo entre os principais produtores do mundo encontrou seu fim neste ano. A Rússia, participante do acordo, não o renovou e fez cair de 70 para a casa dos 20 dólares o barril. Moscou entendeu que os ganhos com o preço elevado estavam financiando a exploração de petróleo estadunidense. Resolveu rebaixar suas próprias expectativas de lucro na exploração de combustível com vista a garantir a consolidação da sua estratégia no grande tabuleiro. Essa operação tem um custo alto, para enfrentar as perdas, os russos passaram a utilizar os 150 bilhões de dólares acumulados previamente no fundo soberano do próprio setor petroleiro russo.

Tal fato, por si só, já teve implicações no mercado mundial em geral e no setor financeiro em específico, que tem como forte âncora a negociação de ativos vinculados ao setor petroleiro. A crise dos preços dos combustíveis e a pandemia são eventos independentes. No entanto, atuam de maneira convergente na aceleração da crise econômica mundial.

#04 - Neoliberalismo: o funeral precipitado

O estado na maior parte do mundo tem assumido o protagonismo no combate ao coronavírus e na manutenção da renda das famílias impossibilitadas de venderem sua força de trabalho. Este fato tem um efeito desmoralizante para o pensamento neoliberal, confronta a noção fundamental que advogam: a superioridade do mercado em relação ao estado. No entanto, desmoralização não será sua *causa mortis*.

Os neoliberais não se preocupam com a coerência de seu discurso, não deixarão de ser o que são por força de uma prova estatística, em números de vítimas, da imoralidade de sua ideologia. É mais provável que, após a pandemia, apresentem um plano de "recuperação econômica" listando mais medidas de austeridade e retirada de direitos sociais. Por que os grandes especuladores financeiros, voluntariamente, pagariam pela crise? Não fizeram em 2008; por que fariam agora?

Não há defesa científica ou moral para o neoliberalismo. Para permanecer dominando os governos, em última instância, irão questionar a própria validade da ciência e a necessidade do compromisso público com a opinião dos cidadãos. Se preciso for, farão o que já fizeram: gritarão, "as favas com os escrúpulos!", e selarão aliança com a extrema-direita mais selvagem, como fazem no caso brasileiro.

Evidentemente que a posição neoliberal se fragiliza relativamente, evidente que é o momento de denunciá-la, aproveitar seu recuo temporário para ganhar terreno na sociedade, mas ela continuará sobrevivendo enquanto seu bunker financeiro não for expugnado.

#05 - Colapso do império americano?

Os EUA estão pagando um custo alto pelo modelo mercantil de saúde que optou. O próprio governo reconhece a possibilidade de mais de uma centena de milhares de mortos em consequência da pandemia. A já comentada crise do petróleo levará o governo a atirar a boia de salvação para as petroleiras. As dificuldades são evidentes. Mas este fato é suficiente para o declínio da maior potência militar do mundo? Tem sido verificado algum constrangimento na utilização do dólar em escala suficiente para impor alguma restrição à estratégia norte-americana para o mundo? Parece que não.

Os resultados da pandemia podem prejudicar a reeleição de Trump, mas a substituição por uma presidência democrata não é uma alteração estrutural do poderio americano. Por outro lado, os EUA têm conseguido recuperar o dinamismo fortemente afetado em 2008 ao acirrar medidas protecionistas, o que tem melhorado seus indicadores macroeconômicos. Trata-se, pois, de uma recuperação que veio sem restabelecer o padrão aquisitivo das famílias, a concentração de renda cresce e as desigualdades são acentuadas. Mas isso não implica em perda de poder imediato.

A tendência declinante do poderio americano é fato histórico em andamento, mas sua consumação não pode ser esperada pelas consequências da pandemia. Ao que parece, o cenário provável é que o crescimento geopolítico no campo econômico, militar, diplomático e tecnológico de outros atores, em especial a China, irá criar cada vez mais condicionamentos ao exercício do poder norte-americano. Mas isso é uma marcha histórica longa, cujo o resultado não pode ser esperado na vigência de uma única geração.

#06 - O falanstério mundial do pós-pandemia

Alguns defendem que a pandemia criará, por ela mesma, uma consciência mais solidária na humanidade. Este cenário seria plausível se fosse possível desconsiderar as relações de poder, os instrumentos de controle e submissão exercidos pela minoria de bilionários sob o conjunto da humanidade. A manifestação da solidariedade esbarra nos interesses reais de quem concentra o poder.

Em tempos de crise, a maior parte dos governos optam por responder às demandas domésticas, até por métodos bárbaros, como o confisco pirata de equipamentos e suprimentos médicos feitos pelos EUA em cargas internacionais. A escassez e o medo revelam o que há de pior na humanidade.

Possivelmente não teremos um mundo mais aberto ao trânsito de pessoas. Por que cessaria a repressão brutal às balsas de africanos e refugiados do Oriente Médio que tentam cruzar o Mediterrâneo em direção a Europa? A propósito, agora a extrema direita do "Velho Mundo" ganhará um argumento "sanitário" - mesmo sem nenhuma base epidemiológica - para intensificar este procedimento. O racismo que já existe está sendo reeditado com os contornos dados pelo COVID-19, em especial direcionado aos asiáticos, até como recalque ocidental. O grau pós-pandêmico de isolamento das nações e o impacto na dimensão cognitiva do relacionamento entre pessoas de diferentes culturas é algo difícil de mensurar *a priori*, no entanto, o que tudo indica é que a xenofobia tende a ganhar mais espaço.

Há exceções evidentemente. Países com tradição na execução de atividades de solidariedade internacional, como é o caso de Cuba, seguem fazendo o que sempre fizeram, enviando equipes de saúde para colaborar com a assistência aos doentes em várias partes do mundo. A China agora inaugura uma nova fase do seu posicionamento internacional, pois passa a ser, além de uma parceira comercial, uma aliada no fornecimento de equipamentos de saúde, muitas vezes fora do escopo de interesses mercantis.

As exceções são bons exemplos, são a prova que as sociedades sob a orientação socialista, com economia planificada e com soberania nacional estão mais aptas a enfrentarem desafios humanitários. Porém, a lição de solidariedade dada aos povos esbarra nos obstáculos dos poderes estabelecidos sobre cada um deles. Reconhecer a eficácia e pertinência dos exemplos socialistas é um preço alto demais para o *establishment* da maioria das nações, significa reconhecer o próprio fracasso societal. Grupos de poder não abdicam voluntariamente dos seus métodos de controle social, e a ideologia anticomunista é um destes; para eles, a pandemia sempre será um mal menor do que o socialismo.

#07 - Projetos Nacionais: A esperança possível

Independente da orientação política dos estados, a pandemia parece ser melhor respondida por países que preservaram um nível razoável de serviços públicos de caráter universal. Ou seja, a existência ativa do estado nas respostas às demandas da população determina o grau de eficácia observado no combate ao coronavírus, na maioria das situações. Um indicador que não está relacionado necessariamente a capacidade estritamente econômica de cada nação, mas ao compromisso social envolvido no arranjo institucional. Países que não chegaram a desmontar completamente o "estado de bem-estar social" edificado no pós-guerra, nações que mais recentemente se dedicaram a promoção de serviços públicos à população são sem dúvidas as menos afetadas. Do Vietnã aos países nórdicos, da Coréia do Sul à Cuba, o padrão se repete. No Brasil, apesar do governo, o SUS resiste como uma porção do embrionário estado de bem-estar social pensado em 88, por sua própria capacidade institucional, técnica e de pessoal, tem conseguido retardar o pesadelo.

Considerando a diversidade de experiências e situações de ordem política, econômica, cultural e tecnológica presentes nos escopos nacionais, o combate à pandemia deixará um legado menos traumático aos projetos nacionais que lograram incluir as demandas populares e justificar a existência do estado pelo serviço prestado a todos, e não a vantagem conferida a alguns.

Finalmente, tratei apenas de alguns aspectos da situação, aqueles que me parecem essenciais e genéricos. Deliberadamente procurei criticar aquelas abordagens que sugerem que a crise sanitária e econômica, de uma forma quase autônoma, inaugura o caminho para uma sociedade mais justa e igualitária ou abre as portas para um cenário distópico, e com isso desfoca o papel da política e da estratégia na solução dos problemas da humanidade.

Com dito antes, o futuro sempre é incerto e limitado, logo a esperança é residente sempre na ação política, nas apostas feitas diante dos cenários possíveis. Nenhuma mudança social se dá de maneira estritamente espontânea. A história prova que as crises só estão acompanhadas de transformações profundas quando encontram forças sociais capazes de explorá-las como oportunidade.

O VILIPÊNDIO DO CORONAVIRUS E O IMPERATIVO DE REINVENTAR O MUNDO

Ricardo Antunes[96]

I

A crise do coronavírus, a crise econômica e a interconexão profunda que há entre elas vêm impactando profundamente a classe trabalhadora. Desde logo, presenciamos um processo de ampliação do empobrecimento e dos níveis de miséria em amplas parcelas e segmentos dessa classe, cujo cotidiano é pautado ou por uma intensa exploração do trabalho e precarização ou, o que é ainda mais brutal, pelo flagelo do desemprego, subemprego e da informalidade, fenômenos explosivos e que tem uma dimensão global. Já aqueles/as que estavam trabalhando, antes da expansão da pandemia,

96 Professor Titular de Sociologia do Trabalho no IFCH/UNICAMP. Autor de *O Privilégio da Servidão* (Boitempo); *Os Sentidos do Trabalho* (Boitempo, publicado também nos EUA, Inglaterra/Holanda, Itália, Portugal, Índia e Argentina); *Adeus ao Trabalho?* (Cortez e também na Itália, Espanha, Argentina, Venezuela e Colômbia) e *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil, vol. IV* (Boitempo). Coordena as Coleções *Mundo do Trabalho* (Boitempo) e *Trabalho e Emancipação* (Ed. Expressão Popular). Neste texto retomo algumas ideias apresentadas nas entrevistas dadas a Helena Dias (*Marco Zero Conteúdo*, Recife, em 25/03/2020) e a Natália Granato (*Contrapoder*, em 01/04/2020), às quais agradeço.

o faziam crescentemente sob a modalidade da *uberização*, que se ampliava exponencialmente nas chamadas plataformas digitais e nos aplicativos, como Amazon, Uber, Uber Eats, 99, Cabify, Rappi, Ifood, etc.

Com a eclosão do coronavirus, em meio a uma profunda *crise estrutural do capital*, esse quadro vem se acentuando exponencialmente. Quando existe um sólido conjunto de leis protetoras do trabalho, quando se tem uma classe trabalhadora estável e com direitos, quaisquer decisões tomadas pelos governos e empresas têm que estar respaldadas nesses direitos, que funcionam como uma espécie de retaguarda social. O que acontece, entretanto, quando os trabalhadores e as trabalhadoras estão vivenciando, como no Brasil, um processo enorme de devastação e corrosão dos direitos, que se intensificou particularmente de 2016 para cá?

O cenário social no país, antes do ingresso da pandemia, já contabilizava uma massa imensa de trabalhadores informais, precarizados, "flexíveis", intermitentes, e que, no caso dos uberizados, não tinham outra alternativa senão trabalhar 8, 10, 12 e até 14 horas por dia pois, se não o fizessem, não perceberiam salários, pois são compreendem uma categoria completamente à margem dos direitos do trabalho.

Com a eclosão da nova pandemia do capital, como vão fazer agora? Se as empresas onde trabalham fecharem suas portas, de que e como irão sobreviver? Que direito lhes garante ficar em casa, em isolamento, para evitar o contágio que pode ser letal? Como vão receber seus salários, de modo a se manterem, a sobreviver, a preservar sua saúde e de seus familiares?

O capitalismo brasileiro, a sociedade política e o Estado, todos um tanto quanto *predadores*, tão séquitos no cumprimento do ideário e das pragmáticas dos capitais, não lhes preservaram o *direito essencial à vida*. É por isso que este segmento ampliado da classe trabalhadora (que no Brasil tem mais de cinco milhões em atividades *uberizadas*) se constitui em uma variante que denominei, em *O*

*Privilégio da Serv*idão, como *escravidão digital.* Isto porque se encontram na informalidade que predomina nessas empresas, onde vigora uma enorme manipulação que "converte" a crescente força de trabalho em "prestadores de serviços" e, portanto, desprovidos de direitos. Agora constatamos que essa alquimia empresarial se torna letal na era da pandemia.

II

O que é farão, então, neste contexto pandêmico?

Não foram poucas as devastações sociais que vimos presenciando. Só nestes últimos anos, ingressamos em um universo societal laborativo – a "sociedade da terceirização total" - quando o Temer e o Congresso nos impuseram inicialmente a liberação da terceirização. Era evidente que ingressaríamos em uma tragédia anunciada para um amplo contingente da nossa classe trabalhadora. E este cenário se agudizou ainda mais com a reforma trabalhista do Temer (que foi de fato uma *contrarreforma*). Dentre tantos aspectos nefastos, que têm sido intensamente discutidos, liberou-se também o perverso *trabalho intermitente*, que se tornou "legal" e "formal". Mas é bom enfatizar que se trata de algo que "*legaliza*" o vilipêndio, de um "formal" que legaliza a informalidade.

Com Bolsonaro, o quadro se tornou verdadeiramente desesperador para a classe trabalhadora. O ex-capitão e o seu posto (ou poste?) Ipiranga, só pensam na *economia* e externam um enorme desprezo à *vida* dos assalariados/as, que são as maiores vitimas da pandemia. Sua dilemática é áspera: se voltarem ou permanecerem em seus postos de trabalho, se convertem em reais candidatos à vala comum dos cemitérios. Se acatarem o isolamento e a quarentena, morrerão de fome.

A proposta do (des)governo de oferecer R$ 600,00 durante três meses (vale lembrar que a proposta inicial de Guedes era de R$

200,00), para as parcelas mais empobrecidas da classe trabalhadora é acintosa, uma vez que é absolutamente insuficiente para manter um mínimo de dignidade. *A letalidade da pandemia do capital se estampa em sua aguda tragicidade em relação ao trabalho: se forem laborar, contaminam-se; se ficarem em isolamento, não terão recursos mínimos para sobreviver.*

A constatação se evidencia: estamos vivendo um *capitalismo acentuadamente destrutivo* que é responsável por uma corrosão ilimitada dos direitos sociais do trabalho e que nos oferece como resultante uma massa imensa de indivíduos sem trabalho, sem salário, sem previdência e sem sistema de saúde pública abrangente.[97] E esse movimento para "salvar a economia", amplia ainda mais sua letalidade sobre a classe trabalhadora; como se pode observar a cada nova medida deste *governo-de-tipo-lumpen*, a pretexto de recuperar a economia, estas medidas querem impor a milhares de trabalhadores e trabalhadoras a obrigatoriedade de voltar ao trabalho, para "garantir o emprego".

Em condição social ainda mais desesperadora encontram-se os desempregados. Este contingente totalizava, antes da pandemia, no início de 2020, 12 milhões de pessoas, segundo os índices oficiais; se acrescentarmos o "desemprego por desalento", este número de avoluma ainda mais. Com o "mercado" paralisado, com as bolsas de valores em expressiva desvalorização e despencando em níveis espetaculares, neste cenário onde há ausência completa de proteção social, não é difícil perceber que a hecatombe será ainda mais intensa para a classe trabalhadora. Sem perceber um salário

---

97 Aqui vale uma nota adicional: o Brasil tem o Sistema Único de Saúde (SUS), que é uma experiência pública muito importante, mas que vem sendo destroçado pelas políticas neoliberal, financista e privatista. A PEC do Fim do Mundo, aprovada durante o governo terceirizado de Michel Temer, ao proibir o aumento de recursos para a saúde, educação e a previdência, antecipou um cenário no qual aqueles que tentarem chegar aos hospitais, não encontrarão atendimento mesmo se contaminados gravemente pelo coronavírus.

emergencial minimamente digno para sobreviver, sem um sistema de saúde sólido e sem um sistema previdenciário público (destroçado pelo governo Bolsonaro) como será possível superar esta fase hedionda na qual a pandemia do coronavirus e a toxidade do capital se intensificam?

Assim, é importante destacar que essa tragédia social não é *causada* pelo coronavírus, ainda que seja *amplificada exponencialmente* pela pandemia. Isto porque a tragédia social antecede a atual situação pandêmica. Se comparamos, por exemplo, com alguns países escandinavos, onde os índices de trabalho informal e precarizados são menores, a classe trabalhadora pode se resguardar em casa e continuar percebendo seus salários, além de serviço público de saúde com qualidade. Nos países da periferia, como o Brasil, os trabalhos informais e precários são jogados nas ruas, sendo que as mulheres-trabalhadoras, os negros e os imigrantes são mais duramente atingidos. Nos países da América Hispânica, como a Equador, Bolívia, Colômbia, Peru etc, por exemplo, o alvo preferencial são os/as trabalhadores indígenas.

Estamos, portanto, a beira de um colapso social profundo, seno o capitalismo, em sua variante ultraneoliberal, ainda mais corrosivo. E as empresas e suas burguesias vão tentar impor, uma vez mais, o que sempre fizeram: *para recuperar seus níveis de lucro e acumulação,* vão transferi*r todo o ônus da crise para a classe trabalhadora.* Por conta disso, os desafios que teremos pela frente serão de grande monta, se quisermos combater e confrontar toda a toxidade e letalidade do sistema de metabolismo antissocial do capital.

III

Há, desde logo, um ponto que considero muito importante, que está presente nas ações que a classe trabalhadora está fazendo para sobreviver nas periferias, nos bairros operários e nas comunidades

populares, nas comunidades indígenas: trata-se do *desafio da auto-organização*. Isto porque, deste governo, não é possível esperar nada. É uma variante de desgoverno que combina desqualificação, desequilíbrio, ideário fascista e capitalismo excludente e brutal; que é completamente dependente dos interesses das mais distintas frações burguesas (especialmente as mais predadoras), do império norte-americano e que, em sua política destrutiva, desde o começo que não faz outra coisa senão destroçar a *res* pública (tudo que é público e que funciona nesse pais foi destruído e agora estamos vendo as consequências profundas disso especialmente na saúde pública). O ultimo exemplo de monta foi a destruição completa da previdência publica, que terá também que ser em algum momento revogada.

Assim, a auto-organização popular talvez seja o principal elemento desse período tão trágico e tão destrutivo. Sabemos que há uma fragilização dos sindicatos, além da acomodação dos seus setores mais cupulistas e conciliadores. Mas sabemos também que há um real desafio para o *sindicalismo de classe e de base*, que será o de representar o conjunto amplo, compósito e heterogêneo que compõe a classe trabalhadora em sua *nova morfologia*.

Claro também que o estado (em todas as suas instâncias, federal, estadual e municipal) tem que ser fortemente confrontado e intensamente pressionado para tomar medidas que minimizem as tragédias sociais no interior da classe trabalhadora.

Mas há outro ponto que entendo como sendo crucial: as esquerdas majoritárias não podem mais continuar seguindo sua rota tradicional; o desafio da esquerda social será o de atuar junto à vida cotidiana dos/as trabalhadores/as e avançar no desenho e na proposta de apresentar um *novo projeto humano e social, um novo modo de vida*, para além dos constrangimentos impostos pelo sistema de metabolismo antissocial do capital.

O cenário social e político é o pior dos mundos: a extrema-direita, em várias partes, está assumindo sua posição ultra-agressiva, “antissistêmica”, que atribui a si a capacidade de “mudar o mundo”,

mesmo sabendo que sua propositura é a porta de entrada para o inferno de Dante, uma vez que sela a finitude do que resta de vida civilizada.

Se estivéssemos em 2011/13, nosso olhar estaria voltado para a era de rebeliões que se expandia mundialmente. A geração "nem estuda e nem trabalha" na Espanha, os precários inflexíveis em Portugal, o Occupy Wall Street nos Estados Unidos, explosões na França, Inglaterra e Grécia. Explosão em vários países do Oriente Médio. Nós vivemos, entretanto, uma *era de rebeliões* que não se converteu em uma *era de revoluções*, porque são dois fenômenos sociais bastante distintos. Um pode se metamorfosear no outro, mas exige uma processualidade complexa, que inexistia nas rebeliões de massa daqueles anos.

Ao contrário, aquela *era de rebeliões* foi obstada pelo advento de uma *era de contrarrevoluções,* de que foram exemplos a eleição de Donald Trump nos EUA, de Boris Johnson na Inglaterra e de vários governos fascistas e de extrema-direita na Hungria, Áustria, Polônia, etc. Adentrávamos, então, em uma *era de contrarrevoluções*. Mas a história é imprevisível e muitas vezes impiedosa. E sabe como ela pode começar a passar? O Trump tem grandes chances de ser derrotado pelo coronavírus e por uma crise econômica que ele não imaginou que pudesse chegar aonde chegou. E se o Trump cair, o Bolsonaro pode "*se desmanchar no ar*". Se o Trump perder as eleições em 2020, a extrema-direita e o fascismo perdem o seu baluarte mundial. E, com as consequências sociais previsíveis, pode ressurgir uma nova era de revoltas. Isso porque uma crise brutal na era da mundialização do capital traz também, em seu bojo, a possibilidade da mundialização das rebeliões e das lutas sociais. Vale lembrar que está em curso uma forte *revolução feminista,* contemplando por certo uma ampla disputa de perspectivas e concepções, mas que traz em seu *ser* a ideia central do fim de tantas opressões.

As respostas do grande capital estão mais do que evidenciadas: um modelo antissocial, fundado na acumulação capitalista e na

riqueza privatizada a todo custo, respaldada na ilimitada exploração e espoliação do trabalho, na corrosão completa dos direitos sociais, na destruição da natureza, no racismo, no sexismo, na homofobia, na xenofobia, tudo isso sob o embalo da mais horripilante forma de poder da modernidade, que é a aberração fascista.

Agora, entretanto, o *rei está nu*: a essência perversa e destrutiva do sistema de metabolismo antissocial do capital destrói o trabalho e a humanidade, destrói a natureza, explora e oprime intensamente as mulheres, os negros e as negras, os/as indígenas, impede a busca vital da *igualdade substantiva*, a felicidade da juventude, a plena liberação sexual, etc. É chegada a hora de obstar, barrar, travar e impedir mais devastação, mais sujeição, mais desumanização.

Como disse recentemente em entrevista ao Marco Zero Conteúdo: até poucos meses atrás, toda a grande imprensa citava o Chile como exemplo mais "maravilhoso" e bem sucedido do neoliberalismo na América Latina. E esse projeto entrou em colapso com a explosão de uma enorme rebelião popular. E o que causou esse levante? Foi o aumento da passagem do metrô, ocasião em que o "copo transbordou", depois de uma sucessão quase interminável de saques e vilipêndios.

Chega uma hora, então, que as saídas são muito imprevisíveis, que dão sentido à metáfora do *Bacurau*[98]*. Isto porque é difícil imaginar que uma sociedade – qualquer que seja ela* - possa ser destroçada ilimitada e eternamente.

E termino com outra metáfora: o *grande escritor latinoamericano Ciro Alegria escreveu um belíssimo livro sobre a América indígena, cujo título é Grande e Estranho é o Mundo.* Pois é nesse *imenso e estranho universo* que aflora o dilema crucial de nosso tempo: ele não pode ser outro senão o de *reinventar um novo modo de vida.*

---

98 *Bacurau é* o excelente filme brasileiro dirigido por Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles.

O COMPROMISSO EM SAMARA: UM NOVO USO PARA ALGUMAS PIADAS ANTIGAS

Slavoj Žižek[99]

Tradução: Anjuli Tostes

No meu trabalho anterior, usei pelo menos uma dúzia de vezes a velha piada sobre um homem que se considera um grão de semente e é levado para a instituição mental onde os médicos fazem o possível para finalmente convencê-lo de que ele não é um grão, mas um ser humano. Quando ele é curado (convencido de que ele não é um grão de semente, mas um homem) e pode deixar o hospital, ele imediatamente volta tremendo de medo - há uma galinha do lado de fora da porta de entrada e ele tem medo de que ela o coma. "Caro companheiro", diz o médico, "você sabe muito bem que não é um grão de semente, mas um homem". "É claro que eu sei disso", responde o paciente, "mas a galinha sabe disso?" Meu amigo croata Dejan Kršić recentemente me enviou uma versão em coro dessa piada: "Olá, meu amigo!" "Olá, professor! Por que você está usando uma máscara? Há duas semanas, você estava explicando que máscaras não protegem contra o vírus? "" Sim, eu sei que elas não funcionam, mas talvez o vírus não saiba! "

99 Professor do Instituto de Sociologia e Filosofia da Universidade de Ljubljana e diretor internacional da Birkbeck, Universidade de Londres.

Esta versão de vírus da piada ignora um fato crucial: o vírus não sabe de nada (e também NÃO não sabe de nada) porque não habita no domínio do conhecimento, não é um Inimigo tentando nos destruir – apenas se autorreproduz com um automatismo cego. Alguns esquerdistas evocam outro paralelo: o capital também não seria um vírus que nos parasita, humanos, um mecanismo cego que se dedica à autorreprodução expandida em total indiferença ao nosso sofrimento? Há, no entanto, uma diferença fundamental em ação aqui: o capital é uma entidade virtual que não existe na realidade independentemente de nós – só existe na medida em que nós, humanos, participamos do processo capitalista. Assim, o capital é uma entidade espectral: se pararmos de agir como se acreditássemos nele (ou, digamos, se um poder estatal nacionalizar todas as forças produtivas e abolir o dinheiro), o capital deixará de existir, enquanto o vírus é parte da realidade, que pode ser tratada apenas por meio da ciência.

Isso não significa que exista uma ligação entre os diferentes níveis de entidades virais: vírus biológicos, vírus digitais, capital como entidade viral ... A epidemia de coronavírus em si não é claramente apenas um fenômeno biológico que afetou os seres humanos: para entender sua propagação, deve incluir a cultura humana (hábitos alimentares), a economia e o comércio global, a ampla rede de relações internacionais, os mecanismos ideológicos de medo e pânico ... Para entender adequadamente esse elo, é necessária uma nova abordagem. O caminho foi mostrado por Bruno Latour[100], que estava certo ao enfatizar que a crise do coronavírus é um "ensaio geral" para a mudança climática que se aproxima que é "a próxima crise, aquela em que a reorientação das condições de vida será posta como a desafiar a todos nós, assim como todos os detalhes da existência diária que teremos que aprender a resolver com cuidado.

100 Citado em https://critinq.wordpress.com/2020/03/26/is-this-a-dress-rehearsal/.

A epidemia de coronavírus como um momento da crise ecológica global e duradoura que impôs brutalmente sobre nós

> "a súbita e dolorosa percepção de que a definição clássica de sociedade - humanos entre si - não faz sentido. O estado da sociedade depende a cada momento das associações entre muitos atores, a maioria dos quais não possui formas humanas. Isso vale para os micróbios - como conhecemos desde Pasteur -, mas também para a internet, a lei, a organização de hospitais, a logística do estado e o clima. "

Obviamente, como Latour está bem ciente, há uma diferença fundamental entre as epidemias de coronavírus e a crise ecológica: "na crise da saúde, pode ser verdade que os seres humanos como um todo estejam 'lutando' contra o vírus - mesmo que ele não tenha nenhum interesse em nós e vá de garganta em garganta nos matando sem querer. A situação é tragicamente revertida na mudança ecológica: desta vez, o patógeno cuja terrível virulência mudou as condições de vida de todos os habitantes do planeta não é o vírus, é a humanidade!"

Embora Latour acrescente imediatamente que "isso não se aplica a todos os seres humanos, apenas àqueles que fazem guerra contra nós sem nos declarar guerra", a agência que "faz guerra contra nós sem nos declarar guerra" não é apenas um grupo de pessoas, mas o sistema socioeconômico global existente - em suma, a ordem global existente da qual todos (toda a humanidade) participamos. Podemos ver agora em que reside o potencial verdadeiramente subversivo da noção de *assemblage*: surge quando a aplicamos para descrever uma constelação que também compreende seres humanos, mas do ponto de vista "desumano", para que os humanos apareçam como apenas um entre os atores. Lembre-se da descrição de Jane Bennet de como os atores interagem em um local poluído: como não apenas os seres humanos, mas também o lixo podre, os vermes, os insetos, as máquinas abandonadas, os venenos

químicos, e assim por diante, desempenha seu papel (nunca puramente passivo)[101]. Existe uma visão teórica e ético-política autêntica em tal abordagem. Quando os chamados Novos Materialistas, como Bennett, se opõem à redução da matéria à mistura passiva de partes mecânicas, eles não estão, é claro, afirmando a teleologia antiquada, mas uma dinâmica aleatória imanente à matéria: "propriedades emergentes" surgem de encontros não previsíveis entre vários tipos de agentes, a agência de qualquer ato específico é distribuída por uma variedade de tipos de corpos. Dessa forma, a agência se torna um fenômeno social, onde os limites da socialidade são expandidos para incluir todos os órgãos materiais que participam da *assemblage* relevante. Digamos, um público ecológico é um grupo de corpos, alguns humanos, a maioria não, sujeitos a danos, definidos como uma capacidade reduzida de ação. A implicação ética de tal postura é que devemos reconhecer nosso envolvimento em *assemblages* maiores: devemos nos tornar mais sensíveis às demandas desses públicos e o senso reformulado de interesse próprio nos pede que respondamos à sua situação. A materialidade, geralmente concebida como substância inerte, deve ser repensada como uma infinidade de coisas que formam *assemblages* de atores humanos e não humanos (agentes) - os humanos são apenas uma força em uma rede potencialmente ilimitada de forças.

Tal abordagem que localiza um fenômeno em sua *assemblage* em constante mudança nos permite explicar alguns casos inesperados de transfuncionalização (um fenômeno de repente começa a funcionar de uma maneira totalmente diferente). Entre as ocorrências inesperadas de solidariedade, deve-se mencionar as gangues das favelas do Rio de Janeiro, geralmente envolvidas em lutas brutais pelo controle de seus territórios, que concluíram a paz durante a epidemia e decidiram colaborar para ajudar os idosos e os fracos

101 Jane Bennett, *Vibrant Matter*, Durham: Duke University Press 2010, p. 4-6.

na favela[102]. Essa mudança repentina foi possível porque as gangues de rua já eram em si uma *assemblage* de aspectos diferentes: não apenas uma forma de crime, mas também uma forma de solidariedade e resistência ao poder institucional por grupos de jovens.

Outro exemplo de transfuncionalização: gastar trilhões para ajudar não apenas as empresas, mas também os indivíduos (algumas dessas medidas se aproximam da Renda Básica Universal) justifica-se como uma medida extrema para manter a economia funcionando e evitar extrema pobreza e fome, mas há é efetivamente algo muito mais radical acontecendo: com tais medidas, o dinheiro não funciona mais da maneira capitalista clássica; torna-se um *voucher* para alocar os recursos disponíveis de modo que a sociedade possa continuar funcionando, fora dos limites da lei do valor.

Vamos imaginar outra reversão estranha nesse sentido. Foi amplamente divulgado em nossa mídia como um efeito colateral das epidemias de coronavírus foi uma qualidade muito melhor do ar sobre a China central, e, agora, mesmo acima do norte da Itália – mas e se os padrões climáticos nessas regiões já estivessem acostumados ao ar poluído, de modo que um dos efeitos do ar mais limpo pode vir a ser um padrão diferente e muito mais destrutivo do clima nessas regiões (mais secas ou mais inundações ...)?

Para enfrentar a crise ecológica iminente, é necessária uma mudança filosófica radical, muito mais radical do que a usual platitude de enfatizar como nós, seres humanos, fazemos parte da natureza, uma das espécies naturais da Terra, ou seja, como nossos processos produtivos (nosso metabolismo com a natureza, como Marx colocou) faz parte do metabolismo dentro da própria natureza. O desafio é descrever essa interação complexa em sua textura detalhada: o coronavírus não é uma exceção ou uma intrusão perturbadora, é uma versão específica do vírus que estava operando abaixo

---

102 Eu recebi essas informações de Renata Avila, advogada de direitos humanos da Guatemala.

do limiar de nossa percepção por décadas, vírus e bactérias estão sempre presentes. Aqui, às vezes até com função positiva crucial (nossa digestão funciona apenas através das bactérias no estômago). Não basta introduzir aqui a noção de diferentes estratos ontológicos (como corpos, somos organismos que hospedam bactérias e vírus; como produtores, mudamos coletivamente a natureza ao nosso redor; como seres políticos, organizamos nossa vida social e nos envolvemos nas lutas nele; como seres espirituais, realizamos a realização na ciência, arte e religião; etc.) "*Assemblage*" significa que é preciso dar um passo adiante em direção a uma espécie de ontologia plana e conceber como esses diferentes níveis podem interagir em um mesmo mesmo nível ontológico: os vírus como agentes são mediados por nossas atividades produtivas, por nossos gostos culturais, por nosso comércio social ... É por isso que, para Latour,

> "a política deve se tornar material, um *Dingpolitik* girando em torno de coisas e questões de interesse, e não em torno de valores e crenças. Células-tronco, telefones celulares, organismos geneticamente modificados, patógenos, nova infraestrutura e novas tecnologias reprodutivas geram públicos preocupados em criar diversas formas de conhecimento sobre esses assuntos e diversas formas de ação - além de instituições, interesses políticos ou ideologias que delimitam o domínio tradicional da política. "[103]

Mais uma vez, as epidemias de coronavírus não seriam uma *assemblage* de mecanismos virais de (potenciais) patógenos, agricultura industrializada, rápido desenvolvimento econômico global, hábitos culturais, comunicação internacional explosiva etc., etc.?

---

103 Martin Mueller, *"Assemblages and Actor-networks: Rethinking Socio-material Power, Politics and Space"*, citado em http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/gec3.12192/pdf. Parece-me que a leitura normativa predominante de Hegel à la Brandom ignora esse entrelaçamento de posturas e reivindicações normativas com uma complexa rede de processos de vida materiais e imateriais.

A epidemia é uma mistura na qual processos naturais, econômicos e culturais são inextricavelmente misturados ... Como um filósofo descarado da subjetividade, acho que devemos acrescentar dois pontos aqui. Primeiro, como seres humanos, somos um entre os participantes de uma *assemblage* complexa; no entanto, é apenas e precisamente como sujeitos que somos capazes de adotar a "visão desumana" a partir da qual podemos (pelo menos em parte) compreender a *assemblage* de atores de que somos parte.

Segundo, "valores e crenças" não devem ser simplesmente ignorados: eles desempenham um papel importante e devem ser tratados como um modo específico de *assemblage*. A religião é uma textura complexa de dogmas, instituições, práticas sociais e individuais e experiências íntimas em que o que é dito e o que não é dito é entrelaçado de maneiras muitas vezes inesperadas - talvez, uma prova científica completa de que Deus existe seja a maior surpresa para o crente... Uma complexidade semelhante (ou melhor, uma fenda) nos ajuda a entender o atraso de nossa reação à disseminação do coronavírus - nosso conhecimento estava fora de sincronia com nossas crenças espontâneas.

Lembre-se do segundo assassinato (do detetive Arbogast) do Psicopata de Hitchcock: esse assassinato é uma surpresa, ainda mais do que o notório assassinato no chuveiro. O assassinato no chuveiro foi uma surpresa totalmente inesperada, enquanto aqui sabíamos que algo chocante aconteceria, toda a cena é filmada para indicar isso, mas ainda estamos surpresos quando isso acontece ... por quê? Como a maior surpresa pode ocorrer exatamente quando o que nos disseram acontecer realmente acontece? A resposta óbvia é: porque realmente não acreditávamos que isso aconteceria. E não aconteceu algo semelhante com a disseminação do coronavírus: os epidemologistas estavam nos alertando que o vírus chegaria até nós, eles deram previsões precisas que agora são comprovadamente acuradas. Greta Thunberg estava certa quando afirma que os políticos deveriam ouvir a ciência, mas tínhamos tendência a

confiar mais em nossos “palpites” (Trump usou essa palavra) - e é fácil entender o porquê. O que está acontecendo agora é algo que até agora considerávamos impossível, as coordenadas básicas de nosso mundo da vida estão desaparecendo. Nossa primeira reação ao vírus foi que “é apenas um pesadelo do qual acordaremos em breve” - agora sabemos que isso não acontecerá, teremos que aprender a viver em um mundo viral, um novo mundo da vida terá que ser dolorosamente reconstruído.

Mas há outra combinação de discurso e realidade em ação nas pandemias em andamento: existem processos materiais que podem acontecer apenas se forem mediados por nosso conhecimento - somos informados de que um X catastrófico nos acontecerá, tentamos evitá-lo e, por meio de nossas próprias tentativas, evitamos que isso aconteça ... Lembre-se da velha história árabe sobre o “compromisso em Samara” recontada por W. Somerset Maugham: um servo em uma missão no movimentado mercado de Bagdá encontra a Morte lá; aterrorizado com o seu olhar, ele corre para casa com seu mestre e pede que ele lhe dê um cavalo, para que ele possa andar o dia inteiro e chegar a Samara, onde a Morte não o encontrará, à noite. O bom mestre não apenas fornece ao servo um cavalo, mas vai ao mercado, procura a Morte e a repreende por assustar seu fiel servo. A morte responde: “Mas eu não queria assustar seu servo. Fiquei apenas surpresa com o que ele estava fazendo aqui quando eu tenho um compromisso em Samara hoje à noite ... ” E se a mensagem desta história não for que é impossível evitar a morte de um homem, que tentar se libertar dela apenas apertará seu controle , mas o seu exato oposto, a saber: se alguém aceita o destino como inevitável e se desvencilha? Foi predito aos pais de Édipo que o filho mataria o pai e se casaria com a mãe, e os passos que tomaram para evitar esse destino (expondo-o à morte em uma floresta profunda) garantiram que a profecia fosse cumprida - sem essa tentativa de evitar o destino, o destino não poderia ter se realizado. Esta não é uma parábola clara do destino da intervenção

dos EUA no Iraque? Os EUA viram os sinais da ameaça fundamentalista, intervieram para evitá-la e, assim, a fortaleceram. Não teria sido muito mais eficaz aceitar a ameaça, ignorá-la e, assim, romper seu alcance? Então, voltando à nossa história, imagine que, ao encontrar a Morte no mercado, o servo a abordasse: "Qual é o seu problema comigo? Se você tem algo a ver comigo, faça-o, caso contrário, vença! " Ainda mais perplexa, a Morte teria murmurado algo como: »Mas ... deveríamos nos encontrar em Samara, eu não posso te matar aqui!« E fugir (provavelmente para Samara). Nela reside a aposta do chamado plano de imunidade de rebanho ao coronavírus:

> "O objetivo declarado tem sido alcançar a 'imunidade de rebanho' para gerenciar o surto e evitar uma 'segunda onda' catastrófica no próximo inverno / ... /. Uma grande proporção da população tem um risco menor de desenvolver doenças graves: grosso modo, qualquer pessoa com até 40 anos. Portanto, o raciocínio diz que, mesmo em um mundo perfeito, não queremos que alguém corra o risco de infecção, gerar imunidade nos jovens é uma maneira de proteger a população como um todo. "[104]

A aposta aqui é que, se agirmos como se não soubéssemos, ou seja, se ignorarmos a ameaça, o dano real poderá ser menor do que se agirmos conscientemente. É disso que os populistas conservadores tentam nos convencer: a Samara do nosso encontro é a nossa ordem econômica e todo o nosso modo de vida, de modo que se ouvirmos o aviso dos epidemologistas e reagirmos a ele escapando da nossa realidade (isolamento e *lockdown*, etc.), provocaremos uma catástrofe muito maior (pobreza, sofrimento ...) do que a pequena porcentagem de mortes pelo vírus.

---

104 https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/mar/15/epidemiologist-britain-herd-immunity-coronavirus-covid-19.

No entanto, como Alenka Zupančič apontou[105], "vamos voltar ao trabalho" é um caso exemplar do que é falso na preocupação de Trump com a classe trabalhadora: ele se dirige a pessoas mal pagas para as quais as pandemias também é uma catástrofe econômica, que não podem arcar com um isolamento, para quem o colapso econômico é uma ameaça ainda maior do que o vírus. O problema é, obviamente, dobrado aqui. Primeiro, a política econômica de Trump (desmantelar o estado de bem-estar social) é em grande parte responsável pelo fato de muitos trabalhadores mal pagos se encontrarem em uma situação tão terrível que, para eles, a pobreza é uma ameaça maior que o vírus.

Segundo, aqueles que realmente "vão trabalhar" são eles, os pobres, enquanto os ricos persistem em seu isolamento confortável. Devemos sempre ter em mente que existem aqueles que não podem se autoisolar para que alguns de nós possam fazê-lo - não apenas todos aqueles que tornaram nosso isolamento possível (profissionais de saúde, produtores de alimentos e aqueles que cuidam de sua entrega, aqueles que cuidam do suprimento de eletricidade e água, etc. etc), mas também de refugiados / migrantes que simplesmente não têm lugar ("casa") para onde se retirar isoladamente. Como explicar a necessidade de manter a distância social de milhares confinados em um campo de refugiados? Lembre-se do caos na Índia quando o governo ordenou um *lockdown* de 14 dias, com milhões das grandes cidades tentando chegar ao campo...

Todas essas novas divisões apontam para a limitação fatal da preocupação da esquerda liberal de que o controle social aprimorado desencadeado pela ameaça do vírus permaneça e restrinja nossa liberdade, uma vez que indivíduos reduzidos ao pânico da mera sobrevivência são os subordinados ideais do poder. O perigo é muito real - o caso extremo é o de Viktor Orban, que aprovou uma lei que lhe permite governar por decretos por tempo indeterminado. No

105 Conversa privada.

entanto, essa preocupação perde o que está efetivamente acontecendo hoje, o que é quase exatamente o oposto: embora os que estão no poder estejam tentando nos tornar responsáveis pelo resultado da crise (mantenha a distância adequada, siga nossas ordens, cada um de vocês está agora responsável…), a realidade é exatamente a oposta. A mensagem de nós, os súditos, para o poder do estado é: seguimos suas ordens de bom grado, mas elas são SUAS, e não há garantia de que nossa obediência a elas funcione plenamente. O poder do estado está em pânico porque eles sabem não apenas que não controlam a situação, mas também sabem que nós, seus súditos, sabemos disso - a impotência do poder é revelada agora.

Todos conhecemos a cena clássica dos desenhos animados[106]: o gato chega a um precipício, mas continua andando, ignorando o fato de que não há chão sob seus pés; só começa a cair quando olha para baixo e percebe o abismo. Quando perde sua autoridade, o regime é como um gato acima do precipício: para cair, ele só precisa ser lembrado de olhar para baixo... Mas o oposto também vale: quando um regime autoritário se aproxima de sua crise final, sua dissolução como regra segue duas etapas. Antes de seu colapso, ocorre uma ruptura misteriosa: de repente as pessoas sabem que o jogo acabou, elas simplesmente não têm mais medo. Não é apenas que o regime perca sua legitimidade, seu próprio exercício do poder é percebido como uma reação de pânico impotente. Em *Shah of Shahs*, um relato clássico da revolução Khomeini, Ryszard Kapuscinski localizou o momento exato dessa ruptura: na encruzilhada de Teerã, um único manifestante se recusou a se mexer quando um policial gritou para ele se mudar, e o policial envergonhado simplesmente se retirou; em algumas horas, Teerã estava falando sobre esse incidente e, embora houvesse brigas de rua por semanas, todo mundo sabia que o jogo acabou…[107] Há indícios de

106 Provavelmente não há nenhum livro meu em que não o refiro pelo menos uma vez.

107 Ver Ryszard Kapuscinski, *Shah of Shahs*, Nova York: Vintage Books 1992.

que algo semelhante possa estar acontecendo hoje: todos os poderes ditatoriais que os aparatos estatais estão acumulando apenas torna ainda mais palpáveis sua impotência básica.

Deveríamos resistir aqui à tentação de celebrar essa desintegração de nossa confiança como uma abertura para as pessoas se auto-organizarem localmente fora dos aparatos estatais: um estado eficiente que "entrega" e pode ser pelo menos relativamente confiável hoje é mais necessário do que nunca. A auto-organização das comunidades locais fará seu trabalho apenas em combinação com o aparato estatal... e com a ciência. Agora somos forçados a admitir que a ciência moderna, apesar de todos os seus vieses ocultos, é a forma predominante de universalidade transcultural. A epidemia oferece uma oportunidade bem-vinda para a ciência se afirmar nesse papel.

Aqui, no entanto, surge um novo problema: na ciência também não existe um grande Outro, nenhum sujeito em quem possamos confiar plenamente, que é inquestionavelmente presumido conhecido. Existem diferentes conclusões, bem como diferentes propostas sobre o que fazer, preconizadas por epidemologistas sérios. Mesmo o que é apresentado como dado é obviamente filtrado por horizontes de pré-entendimento: como decidir se uma pessoa velha e fraca realmente morreu do vírus? Além disso, embora o fato de muitas outras pessoas ainda estarem morrendo por outras doenças que não o coronavírus não deva ser mal utilizado para aliviar a crise, é verdade que o foco estrito do nosso sistema de saúde no coronavírus levou ao adiamento do tratamento de doenças consideradas não-urgentes (testagem de pessoas para câncer, doenças hepáticas etc.), de modo que nossas medidas estritas possam causar mais danos a longo prazo do que o impacto direto do vírus. (Sem mencionar as terríveis consequências econômicas do *lockdown*: no início de abril, tumultos locais por comida dos recém-empobrecidos já explodiam no sul da Itália, e a polícia teve que controlar lojas de alimentos em Palermo.) Será a única opção, realmente a

única, escolher entre o controle total no estilo chinês e a abordagem mais relaxada da "imunidade ao rebanho"? Aqui são necessárias decisões difíceis que não podem ser fundamentadas apenas no conhecimento científico - é fácil advertir que o poder estatal está usando as epidemias como uma desculpa para impor um estado de emergência permanente, mas que decisão alternativa aqueles que proliferam esses avisos propõem?

Nossa reação às epidemias não é apenas um pânico orquestrado pelos que estão no poder (por que o grande capital arriscaria uma mega-crise?), é um alarme genuíno e bem fundamentado. Mas o foco quase exclusivo no coronavírus em nossa mídia não se baseia em fatos neutros, é claramente baseado em uma escolha ideológica. Talvez se possa dispor aqui de uma modesta teoria da conspiração: e se os representantes da ordem capitalista global existente estiverem de alguma forma cientes do que os analistas marxistas críticos apontam há algum tempo - que o sistema como o conhecemos está em profunda crise, que não pode continuar em sua forma liberal-permissiva existente, e estão explorando implacavelmente as epidemias para impor uma nova forma. O resultado mais provável da epidemia é que um novo capitalismo bárbaro prevalecerá: muitos idosos e fracos serão sacrificados e deixados para morrer, os trabalhadores terão que aceitar um padrão de vida muito mais baixo, o controle digital de nossas vidas continuará sendo uma característica permanente, as distinções de classe se tornarão muito mais do que agora uma questão de vida ou morte... Quanto das medidas comunistas que os que estão no poder agora são obrigados a aplicar permanecerão?

Portanto, não devemos perder muito tempo nas meditações espíritas da Nova Era sobre como "a crise do vírus nos permitirá focar naquilo do que nossas vidas realmente tratam" etc. A verdadeira luta será: que forma social substituirá a liberalidade? Nova ordem mundial capitalista? Este é o nosso verdadeiro compromisso em Samara.

THE APPOINTMENT IN SAMARA: A NEW USE FOR SOME OLD JOKES

Slavoj Žižek

In my past work, I used at least a dozen times the old joke about a man who believes himself to be a grain of seed and is taken to the mental institution where the doctors do their best to finally convince him that he is not a grain but a human being. When he is cured (convinced that he is not a grain of seed but a man) and allowed to leave the hospital, he immediately comes back trembling with fear - there is a chicken outside the entrance door and he is afraid that it will eat him. "Dear fellow," says his doctor, "you know very well that you are not a grain of seed but a man". "Of course I know that," replies the patient, "but does the chicken know it?" My Croat friend Dejan Kršić recently sent me a corona-version of this joke: "Hello, my friend!" "O, hello, professor! Why are you wearing a mask? Two weeks ago you were explaining all around that masks don't protect against the virus?" "Yes, I know they don't work, but maybe the virus doesn't know it!"

This virus version of the joke ignores a crucial fact: virus doesn't know anything (and also doesn't NOT know anything) because it doesn't dwell in the domain of knowledge at all, it is not an Enemy trying to destroy us – it just self-reproduces with a blind automatism. Some Leftists evoke another parallel: is capital also not a virus parasitizing on us, humans, is it also not a blind mechanism bent on expanded self-reproduction in total indifference to our suffering? There is, however, a key difference at work here: capital is

a virtual entity which doesn't exist in reality independently of us - it only exists insofar as we, humans, participate in the capitalist process. As such, capital is a spectral entity: if we stop acting as if we believe in it (or, say, if a state power nationalizes all productive forces and abolishes money), capital ceases to exist, while virus is part of reality which can be dealt with only through science.

This does not mean that there is no link between the different levels of viral entities: biological viruses, digital viruses, capital as a viral entity… The coronavirus epidemics itself is clearly not just a biological phenomenon which affected humans: to understand its spread, one has to include human culture (food habits), economy and global trade, the thick network of international relations, ideological mechanisms of fear and panic… To properly grasp this link, a new approach is needed. The path was shown by Bruno Latour who was right to emphasize that the coronavirus crisis is a "dress rehearsal" for the forthcoming climate change which is "the next crisis, the one in which the reorientation of living conditions is going to be posed as a challenge to all of us, as will all the details of daily existence that we will have to learn to sort out carefully." The coronavirus epidemics as a moment of the global and lasting ecological crisis brutally imposes on us

> "the sudden and painful realization that the classical definition of society – humans among themselves – makes no sense. The state of society depends at every moment on the associations between many actors, most of whom do not have human forms. This is true of microbes – as we have known since Pasteur – but also of the internet, the law, the organization of hospitals, the logistics of the state, as well as the climate."

There is, of course, as Latour is well aware, a key difference between the coronavirus epidemics and the ecological crisis: "in the health crisis, it may be true that humans as a whole are 'fighting' against viruses – even if they have no interest in us and go their way

from throat to throat killing us without meaning to. The situation is tragically reversed in ecological change: this time, the pathogen whose terrible virulence has changed the living conditions of all the inhabitants of the planet is not the virus at all, it is humanity!"

Although Latour immediately adds that "this does not apply to all humans, just those who make war on us without declaring war on us," the agency which "makes war on us without declaring war on us" is not just a group of people but the existing global socio-economic system – in short, the existing global order in which we all (entire humanity) participate. We can see now in what resides the truly subversive potential of the notion of assemblage: it comes forth when we apply it to describe a constellation which also comprises humans, but from an "inhuman" standpoint, so that humans appear in it as just one among the actants. Recall Jane Bennet's description of how actants interact at a polluted trash site: how not only humans but also the rotting trash, worms, insects, abandoned machines, chemical poisons, and so on each play their (never purely passive) role. There is an authentic theoretical and ethico-political insight in such an approach. When the so-called New Materialists like Bennett oppose the reduction of matter to passive mixture of mechanic parts, they are, of course, not asserting the old-fashioned direct teleology, but an aleatoric dynamics immanent to matter: »emerging properties« arise out of non-predictable encounters between multiple kinds of actants, the agency for any particular act is distributed across a variety of kinds of bodies. Agency thereby becomes a social phenomenon, where the limits of sociality are expanded to include all material bodies participating in the relevant assemblage. Say, an ecological public is a group of bodies, some human, most not, that are subjected to harm, defined as a diminished capacity for action. The ethical implication of such a stance is that we should recognize our entanglement within larger assemblages: we should become more sensitive to the demands of these publics and the reformulated sense of self-interest calls upon

us to respond to their plight. Materiality, usually conceived as inert substance, should be rethought as a plethora of things that form assemblages of human and nonhuman actors (actants) - humans are but one force in a potentially unbounded network of forces.

Such an approach which locates a phenomenon in its ever-changing assemblage enables us to account for some unexpected cases of trans-functionalization (a phenomenon all of a sudden begins to function in a totally different way). Among the unexpected occurrences of solidarity, one should mention the gangs in Rio de Janeiro favelas, usually engaged in brutal struggles for the control of their territories, who concluded peace for the time of the epidemics and decided to collaborate in providing help to the old and weak in their favela. This sudden change was possible because street gangs were already in themselves an assemblage of different aspects: not just a form of crime, but also a form of solidarity and resistance to institutional power by groups of youth.

Another example of trans-functionalization: spending trillions to help not only companies but also individuals (some of such measures come close to Universal Basic Income) is justified as an extreme measure to keep the economy running and to prevent extreme poverty and starvation, but there is effectively something much more radical going on: with such measures, money no longer functions in a classic capitalist way; it becomes a voucher to allocate available resources so that society can go on functioning, outside the constraints of the law of value.

Let's imagine another weird reversal along these lines. It was widely reported in our media how a collateral effect of the coronavirus epidemics was a much better quality of air above central China and now even above northern Italy – but what if weather patterns in these regions were already accustomed to polluted air, so that one of the effects of cleaner air may turn out to be a different and much more destructive pattern of weather in these regions (more drought, or more flooding…)?

To confront the forthcoming ecological crisis, a radical philosophical change is thus needed, much more radical than the usual platitude of emphasizing how we, humans, are part of nature, one of the natural species on Earth, i.e., of how our productive processes (our metabolism with nature, as Marx put it) is part of the metabolism within nature itself. The challenge is to describe this complex interaction in its detailed texture: coronavirus is not an exception or a disturbing intrusion, it is a particular version of the virus which was operative beneath the threshold of our perception for decades, viruses and bacteria are all the time here, sometimes even with crucial positive function (our digestion works only through the bacteria in our stomach). It is not enough to introduce here the notion of different ontological strata (as bodies, we are organisms which have to hosts bacteria and viruses; as producers, we collectively change the nature around us; as political beings, we organize our social life and engage in struggles in it; as spiritual beings, we wind fulfilment in science, art and religion; etc.) "Assemblage" means that one has to make a step further here towards a kind of flat ontology and deploy how these different levels can interact at the same ontological level: viruses as actants are mediated by our productive activities, by our cultural tastes, by our social commerce… This is why, for Latour,

> "politics should become material, a *Dingpolitik revolving around things and issues of concern, rather than around values and beliefs. Stem cells, mobile phones, genetically modified organisms, pathogens, new infrastructure and new reproductive technologies bring concerned publics into being that creates diverse forms of knowledge about these matters and diverse forms of action – beyond institutions, political interests or ideologies that delimit the traditional domain of politics.*"

Again, is the coronavirus epidemics not such an assemblage of a (potentially) pathogen viral mechanism, industrialized agriculture,

fast global economic development, cultural habits, exploding international communication, etc., etc.? The epidemics is a mixture in which natural, economic and cultural processes are inextricably mixed… As an unabashed philosopher of subjectivity, I think one should nonetheless add two points here. First, as humans, we are one among the actants in a complex assemblage; however, it is only and precisely as subjects that we are able to adopt the "inhuman view" from which we can (partially, at least) grasp the assemblage of actants part of which we are.

Second, "values and beliefs" should not be simply ignored: they do play an important role and should be treated as a specific mode of assemblage. Religion is a complex texture of dogmas, institutions, social and individual practices, and intimate experiences where what is said and what remains unsaid is intertwined in often unexpected ways – perhaps, a full scientific proof that god exists would be the greatest surprise for the believer him/herself… A similar complexity (or, rather, a rift) helps us to understand the belatedness of our reaction to the coronavirus spread – our knowledge was out of sync with our spontaneous beliefs.

Recall the second murder (of the detective Arbogast) from Hitchcock's *Psycho*: this murder is a surprise, even more than the notorious shower murder. The shower murder was a totally unexpected surprise, while here, we knew something shocking will happen, the whole scene is shot to indicate it, but we are still surprised when it happens... why? How can the greatest surprise occur precisely when what we were told will happen really happens? The obvious answer is: because we didn't really believe it will happen. And did not something similar happen with the spread of coronavirus: epidemologists were warning us the virus will reach us, they gave precise predictions which are now proven accurate. Greta Thunberg was right when she claims that politicians should listen to science, but we were prone to trust more our "hunches" (Trump used this word) – and it is easy to understand why. What is now

going on is something we till now considered impossible, the basic coordinates of our life–world are disappearing. Our first reaction to the virus was that it is just a nightmare from which we will soon awaken – now we know this will not happen, we will have to learn to live in a viral world, a new life-world will have to be painfully reconstructed.

But there is another combination of speech and reality at work in the ongoing pandemics: there are material processes which can happen only if they are mediated through our knowledge – we are told a catastrophic X will happen to us, we try to avoid it, and through our very attempts to avoid it it happens… Recall the old Arab story about the "appointment in Samara" retold by W. Somerset Maugham: a servant on an errand in the busy market of Baghdad meets Death there; terrified by its gaze, he runs home to his master and asks him to give him a horse, so that he can ride all the day and reach Samara, where Death will not find him, in the evening. The good master not only provides the servant with a horse, but goes himself to the market, looks for Death and reproaches it for scaring his faithful servant. Death replies: "But I didn't want to scare your servant. I was just surprised about what was he doing here when I have an appointment in Samara tonight…" What if the message of this story is not that a man's demise is impossible to avoid, that trying to twist free of it will only tighten its grip, but rather its exact opposite, namely that if one accepts fate as inevitable and one can break its grasp? It was foretold to Oedipus's parents that their son would kill his father and marry his mother, and the very steps they took to avoid this fate (exposing him to death in a deep forest) made sure that the prophecy would be fulfilled - without this attempt to avoid fate, fate could not have realized itself. Is this not a clear parable of the fate of the US intervention in Iraq? The US saw the signs of the fundamentalist threat, intervened to prevent it, and thereby strengthened it. Would it not have been much more effective to accept the threat,

ignore it and thus break its grasp? So, back to our story, imagine that, upon encountering Death on the market, the servant would address it: “What’s your problem with me? If you have something to do with me, do it, otherwise beat it!” Perplexed even more, the Death would have mumbled something like: »But... we were supposed to meet in Samara, I cannot kill you here!« and run away (probably to Samara). Therein resides the wager of the so-called herd immunity coronavirus plan:

> “The stated aim has been to achieve ‘herd immunity’ in order to manage the outbreak and prevent a catastrophic ‘second wave’ next winter /…/. A large proportion of the population is at lower risk of developing severe disease: roughly speaking anyone up to the age of 40. So the reasoning goes that even though in a perfect world we’d not want anyone to take the risk of infection, generating immunity in younger people is a way of protecting the population as a whole.”

The wager here is that, if we act as if we don’t know, i.e., if we ignore the threat, the actual damage might be smaller than if we act knowingly. This is what conservative populists try to convince us: the Samara of our appointment is our economic order and our entire way of life, so that if we hear the warning of epidemiologists and react to it by escaping our reality (isolation and lockdown, etc.), we will bring forth a much greater catastrophe (poverty, suffering…) than the small percentage of deaths from the virus.

However, as Alenka Zupančič pointed out, “let’s go back to work” is an exemplary case of what is false in Trump’s care for the working class: he addresses ordinary poorly-paid people for whom the pandemics is also an economic catastrophe, who cannot afford isolation, for whom economic collapse is an even greater threat than the virus. The catch is, of course, double here. First, Trump’s economic politics (dismantling welfare state) is to a large extent responsible for the fact that many poorly-paid workers find

themselves in such a dire situation that, for them, poverty is a greater threat than the virus.

Second, those who will really "go to work" are they, the poor, while the rich will persist in their comfortable isolation. We should always bear in mind that there are those who cannot self-isolate so that's some of us can do it - not only all those who made our isolation possible (healthcare workers, food producers and those who take care of its delivery, those who take care of electricity and water supply, etc.etc.), but also refugees/migrants who simply have no place ("home") where to withdraw in self-isolation. How to explain a need to keep social distance to thousands confined to a refugee camp? Just recall the chaos in India when the government ordered a 14 days lockdown, with millions from the big cities trying to reach the countryside…

All these new divisions point to the fatal limitation of the Left-liberal worry that the enhanced social control triggered by the virus threat will remain and constrain our freedom since individuals reduced to the panic of mere survival are ideal subjects of power. The danger is very real – the extreme case is that of Viktor Orban who passed a law which enables him to rule by decrees for an indefinite period of time. However, this worry misses what is effectively going on today, which is almost the exact opposite: although those in power are trying to make us responsible for the outcome of the crisis (maintain the proper distance, follow our orders, each of you is now responsible…), the reality is exactly the opposite one. The message of us, the subjects, to the state power is: we gladly follow your orders, but they are YOUR orders, and there is no guarantee that our obeying them will fully work. The state power is in panic because they know not only that they don't control the situation, they also know that we, their subjects, know this - the impotence of power is revealed now.

We all know the classic scene from cartoons: the cat reaches a precipice, but it goes on walking, ignoring the fact that there is no

ground under its feet; it starts to fall only when it looks down and notices the abyss. When it loses its authority, the regime is like a cat above the precipice: in order to fall, it only has to be reminded to look down… But the opposite also holds: when an authoritarian regime approaches its final crisis, its dissolution as a rule follows two steps. Before its actual collapse, a mysterious rupture takes place: all of a sudden people know that the game is over, they are simply no longer afraid. It is not only that the regime loses its legitimacy, its exercise of power itself is perceived as an impotent panic reaction. In *Shah of Shahs*, a classic account of the Khomeini revolution, Ryszard Kapuscinski located the precise moment of this rupture: at a Tehran crossroad, a single demonstrator refused to budge when a policeman shouted at him to move, and the embarrassed policeman simply withdrew; in a couple of hours, all Tehran was talking about this incident, and although there were street fights going on for weeks, everyone somehow knew the game is over… There are indications that something similar could be going on today: all the dictatorial powers the state apparatuses are amassing just makes all the more palpable their basic impotence.

We should resist here the temptation of celebrating this disintegration of our trust as an opening for the people to self-organize locally outside the state apparatuses: an efficient state which "delivers" and can be at least relatively trusted is today needed more than ever. Self-organization of local-communities will do its work only in combination with the state apparatus… and with science. We are now forced to admit that modern science, in spite of all its hidden biases, is the predominant form of trans-cultural universality. The epidemics provides a welcome opportunity for science to assert itself in this role.

Here, however, a new problem arises: in science also, there is no big Other, no subject on whom we can fully rely, who is unquestionably presumed to know. There are different conclusions, as well as different proposals about what to do, advocated by serious

epidemologists. Even what is presented as data is obviously filtered by horizons of pre-understanding: how to decide if an old weak person really died of the virus? Plus although the fact that many more people are still dying from other diseases than from coronavirus should not be misused to alleviate the crisis, it is true that the strict focus of our healthcare system on coronavirus led to the postponement of the treatment of diseases considered not-urgent (testing people for cancer, for liver diseases, etc.), so that our strict measures may cause more damage in the long term that the direct impact of the virus. (Not to mention the dire economic consequences of the lockdown: at the beginning of April, local food riots of the newly impoverished already exploded in southern Italy, police had to control food stores in Palermo.) Is the only choice really the one between the Chinese-style total control and the more lax "herd immunity" approach? Hard decisions are to be made here which cannot be grounded just in scientific knowledge – it is easy to warn that state power is using the epidemics as an excuse to impose a state of permanent emergency, but what alternate decision do those who proliferate these warnings propose?

Our reaction to epidemics is not just a panic orchestrated by those in power (why would the big capital risk a mega-crisis?), it is a genuine and well-grounded alarm. But the almost exclusive focus on the coronavirus in our media is not based on neutral facts, it is clearly based on an ideological choice. Maybe, one can afford here a modest conspiracy theory: what if the representatives of the existing global capitalist order are somehow aware of what critical Marxist analysts point out for some time - that the system as we know it is in deep crisis, that it cannot go on in its existing liberal--permissive form, and they are ruthlessly exploiting the epidemics to impose a new form. The most probable outcome of the epidemics is that a new barbarian capitalism will prevail: many old and weak will be sacrificed and let to die, workers will have to accept much lower standard of living, digital control of our lives will remain a

permanent feature, class distinctions will become much more than now a matter of life and death… How much of the Communist measures that those in power are now compelled to enforce will remain?

So we shouldn't lose too much time in New Age spiritualist meditations on how "the virus crisis will enable us to focus on what our lives are really about," etc. The real struggle will be: what social form will replace the liberal-capitalist New World Order? This is our true appointment in Samara.

O MEDO DO FUTURO INCERTO

Tarso Genro[108]

O "grande medo do futuro incerto" tomou conta da Itália industrial e rural, no ano de 1920. As disputas agrícolas no Vale do Rio Pó e os choques nas fábricas modernas de Milão e Turim puseram por terra o governo do primeiro ministro Francesco Nitti, do Partido Radical.

Antifascista, cercado pela fome endêmica do campo, instabilizado pelos acampamentos de ocupação das fábricas de Milão – assediado pela violência fascista – em julho de 1920 o governo Nitti se desmancha. É de novo a vez do liberal Giovanni Giolitti, para estabilizar, impor o respeito e revalorizar a democracia. A nossa crise atual não é a mesma e aqui, quem poderiam ser os Giolitti do momento, adotaram a isenção entre os "dois extremos" e acalentaram o fascismo.

O homem "da arte da mediação do possível", Giolitti – cinco vezes Primeiro Ministro da Itália – era o político de Estado mais famoso e competente, desde o início do século XX. Coube a ele restaurar – entre a revolução proletária abortada e as instituições do Estado em frangalhos – o sonho da democracia ideal. Aquela que, se não cedesse à revolução socialista, também não cederia ao fascismo de Mussolini, líder pela raiva sem projeto, assentada na frustração dos deserdados, gerados tanto pela Guerra como pela Revolução em recuo.

108 Tarso Genro foi governador do Rio Grande do Sul, prefeito de Porto Alegre, ministro da Justiça, da Educação e das Relações Institucionais do Brasil.

Este novo e breve governo Giolitti dura um ano. Negando-se a reprimir os operários pelas armas, o governo também não consegue reprimir o fascismo, que amplia a sua ascensão entre os próprios trabalhadores, mormente entre os desempregados. A potente sociedade industrial, que se ergue dominante – a partir das grandes fábricas da Pirelli, Benedetti, Agnelli (Fiat), Alfa Romeo, vive a luta de classes como laceração social, antes de carregar no seu ventre a utopia política da democracia ou a ruptura histórica da igualdade.

Nas fábricas se sucedem greves e locautes, num mar revolto de diálogos e confrontos intermináveis. Numa reunião com industriais – na qual se debate o uso imediato da violência armada para acabar com as ocupações – Giovanni Agnelli como porta-voz da "linha violenta" dos industriais solicita uma ação armada ao novo primeiro ministro. Giolitti lhe responde com ironia: "Muito bem, senador, tenho justamente um batalhão de artilharia aquartelado em Turim. Vou colocá-lo diante dos portões da Fiat e ordenar que abra fogo contra a sua fábrica". Abrir fogo contra a fábrica de Agnelli, hoje, significa abrir as portas do isolamento e devastar todos os esforços para bloquear a pandemia.

O "grande medo do futuro incerto", na época, era a revolução socialista e as expropriações. E os inimigos eram definidos pela sua posição, em cada confronto particular: os ocupantes das fábricas defendiam sua gestão pelos operários, os desempregados as queriam abertas para gerar novos empregos, os banqueiros queriam receber seus créditos, os soldados desmobilizados pediam respeito e trabalho, as classes médias, segurança nas escolas e consumo normalizado.

Os camponeses exaustos pediam terra e jornadas melhor remuneradas, tratamento humano dos grandes proprietários, apoio técnico as suas cooperativas e financiamento subsidiado. Parece que, quanto mais a anomia vencia, mais distante ficava a nova ordem, embora já despedaçasse a ordem atual, com seus meteoros de medo e incerteza.

A democracia – no contexto – pouco seduz, sem pão, salário, produção, onde o grande medo do futuro incerto encontra as

certezas fáceis do fascismo: redenção pela guerra, romantização do passado, violência como catarse da humilhação que todos carregam nos lugares remotos da alma e cuja superação exige armas, massacres e sacrifícios.

O nosso medo do futuro incerto não é a revolução, as ocupações de fábricas, a ira camponesa ou a fome endêmica, que gera mobilizações políticas, nem o desmantelamento das instituições do Estado a serem engendradas para por uma nova ordem. O medo que nos assola se chama pandemia, este conceito nobre da peste pós-moderna, cujas ameaças desmantelam a culta e superficial solidariedade das categorias políticas modernas.

No vácuo da sua dissolução se esvaem as opções democráticas para a política e as condições mínimas para as revoluções, que, se ontem já não se apresentavam – segundo a ótica de cada um – nem desejáveis nem convincentes, hoje criam o caldo de cultura onde prolifera o fascismo. É a necrofilia deitada sobre contingentes inteiros de descartáveis, a morte do Estado de Direito pela vontade da demência organizada no poder, a entrega do destino do Estado – não à força da virtude – mas à vontade despida de razão e moralidade pública.

Arrisco-me a apontar dois significativos pilares culturais da situação atual da ordem política: o primeiro é a revelação feita pelo "pensador" do presidente Bolsonaro, o dito filósofo Olavo de Carvalho, quando revelou num tweet do dia 19 de junho o seguinte: "Desde o início do seu mandato aconselhei o presidente que desarmasse os seus inimigos, antes de tentar resolver qualquer 'problema nacional' (e) ele fez o oposto. Deu ouvidos a generais 'isentistas', dando tempo que seus inimigos se fortalecessem…".

Ora, armados no Brasil, estão os militares e as milícias, o que nos faz concluir que os generais "isentões" – referidos pelo "filósofo" – são aqueles que defendem de dentro das suas corporações as soluções políticas no interior do Estado de Direito, visão que revela – por si só – a que veio e o que é o Governo Bolsonaro.

O segundo pilar ideológico está expresso nas manifestações de diversas origens sobre a relação entre a "vida" e a "produção", o "comércio" e o "isolamento", através das quais a irracionalidade olavista começa a tomar proporções de massa. Nesta dimensão gera aquele estado "natural", onde a morte de alguém (sempre dos "outros") é um detalhe, e o que "vale" é a preservação do objetivo final, que hoje encontra resistência em grupos que deveriam estar "desarmados" e que, para Olavo de Carvalho, não estão: os militares "isentões" que, independentemente das suas preferências ideológicas não são fascistas, não desistiram de um projeto de nação e não compactuam com a demência no poder.

Tratado como "conspiração chinesa" ou "histeria da imprensa", o posicionamento científico da OMS, em defesa do isolamento, vem sendo paulatinamente tornado irrelevante pelas redes bolsonaristas, associadas de forma criminosa a burocratas e empresários, que levam o seu egoismo de classe ao seu momento mais elevado: o da simplificação aterradora, que pode nos custar milhares de mortes e uma crise econômica ainda mais brutal, do que aquela que já nos espera. O voluntarismo egocentrado do Presidente é o grande motor político da ideologia olavista, que transforma a instrumentalização da vida num episódio de curto prazo para o mercado.

A modernidade tardia fendida pelas religiões do fanatismo e do dinheiro geraram um Jim Jones, num mundo isolado que funcionava analogicamente. Tudo indica que a falência – ou pelo menos a suspensão das utopias da igualdade real e da solidariedade humana irrestrita (na época das redes e das relações globais comutativas), estão gerando monstros bem mais cruéis.

Jim Jones pelo menos pedia a morte e o suicídio para o encontro com Deus, mas os monstros de hoje consideram os mesmos caminhos apenas para salvar seus negócios e seus mercados atuais, mesmo que isso signifique – à médio prazo – a sua ruína final. Esquecem que a barbárie tem um vírus que atravessa fronteira de todas as classes, não é ideológica nem necessariamente seletiva.

SOBRE A COVID-19 E AS NOSSAS ESCOLHAS

Valdete Souto Severo[109]

"Vamos celebrar a estupidez humana
A estupidez de todas as nações
O meu país e sua corja de assassinos
Covardes, estupradores e ladrões
...
Vamos celebrar epidemias
É a festa da torcida campeã
Vamos celebrar a fome
Não ter a quem ouvir
Não se ter a quem amar
Vamos alimentar o que é maldade
Vamos machucar um coração
Vamos celebrar nossa bandeira
Nosso passado de absurdos gloriosos
Tudo o que é gratuito e feio
Tudo que é normal
Vamos cantar juntos o Hino Nacional
A lágrima é verdadeira
Vamos celebrar nossa saudade
E comemorar a nossa solidão"

Perfeição, Legião Urbana

109 Presidente da AJD - Associação Juízes para a Democracia. Diretora e Professora da FEMARGS – Fundação Escola da Magistratura do Trabalho do RS; Doutora em Direito do Trabalho pela USP/SP e Juíza do Trabalho.

Em tempos de pandemia não há como falar de outra coisa. A COVID-19, provocando um número assustador de adoecimentos e mortes pelo mundo todo, desafia nossas escolhas e impõe uma reflexão que rejeite o argumento do inimigo invisível comum. Temos que agir para combater a disseminação do vírus. Evidentemente precisamos aderir à ideia de isolamento físico e nesse sentido dar suporte até mesmo às campanhas midiáticas que reduzem o esforço conjunto a algo do tipo "todos contra o vírus".

O que precisamos refletir, porém, é sobre o fato de que nosso verdadeiro inimigo não é o novo coronavírus. Aliás, é muito provável que ele não seja o último nem o mais agressivo que enfrentaremos. Certamente, não é o primeiro.

O que realmente nos coloca, como civilização, em posição de absoluta fragilidade diante dessa doença, é um conjunto de escolhas políticas que a sociedade está fazendo já há muito tempo. Essas escolhas nos trouxeram até aqui. São os seres humanos, portanto, que agindo de modo predatório em relação à natureza e aos seus pares, estão tornando a vida na Terra um desafio.

Outras civilizações já passaram por isso. Foram dizimadas.

O primeiro caso da COVID-19 foi diagnosticado em uma pessoa que estava em Wuhan, uma cidade chinesa com mais de 10 milhões de habitantes, um pólo industrial especializado em "ótica-eletrônica, automóveis, ferro e aço, indústria farmacêutica e pesquisas em tecnologias de eficiência energética e energia renovável". Wuhan "tem quatro parques de desenvolvimento científico e tecnológico, mais de 350 institutos de pesquisa, 1.656 empresas de alta tecnologia, inúmeras incubadoras de empresas e investimentos de 230 empresas da Fortune Global 500. Produziu um PIB de 224 bilhões de dólares em 2018". Essas informações obtidas em rápida consulta à internet tornam nítido o caráter de fina ironia que a doença assume…. ela surge (ou pelo menos é pela primeira vez identificada) em um dos corações do capital.

A principal hipótese dos cientistas é de que, tal como seus antecessores SARS-CoV e MERS-CoV, o novo coronavírus chega aos corpos humanos em razão da fome que levou pessoas a comerem camelos, gatos e morcegos, pois a vida nesse centro econômico altamente desenvolvido é também radicalmente desigual.

A COVID-19 tem outro traço irônico ou perverso. Não atinge a todos do mesmo modo. Pode até ser sedutor o discurso de que estamos no mesmo barco, mas não é real.

Habitamos o mesmo planeta, mas temos condições absolutamente desiguais de vida e, portanto, de reação a pandemias. Quem não tem casa, não pode fazer isolamento físico. Quem não tem trabalho, não consegue se alimentar adequadamente, não tem saneamento básico e, portanto, não terá as condições para enfrentar o vírus e a doença.

A doença não atingirá nossos corpos da mesma maneira. E mesmo que tenha sido disseminada entre pessoas privilegiadas que viajam em aviões, muitas das quais fatalmente atingidas por seus efeitos, o fato é que a doença fará muito mais vítimas entre os vulneráveis, que são a maioria, especialmente em países recordistas em desigualdade como o Brasil.

Diante de tantas constatações, cada vez mais visíveis e irrecusáveis, a COVID-19 deveria nos impedir de seguir fingindo que a desigualdade social é uma fatalidade, em relação a qual não temos responsabilidade alguma. Ou que a miséria é algo natural, que simplesmente existe no mundo. Ou, ainda, que a riqueza decorre do "mérito" individual que torna aceitável o fato de que algumas poucas pessoas contem com respiradores próprios ou helicópteros que garantam rápido atendimento em caso de contaminação, enquanto a imensa maioria está em situação de absoluto desamparo.

No entanto, ainda continuamos convivendo tranquilamente com o fato de que no Brasil há mais de 13 milhões de pessoas morando em favelas ou nas ruas; mais de 18 milhões de crianças com

subnutrição, habitando em casas sem saneamento adequado, por ausência de esgoto, abastecimento de água ou coleta de lixo.

Nada disso é decorrência de um destino inexorável.

É resultado de uma soma de opções políticas com as quais concordamos ou sobre as quais silenciamos.

Mas há o que fazer.

Por exemplo, há muito se sabe, que há produção suficiente de alimento; que há terras em abundância para todos; e que com a redução da jornada de trabalho, sem diminuição de salário, haverá trabalho remunerado para todas as pessoas.

Por isso, é tão revoltante pensar na "solidariedade" que move campanhas publicitárias pela prevenção da COVID-19 capitaneada por quem há décadas vem agindo para que essas situações não apenas se perpetuem, mas se constituam e se agravem.

Lamento, pois, não compartilhar o entusiasmo de quem confronta as declarações genocidas de alguns grandes empresários, com o discurso humanitário de outros. Todos eles (todos nós) concorremos para chegar até aqui. Isso não os coloca em pé de igualdade nem anula os efeitos positivos de movimentos solidários e responsáveis, que de algum modo contribuam para o enfrentamento da pandemia.

É só tardio, insuficiente e hipócrita.

Talvez não seja a melhor hora para dizer disso, mas é necessário.

Se não agora, quando perceberemos que escolhemos, como sociedade, um caminho totalmente equivocado, que implicou o descarte de milhões de pessoas e que, como neste instante é possível ver, abala a vida de todas as pessoas?

O mínimo que se deve fazer para reparar os erros cometidos é utilizar, emergencial e urgentemente, o capital acumulado nas mãos de poucos e dos governos na proteção dos excluídos históricos, para evitar que sejam as maiores vítimas de um mal que não criaram.

Há níveis diferentes em que essas escolhas operam. Muitas delas, mesmo sem questionar as bases de convívio social, já fariam enorme diferença em momentos como esse.

Apostar na melhor distribuição da renda é um exemplo. O imposto sobre grandes fortunas caminha nessa direção. Ainda assim, nem mesmo em tempos de crise sanitária aguda o tímido projeto de lei proposto para regulamentar esse dispositivo constitucional tem despertado interesse dos nossos parlamentares. Passados mais de trinta anos desde a promulgação da Constituição, a taxação de grandes fortunas ainda não saiu do papel.

Há também como alterar o modo de distribuição dos recursos públicos. Impostos devem servir para garantir saúde, educação, moradia e trabalho, e não para pagar dívida pública. E proprietários de templos, lanchas, jetskys e helicópteros podem e devem pagar impostos, assim como as emissoras de rádio e TV, que são concessões públicas, não devem ganhar isenção de tributos em razão do horário de propaganda eleitoral.

Segundo o TCU, em 2016 as renúncias fiscais somaram R$ 354,7 bilhões. Em 2015, o INSS deixou de arrecadar pelo menos R$ 30,4 bilhões, em razão de sonegação e inadimplência. Por que não solucionar esse gargalo?

A reforma agrária é outro exemplo eloquente. Nunca foi feita em nosso país. Ao contrário, segundo o IBGE 1% das propriedades agrícolas ocupa quase metade da área rural brasileira, concentração de propriedade privada que vem crescendo ano a ano.

Várias outras questões podem ser levantadas, como a aposta necessária em saúde e educação públicas de qualidade, o exato contrário do que estamos fazendo nos últimos anos. Se não há saneamento básico, alimentação adequada, moradia decente, se não há trabalho seguro com salário digno, se não há investimento em ciência, saúde e educação, como enfrentar uma pandemia?

Essas questões precisavam estar na ordem do dia, mesmo que não houvesse uma nova doença que em cerca de três meses já

promoveu o adoecimento de mais de 826.250 pessoas e a morte de pelo menos 40.712 (dados do dia 31/3/2020). Mas não estão.

Em lugar delas, o que se vê são: medidas provisórias retirando direitos trabalhistas e propondo o endividamento de pequenos empresários ou restringindo direitos liberais como o direito à informação; um presidente e vários seguidores minimizando a realidade da doença, secundados por empresários que protegidos em suas casas exigem que seus trabalhadores sigam trabalhando; parlamentares e ministros que seguem repetindo a cantilena das reformas liberais ou revelam publicamente o descaso pela vida dos aprisionados.

Até mesmo quando tenta convencer a população de que está preocupado em salvar vidas, a proposta do presidente é que os profissionais autônomos sigam trabalhando, expondo-se à contaminação como escudos humanos, como soldados que morrerão na batalha pela sobrevivência diária. Fala em auxílio, mas concede empréstimo. Refere-se à renda básica, mas oferece esmola, exclui benefícios previdenciários e atrasa o pagamento do bolsa-família.

A distribuição igualitária de renda, moradia, trabalho e alimentação é questão central para o modelo de sociedade que temos. Exatamente por isso é bem provável que jamais esteja na ordem do dia, pois até mesmo governos comprometidos com quem vive do trabalho não conseguiram ultrapassar os estreitos limites que fazem do Estado mero agente do capital.

O grande problema é que se deveria reconhecer, como atestam os fatos históricos, que não há capitalismo sem desigualdade; que não há capitalismo sem produção de miséria.

Assim, as escolhas, para efetivamente acertar os rumos do convívio humano na Terra, deveriam ser bem mais radicais.

A oportunidade que a COVID-19 está nos apresentando de alterar radicalmente nosso modelo de sociedade talvez nem seja uma escolha. Fato é que, independente da discussão mais profunda em torno do modo de ser social (que deve ir além do período mais

agudo da crise), ao menos as medidas paliativas como as que referi devem ser imediatamente adotadas pelos atuais governos.

Por ora, estamos diante da urgência do confisco e da distribuição igualitária de riqueza, de terra e de moradia àqueles(as) que, embora tenham direito constitucional e humano a uma sobrevivência digna, estão sendo, pela persistente renitência do governo federal e do grande poder econômico, propositadamente, e uma vez mais, entregues à própria sorte.

BEM-VINDO AO ESTADO SUICIDÁRIO

Vladimir Safatle[110]

Você é parte de um experimento. Talvez sem perceber, mas você é parte de um experimento. O destino do seu corpo, sua morte são partes de um experimento de tecnologia social, de nova forma de gestão. Nada do que está acontecendo nesse país que se confunde com nossa história é fruto de improviso ou de voluntarismo dos agentes de comando. Até porque, ninguém nunca entendeu processos históricos procurando esclarecer a intencionalidade dos agentes. Saber o que os agentes acham que estão a fazer é realmente o que menos importa. Como já se disse mais de uma vez, normalmente eles o fazem sem saber.

Esse experimento do qual você faz parte, do qual te colocaram à força tem nome. Trata-se da implementação de um "Estado suicidário" como disse uma vez Paul Virilio. Ou seja, o Brasil mostrou definitivamente como é o palco da tentativa de implementação de um Estado suicidário. Um novo estágio nos modelos de gestão imanentes ao neoliberalismo. Agora, é sua face a mais cruel, sua fase terminal.

Engana-se quem acredita que isto é apenas a já tradicional figura do necroestado nacional. Caminhamos para além da temática necropolítica do Estado como gestor da morte e do desaparecimento. Um Estado como o nosso não é apenas o gestor da morte. Ele é o

---

110 Professor livre-docente do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, professor convidado das universidades de Paris VII, Paris VIII, Toulouse, Louvain e Stellenboch. É um dos coordenadores do Laboratório de Pesquisas em Teoria social, Filosofia e psicanálise (Latesfip/USP).

ator contínuo de sua própria catástrofe, ele é o cultivador de sua própria explosão. Para ser mais preciso, ele é a mistura da administração da morte de setores de sua própria população e do flerte contínuo e arriscado com sua própria destruição. O fim da Nova República terminará em um macabro ritual de emergência de uma nova forma de violência estatal e de rituais periódicos de destruição de corpos.

Um Estado dessa natureza só apareceu uma vez na história recente. Ele se materializou de forma exemplar em um telegrama. Um telegrama que tinha número: Telegrama 71. Foi com ele que, em 1945, Adolf Hitler proclamou o destino de uma guerra então perdida. Ele dizia: "Se a guerra está perdida, que a nação pereça". Com ele, Hitler exigia que o próprio exército alemão destruísse o que restava de infraestrutura na combalida nação que via a guerra perdida. Como se esse fosse o verdadeiro objetivo final: que a nação perecesse pelas suas próprias mãos, pelas mãos do que ela mesma desencadeou. Esta era a maneira nazista de dar resposta a uma raiva secular contra o próprio Estado e contra tudo o que ele até então havia representado. Celebrando sua destruição e a nossa. Há várias formas de destruir o Estado e uma delas, a forma contrarrevolucionária, é acelerando em direção a sua própria catástrofe, mesmo que ela custe nossas vidas. Hannah Arendt falava do fato espantoso de que aqueles que aderiam ao fascismo não vacilavam mesmo quando eles próprios se tornavam vítimas, mesmo quando o monstro começava a devorar seus próprios filhos.

O espanto, no entanto, não deveria estar lá. Como dizia Freud: "mesmo a auto-destruição da pessoa não pode ser feita sem satisfação libidinal". Na verdade, esse é o verdadeiro experimento, um experimento de economia libidinal. O Estado suicidário consegue fazer da revolta contra o Estado injusto, contra as autoridades que nos excluíram, o ritual de liquidação de si em nome da crença na vontade soberana e na preservação de uma liderança que deve encenar seu ritual de onipotência mesmo quando já está claro como

o sol sua impotência miserável. Se o fascismo sempre foi uma contrarrevolução preventiva, não esqueçamos que sempre soube transformar a festa da revolução em um ritual inexorável de auto-imolação sacrificial. Fazer O desejo de transformação e diferença conjugar a gramática do sacrifício da auto-destruição: essa sempre foi a equação libidinal que funda o Estado suicidário.

O fascismo brasileiro e seu nome próprio, Bolsonaro, encontraram enfim uma catástrofe para chamar de sua. Ela veio sob a forma de urna pandemia que exigiria da vontade soberana e sua paranoia social compulsivamente repetida que ela fosse submetida à ação coletiva e à solidariedade genérica tendo em vista a emergência de um corpo social que não deixasse ninguém na estrada em direção ao Hades. Diante da submissão a uma exigência de autopreservação que retira da paranoia seu teatro, seus inimigos, suas perseguições e seus delírios de grandeza a escolha foi, no entanto, pelo flerte contínuo com a morte generalizada. Se ainda precisássemos de uma prova de que estamos a lidar com uma lógica fascista de governo, esta seria a prova definitiva. Não se trata de um Estado autoritário clássico que usa da violência para destruir inimigos. Trata se de um Estado suicidário de tipo fascista que só encontra sua força quando testa sua vontade diante do fim.

É claro que tal Estado se funda nessa mistura tão nossa de capitalismo e escravidão, de publicidade de *coworking*, de rosto jovem de desenvolvimento sustentável e indiferença assassina com a morte reduzida a efeito colateral do bom funcionamento necessário da economia. Alguns acham que estão a ouvir empresários, donos de restaurantes e publicitários quando porcos travestidos de arautos da racionalidade econômica vêm falar que pior que o medo da pandemia deve ser o medo do desemprego.

Na verdade, eles estão diante de senhores de escravos que aprenderam a falar *business english*. A lógica é a mesma, só que agora aplicada à toda a população. O engenho não pode parar. Se para tanto alguns escravos morrerem, bem, ninguém vai realmente criar

um drama por causa disso, não é mesmo? E o que afinal significa 5.000, 10.000 mortes se estamos falando em "garantir empregos", ou seja, em garantir que todos continuarão sendo massacrados e espoliados em ações sem sentido e sem fim enquanto trabalham nas condições as mais miseráveis e precárias possíveis?

A história do Brasil é o uso contínuo desta lógica. A novidade é que agora ela é aplicada a toda a população. Até bem pouco tempo, o país dividia seus sujeitos entre "pessoas" e "coisas", ou seja, entre aqueles que seriam tratados como pessoas, cuja morte provocaria luto, narrativa, comoção e aqueles que seriam tratados como coisas, cuja morte é apenas um número, uma fatalidade da qual não há razão alguma para chorar. Agora, chegamos à consagração final desta lógica. A população é apenas o suprimento descartável para que o processo de acumulação e concentração não pare sob hipótese alguma.

É claro que séculos de necropolítica deram ao Estado brasileiro certas habilidades. Ele sabe que um dos segredos do jogo é fazer desaparecer os corpos. Você retira números de circulação, questiona dados, joga mortos por corona vírus em outra rubrica, abre covas em lugares invisíveis. Bolsonaro e seus amigos vindos dos porões da ditadura militar sabem como operar com essa lógica. Ou seja, a velha arte de gerir o desaparecimento que o Estado brasileiro sabe fazer tão bem. De toda forma, *there is no alternative*. Esse era o preço a pagar para que a economia não parasse, para que os empregos fossem garantidos. Alguém tinha que pagar pelo sacrifício. A única coisa engraçada é que sempre são os mesmos quem pagam. A verdadeira questão é outra, a saber: Quem nunca paga pelo sacrifício enquanto prega o evangelho espúrio do açoite?

Pois vejam que coisa interessante. Na República Suicidária Brasileira não há chance alguma de fazer o sistema financeiro verter seus lucros obscenos em um fundo comum para o pagamento de salários da população confinada, nem de enfim implementar o imposto constitucional sobre grandes fortunas para ter a disposição

parte do dinheiro que a elite vampirizou do trabalho compulsivo dos mais pobres. Não, essas possibilidades não existem. *There is no alternative*: será necessário repetir mais uma vez?

Essa violência é a matriz do capitalismo brasileiro. Quem pagou a ditadura para criar aparatos de crimes contra a humanidade na qual se torturava, estuprava, assassinava fazia desaparecer cadáveres? Não estavam lá dinheiro de Itaú, Bradesco, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Fiesp, ou seja, todo o sistema financeiro e empresarial que hoje tem lucros garantidas pelos mesmos que veem nossas mortes como um problema menor?

Na época do fascismo histórico, o Estado suicidário mobilizava-se através de uma guerra que não podia parar. Ou seja, a guerra fascista não era uma guerra de conquista. Ela era um fim em si mesmo. Como se fosse um "movimento perpétuo, sem objeto nem alvo" cujos impasses só levam a uma aceleração cada vez maior. A ideia nazista de dominação não está ligada ao fortalecimento do Estado, mas a um movimento em movimento constante. Hannah Arendt falará da: "essência dos movimentos totalitários que só podem permanecer no poder enquanto estiverem em movimento e transmitirem movimento a tudo o que os rodeia". Uma guerra ilimitada que significa a mobilização total de todo efetivo social, a militarização absoluta em direção a uma guerra que se torna permanente. Guerra, no entanto, cuja direção não pode ser outra que a destruição pura e simples.

Só que o Estado brasileiro nunca precisou de uma guerra porque ele sempre foi a gestão de uma guerra civil não declarada. Seu exército não serviu a outra coisa que se voltar periodicamente contra sua própria população. Esta é a terra da contrarrevolução preventiva, como dizia Florestan Fernandes. A pátria da guerra civil sem fim, dos genocídios sem nome, dos massacres sem documentos, dos processos de acumulação de capital feitos através de bala e medo contra quem se mover. Tudo isso aplaudido por um terço da população, por seus avós, seus pais, por aqueles cujos circuitos de afetos estão presos

nesse desejo inconfesso do sacrifício dos outros e de si há gerações. Pobres dos que ainda acreditam que é possível dialogar com quem estaria nesse momento a aplaudir agentes da SS.

Pois alternativas existem, mas se elas forem implementadas serão outros afetos que circularão, fortalecendo aqueles que recusam tal lógica fascista, permitindo enfim que eles imaginem outro corpo social e político. Tais alternativas passam pela consolidação da solidariedade genérica que nos faz nos sentir em um sistema de mútua dependência e apoio, no qual minha vida depende da vida daqueles que sequer fazem parte do "meu grupo", que estão no "meu lugar", que tem as "minhas propriedades". Esta solidariedade que se constrói nos momentos mais dramáticos lembra aos sujeitos que eles participam de um destino comum e devem se sustentar coletivamente. Algo muito diferente do: "se eu me infectar, é problema meu". Mentira atroz, pois será, na verdade, problema do sistema coletivo de saúde, que não poderá atender outros porque precisa cuidar da irresponsabilidade de um dos membros da sociedade. Mas se a solidariedade aparece como afeto central, é a farsa neoliberal que cai, esta mesma farsa que deve repetir, como dizia Thatcher: "não há essa coisa de sociedade, há apenas indivíduos e famílias". Só que o contágio, Margareth, o contágio é o fenômeno mais democrático e igualitário que conhecemos. Ele nos lembra, ao contrário, que não há essa coisa de indivíduo e família, há a sociedade que luta coletivamente contra a morte de todos e sente coletivamente quando um dos seus se julga viver por conta própria.

Como disse anteriormente, alternativas existem. Elas passam por suspender o pagamento da dívida pública, por taxar enfim os ricos e fornecer aos mais pobres a possibilidade de cuidar de si e dos seus, sem se preocupar em voltar vivo de um ambiente de trabalho que será foco de disseminação, que será a roleta russa da morte. Se alguém soubesse realmente fazer conta nas hostes do fascismo, ele lembraria o que acontece com um dos únicos países do mundo que recusa seguir as recomendações de combate à pandemia: ele será

objeto de um cordão sanitário global, de um isolamento como foco não controlado de proliferação de uma doença da qual os outros países não querem nunca mais partilhar. Ser objeto de um cordão sanitário global deve ser realmente algo muito bom para a economia nacional.

Enquanto isto nós lutamos com todas as forças para encontrar algo que nos faça acreditar que a situação não é assim tão ruim, que tudo se trata de derrapadas e destemperos de um insano. Não, não há insanos nessa história. Esse governo é a realização necessária de nossa história de sangue, de silêncio, de esquecimento. História de corpos invisíveis e de capital sem limite. Não há insanos. Ao contrário, a lógica é muito clara e implacável. Isso só ocorre porque quando é necessário radicalizar sempre tem alguém nesse país a dizer que essa não é ainda a hora. Diante da implementação de um Estado suicidário só nos restaria uma greve geral por tempo indeterminado, uma recusa absoluta em trabalhar até que esse governo caia. Só nos restaria queimar os estabelecimentos dos "empresários" que cantam a indiferença de nossas mortes. Só nos restaria fazer a economia parar de vez utilizando todas as formas de contra-violência popular. Só nos restaria parar de sorrir, porque agora sorrir é consentir. Mas sequer um reles pedido de impeachment é assumido por quem diz fazer oposição. No que seria difícil não lembrar dessas palavras do evangelho: "Se o sal não salga, de que serve então?". Deve servir só para nos fazer esquecer do gesto violento de recusa que deveria estar lá quando tentam nos empurrar nossa própria carne servida a frio."

METEORO

Wilson Ramos Filho[111]

Tramita no Congresso um projeto de lei que pretende disciplinar as relações de direito privado durante este conturbado período da crise capitalista, agravada pela pandemia.

O objetivo do projeto do Senador Anastasia (PSDB/MG) parece ser colocar freios ao ativismo judicial e evitar oportunismos por parte de agentes econômicos. Dois exemplos ilustram-no.

Ao impedir a execução de ordem de despejo nas locações prediais urbanas até o final do ano retira dos juízes o poder de seletivamente decidir quais despejos seriam autorizados. Por outro lado, para prevenir oportunismos, delimita os efeitos jurídicos da pandemia a partir de vinte de março (data do decreto legislativo), impedindo alegações de caso fortuito para dívidas antigas e afastando o uso do Código do Consumidor para relações entre empresas. Novamente, neste exemplo, o projeto restringe a arbitrariedade judicial na apreciação de casos concretos.

A preocupação do projeto de lei, não nos enganemos, não é com os aluguéis residenciais, ou com as relações de consumo daqueles que se utilizam de transporte público. Visa regular as relações entre as empresas e impor limites aos juízes de piso. Repudia o modelo Moro de juiz para as relações entre os agentes econômicos, em resumo.

---

111 Doutor em direito, professor aposentado da UFPR, integra o Instituto Defesa da Classe Trabalhadora.

O projeto, portanto, cuida de impor limites à criatividade judicial no âmbito do direito privado. A questão está longe de ser pacífica para os estudiosos do direito. Uma corrente considera mais adequado assegurar-se aos juízes o protagonismo para que, diante de casos concretos, o magistrado diga o que o direito diz. Outra vertente teórica, principalmente depois do que se viu na Lava-Jato, defende que os magistrados estariam limitados na sua criatividade pelos dispositivos constitucionais.

Encontramo-nos no meio do fogo cruzado entre duas percepções míticas a respeito do Direito, em todo o mundo. No Brasil, dada a dramaticidade de nossa realidade bolsonara, ambas podem ser, inclusive, adjetivadas.

Temos o Damarismo Jurídico, integrado por aqueles que viram a Constituição na goiabeira e, contra todas as evidências empíricas, louvam-na como repositório de esperanças e objeto de idolatria e devoção. De outro lado, há os Terraplanistas Jurídicos que, também contra todas as constatações fáticas e todo o saber científico acumulado, defendem que o direito deve se adequar à verdade dos magistrados. Usam a régua destes, contra o horizonte, para provar que o Direito é plano, voltado ao bem comum.

Em tempos de democracia formal o Direito materializa, histórica e concretamente, a relação de forças que se estabelece na sociedade e em suas representações institucionais. Em tempos de Estado de Exceção, como o que experimentamos desde o golpe de 2016, é diferente. O Direito, quando rompida a institucionalidade democrática, se apresenta como em essência realmente é: garantidor de privilégios e repressor das classes populares.

Uma ressalva importante, apositiva: os advogados pendulam entre as duas concepções jurídicas na defesa dos interesses que defendem. Têm que fazer isso. Às vezes o garantismo e a Constituição são a maneira de salvaguardar direitos. Outras vezes a legalidade estrita é prejudicial aos interesses defendidos, e nos socorremos do ativismo para postular que se faça justiça no caso concreto. Esse

texto não se configura em crítica à advocacia. Muito ao contrário. Aqui se tenta esboçar uma crítica teórica ao direito (e ao estado) capitalista, à atual regulação estatal das relações sociais, que se encontra em profunda crise. Feita essa digressão, sigamos, com os olhos postos na polêmica teórica em debate no Brasil (inclusive no supremo tribunal federal, sempre em minúsculas desde que se apequenou) entre duas concepções jurídicas, provocativamente adjetivadas.

O Damarismo Jurídico graficamente representa-se pela imagem da pirâmide. Em seu vértice estaria a Constituição (e o Olimpo onde 11 semideuses seriam dela os intérpretes últimos). No Terraplanismo Jurídico, ao contrário, a pirâmide se apresenta invertida, como um funil que recebe todas as informações (inputs) da realidade e dos marcos normativos, estando em seu vértice inferior a solitária figura do juiz da causa, aquele que diz o que o Direito diz na análise do caso concreto (quem desejar se aprofundar no tema deve procurar os estudos de François Ost e Carlos Maria Cárcova).

Ambas as correntes (o Damarismo Jurídico e o Terraplanismo jurídico) constituem-se em mitos que não resistem à confrontação com a realidade. Nas complexas sociedades do capitalismo globalizado a imagem gráfica do Direito se assemelharia mais a um poliedro que juntasse as duas pirâmides sobrepostas e desajustadas; aquela, kelseniana, com a ponta para cima, e aquela com seu vértice na parte de baixo, tendo por núcleo central os interesses das classes dominantes e, em cada uma de suas arestas, mecanismos de coerção indutores da maneira capitalista de existir em sociedade.

No Brasil, depois do Golpe e sob Bolsonaro, o que antes padecia de indigesta abstração resulta mais claro. O direito posto e o direito pressuposto (Eros Grau), como consequência do infatigável esforço da laboriosa magistratura (e da parcela mais nociva da Direita Concursada que a hegemoniza) se apresentam como realmente são, como poder e opressão (sinto saudades do Roberto Aguiar),

garantidor de privilégios e da maneira egoísta, individualista, capitalista, de viver em sociedade.

Essa maneira de existir, contudo, não é a única possível. A maior crise capitalista desde 1929 (que engendrou a social-democracia) configura-se também em uma crise do Estado e do Direito. As sociedades não serão as mesmas uma vez terminado o período de isolamento imposto pela COVID-19. Uma nova maneira de existir em sociedade está em gestação. E novas maneiras de regulação das relações sociais se farão necessárias. O Direito, tal como se nos apresenta na atualidade, está torto, disfuncional. A desigualdade social atingiu níveis inaceitáveis.

Encaminhando-me para a conclusão dessa breve reflexão, afirmo que tal constatação não significa que necessariamente sairemos da era das medievais trevas dos mitos (damaristas ou terraplanistas) a respeito do Direito para um luminoso e dadivoso porvir. Lembremo-nos que a crise capitalista de 1929 gerou, ao mesmo tempo, duas grandes alternativas: o Estado Social de Direito e várias autocracias (Hitler, Salazar, Franco, entre outros). Na saída desta atual crise capitalista (e do Estado e do Direito) alternativas semelhantes se apresentarão. Esperemos que a cidadania faça a escolha pela vida, pelo planeta, pela maneira solidária de existir em sociedade.

Por fim, confesso que titubeei. Fiquei com muitas dúvidas em adjetivar as duas principais vertentes teóricas do Direito por temer reações indesejadas por parte dos escassos leitores de tão árido texto.

Escrevo aos operadores jurídicos e aos que se dedicam a tentar entender alguns dos dilemas relacionados à saida da crise atual. Não a todos, obviamente, apenas à parcela que entenderia minha convocação: esqueçam os mitos, critiquem o direito capitalista e não as decisões, compreendam que a judicialização da política é parte do problema. Espero, sinceramente, que não se sintam ofendidos. Adjetivei, pesando a mão, provocativo, para fazer-lhes uma exortação.

Parem de ver a Constituição na goiabeira! O stf já deixou clara a sua posição. Parem de depositar esperanças na justiça da aplicação do direito ao caso concreto! A maioria hedonista da magistratura tem lado na luta de classes.

Lembrei-me da ideia de um texto que ainda escreverei, retomando um tema que já foi até filmado (obrigado, Mauro Menezes, amigo ponderado, que leu o esboço desta reflexão). Um cardeal, fuçando nos arquivos secretos do Vaticano, descobre que Jesus não existiu e que a Bíblia foi inventada três séculos mais tarde. Entra em crise de consciência, uma crise deôntica. Deve revelar isso ao mundo? Como poderiam sobreviver as pessoas que sempre se pautaram pelos mitos diante da revelação da verdade? O mundo ficaria melhor se as pessoas soubessem que o cristianismo era mentira? Um drama ético, portanto.

O Brasil ficará melhor se os operadores jurídicos souberem que as duas correntes em debate se baseiam em mitos? Que o Direito não é o que parece ser?

As várias vertentes do Direito Alternativo e dos distintos movimentos de Crítica Jurídica a partir dos anos noventa do século passado se dedicaram a denunciar a função do Direito na sociedade capitalista. A conjuntura era outra.

A contemporaneidade brasileira, todavia, onde a Direita Concursada, a meu ver, hegemonizou o aparato repressivo e a magistratura, nos permite alguma ousadia. A guerra de posições nas disputas doutrinárias parece-me ineficaz na conjuntura bolsonara em que teimosos resistimos, embora elas sejam necessárias nas lides judiciais. Todos os que advogam se utilizam do que, iconoclasta, denominei de Damarismo e de Terraplanismo jurídicos, não para ofender, mas para suscitar reflexão. Cansei de fazer isso quando ainda sobrevivíamos em um Estado de Direito.

Sendo assim, arrisco colocar em pauta para discussão a atualidade da guerra de movimento, frontal, contra o capitalismo. A pandemia pode ser o meteoro que, em duvidoso humor, simulávamos

esperar diante de tamanhas aberrações. Um meteoro que abala, fez balançar, o capitalismo que conhecíamos e os valores em que se assenta. Há vários indícios de que parte das chamadas forças do mercado já não suporta mais o ativismo judicial (o projeto do Senador Anastasia é um deles) e de que o mero garantismo se mostra insuficiente, dada a composição de classe do parlamento brasileiro.

Seria o momento de acirrar a crítica ao capitalismo, à propriedade privada dos meios de produção e às suas estruturas institucionais? É hora de agudizar a crítica ao Direito e ao Estado capitalista, abandonando os mitos que nos foram úteis no passado para garantir direitos às classes exploradas?

Pensemos sobre isso.

CRISE É OPORTUNIDADE

Wilton Cardoso[112]

Crise é oportunidade. A frase se tornou um clichê utilizado nas finanças e na administração, mas é uma verdade. Individualmente, quando a pessoa entra em crise, seus fantasmas e neuras ocultos pela "normalidade" do dia a dia afloram e surge a oportunidade dela encarar os seus demônios, que ela fazia questão de não enxergar, de frente. É quando ela busca ajuda de amigos, sacerdotes ou psicólogos para tentar se compreender e fazer algo para melhorar.

O raciocínio também se aplica para uma crise no plano coletivo, com a que estamos vivendo com o coronavírus e a crise econômica que se seguirá. Os investidores e os empresários mais astutos sabem disso e mantêm o sangue frio em meio ao desespero para "comprar ao som dos canhões (do coronavírus) e vender ao som dos violinos". Mas eles veem a crise apenas como oportunidade para melhorar a posição dos capitais de suas empresas ou fortunas particulares. Muitos criticam o egoísmo dessa atitude, mas devemos reconhecer que ela é eticamente legítima e juridicamente legal, ou seja, é justificável no âmbito dos valores de nossa sociedade, inclusive os mais progressistas.

112 Jornalista. Doutorando em Estudos Literários pela UFG. Edita os blogs "O engenheiro onírico" e "Marx na web".

A crítica dos progressistas aos neoliberais

Os economistas progressistas (também chamados de keynesianos, desenvolvimentistas ou heterodoxos) veem outro tipo de oportunidade nesta crise, menos egoísta e mais solidária. Eles apontam, com razão, a loucura neoliberal de nos submetermos incondicionalmente às leis do livre mercado, que dizem apenas que a economia não pode parar.

Para os progressistas o mercado é impiedoso e volátil demais para ser deixado à própria sorte e por isso a sociedade deve regulá-lo por meio do estado, para evitar crises e, se estas ocorrerem, para socorrer os mais vulneráveis. Eles acreditam, como afirma Anjuli Tostes em artigo recente, que "a economia não é algo separado da escolha das pessoas, como a física ou a química. Ela é uma construção social, produto das nossas escolhas". Esta posição da deriva da crença progressista de que o arranjo da economia no capitalismo depende de escolhas políticas coletivas, ou seja, que a política pode, em última análise, definir os rumos da economia.

Afinal de contas, as leis do mercado não são como as da física, como a autora afirma. De fato, a necessidade de lucro efetivamente não é como a lei da gravidade. Mas os empresários, aqueles que efetivamente estão expostos às "leis do mercado", rebatem que se eles deixarem de ter lucro por um certo tempo, vão cair, junto com seus empregados, no abismo econômico da falência, da mesma forma que um avião se espatifa no chão, com tripulação e passageiros, quando acaba seu combustível.

O lucro para as empresas continuarem no mercado é como a gasolina para um avião vencer a gravidade: quem não tem lucro despenca. Da mesma forma é o trabalho remunerado para a imensa maioria das pessoas: ele é a passagem para se estar dentro de um avião. Se você não consegue trabalho, sinto muito, será jogado ao ar em pleno voo. Em alguns países há bons paraquedas para

os perdedores (salário desemprego, renda básica, etc), em outras, como a nossa, eles são de segunda categoria, cheio de furos e às vezes não abrem, mas há lugares, como nos países mais pobres, em que simplesmente não há paraquedas e as pessoas vão para o (ou nunca saem do) abismo da miséria.

As respostas dos progressistas aos dilemas da economia de mercado

Como os keynesianos rebatem a essa argumentação de que as leis do mercado, embora sociais, têm a mesma objetividade e força de coação que as leis naturais? Na verdade, seus diagnósticos e receituário não vão no sentido de suspender ou mesmo abolir da leis do mercado. Parece que, no fundo, eles não acreditam que elas podem ser suspensas ou contrariadas. Por isso, eles não criticam nem vislumbram um mundo onde não haja necessidade de mercados, capitais em concorrência, lucro, trabalho remunerado, crescimento econômico e de produtividade etc.

Mas os keynesianos creem que os mercados podem e devem ser regulados pela ação estatal que, em última instância, depende de decisões políticas. Para ser mais preciso, os keynesianos não desafiam as leis do mercado, mas acreditam que as sociedades, por meio de decisões políticas, podem se adaptar melhor ou pior às suas intempéries, utilizando o peso do jurídico, econômico e político estado para forçar a melhor adaptação possível. Para isso, eles insistem em três ações necessárias dos estados para a correção dos mercados, todas inspiradas no keynesianismo dos anos dourados do estado do bem-estar social:

1. Propõem que o estado force um ponto de partida realmente igualitário para as pessoas no jogo do mercado, ou seja, que todos tenham efetivamente uma boa educação, um bom atendimento de saúde, alimentação e moradia, enfim, que as famílias pobres (dos

pais perdedores na competição capitalista) tenham proteção social para que seus filhos tenham condições de sair da condição de miséria. Ora, esta proposta nada mais é do que a execução das ideias liberais de chances iguais para todos. De fato, os progressistas acusam os neoliberais de defenderem a ideia mas não a colocarem em prática, ao deixar os perdedores e seus filhos "ao Deus dará", reproduzindo a miséria por inércia histórica.

2. Propõem, por questões humanitárias, que haja socorro digno para os perdedores, principalmente para os que não podem concorrer no mercado, como idosos, doentes, deficientes, dependentes químicos, mendigos, mas também os desempregados estruturais que se tornam supérfluos para o mercado e são obrigados a se virarem na economia informal de bicos. Novamente, não há desacordo com posições liberais, a não ser as mais fanáticas. Aliás, muitos liberais insuspeitos, como Milton Friedman, propõem uma renda mínima por questões humanitárias e para evitar convulsões sociais que abalariam o bom funcionamento dos mercados. Mesmo porque ela ajudaria, num círculo virtuoso, nos esforços para proporcionar condições iniciais igualitárias, ao permitir que as famílias perdedoras proporcionassem o mínimo necessário para uma boa formação de seus filhos, permitindo-lhes que sejam, quando adultos, competidores aptos no mercado de trabalho.

3. Defendem uma forte regulação do mercado por parte do estado e até mesmo a atuação direta na economia por meio de empresas públicas, estatização e monopólio de alguns setores considerados estratégicos. O argumento (correto) é que a autorregulação do mercado é turbulenta demais, provocando crises sociais e políticas insuportáveis. Este é o único ponto em que os keynesianos divergem frontalmente das teorias liberais e neoliberais que pregam a autorregulação dos mercados. Mas o fato é que, exceto em raríssimas e desastrosas ocasiões, nem os governos mais abertamente liberais efetivamente abrem mão da atuação do estado como regulador e participante direto da economia. Nos EUA, farol neoliberal

do mundo, portos, aeroportos e a maior parte da infraestrutura energética, rodoviária, ferroviária e de saneamento básico é estatal; há uma forte política de compras estatais que privilegiam a produção nacional; o governo é o principal financiador da ciência básica e aplicada, que é repassada, depois, às empresas de alta tecnologia nacionais; e a política monetária de seu Banco Central é a de proporcionar crédito abundante e barato (chuva de dinheiro) à banca, empresas e famílias, como incentivo à produção e consumo; tudo isso de acordo com o receituário keynesiano. Experiências fanaticamente neoliberais de estado mínimo, tentadas na Argentina, México e, agora, no Brasil, conduziram estes países ao desastre econômico e social.

Progressistas são liberais aperfeiçoados e pragmáticos

No frigir dos ovos, a solução progressista encontra-se dentro dos marcos liberais e trata-se, na verdade de um liberalismo aperfeiçoado e pragmático. Aperfeiçoado porque tenta democratizar o capital, seja proporcionando, de fato, condições iniciais igualitárias para todos, seja distribuindo a renda para massificar o consumo e, em consequência, a cidadania – que se exerce de fato pelo poder de compra e apenas acessoriamente por uma utópica consciência política, não tenhamos ilusões. Por isso, o nome progressismo é adequado, pois se trata de um progresso (um aperfeiçoamento) e um contrapeso humanitário em relação às rigidez teórica do liberalismo, insensível ao sofrimento humano e impraticável por longo tempo em qualquer sociedade. No pós-guerra, quase todos os governos duradouros foram progressistas/keynesianos e mesmo com o advento neoliberal, boa parte do receituário keynesiano foi mantido, apesar do progressivo desmonte do estado do bem-estar social.

O progressismo é um liberalismo pragmático e realista porque, ao contrário da ingenuidade liberal, que crê na possibilidade do funcionamento dos mercados com o estado mínimo, reduzido a guardião das leis e da moeda, os keynesianos sabem que a disputa capitalista é entre indivíduos e empresas, mas também entre nações e blocos de nações, extrapolando para a geopolítica mundial. Por isso, o estado deve entrar ativamente na disputa capitalista e garantir que as empresas nacionais ou instaladas em seu território sejam competitivas, por meio de investimentos massivos em infraestrutura, educação, ciência e tecnologia, políticas industriais, controles de capitais, do câmbio, dos juros e até mesmo assumindo empresas em setores estratégicos.

Por conta desse pragmatismo, os keynesianos são mais capitalistas que os liberais, cuja política de retirada do estado acaba por enfraquecer o país na competição internacional, levando-o à pobreza. Todos os estados industriais ricos e competitivos da atualidade foram e ainda são, em larga medida, keynesianos, da perspectiva da interferência efetiva do estado na economia nacional com a finalidade de posicionar o país como vitorioso na ferrenha concorrência mundial. É o caso dos EUA, Alemanha, Japão, China e Coreia do Sul: nenhum deles cometeram o suicídio de praticarem um liberalismo puro sangue, de estado mínimo.

O advento do neoliberalismo, portanto, não foi uma vitória completa das ideias do liberalismo financeiro sobre o progressismo e a economia real. Foi, antes, uma acomodação entre ambos, corroendo as receitas distributivas e de proteção social, de matriz keynesiana, no interior dos países, mas mantendo a participação ativa do estado na guerra de capitalista. O neoliberalismo dos países vencedores é uma espécie de keynesianismo selvagem, que apoia ativamente o capital financeiro e produtivo, proporciona emprego e crescimento do PIB, mas paga mal o trabalho e lhe oferece pouca proteção social. O modelo mais vitorioso desse "novo keynesianismo" é a China, mas ele se instala paulatinamente nas demais

nações industriais, como EUA e Alemanha, cujas "flexibilizações" do trabalho vão sempre na direção de seu barateamento e precarização – escrevi sobre isso no artigo *A China é o modelo a seguir?*.

A crise como oportunidade para a volta de um keynesianismo humanitário

Agora, na crise do coronavírus (mas foi assim também em 2008) os progressistas/keynesianos acham que é hora de nos decidirmos politicamente por um capitalismo mais humanitário, de colocarmos freio na insensatez do neoliberalismo fanático, a la Levy/Meirelles/Guedes, mas também no keynesianismo selvagem ao estilo chinês e que se espalha para a Europa e os EUA, minando o estado do bem-estar social. É hora de voltar a distribuir o capital para o povo, repovoando as nações com uma forte e numerosa classe média, investindo em ensino e saúde públicos, universais e gratuitos, em programas de renda mínima para os desassistidos, na proteção efetiva do meio ambiente (nosso suporte de vida) e no amparo às minorias e mais vulneráveis. É hora, enfim, do estado intervir na economia não apenas a favor das corporações, como faz o keynesianismo selvagem chinês, mas para democratizar de fato o capital, como nos bons tempos do keynesianismo do pós-guerra.

O coronavírus está mostrando como o neoliberalismo fracassa quando se trata de proteger a vida das pessoas, seja na versão fundamentalista dos Chicago Boys, seja na versão pragmática do keynesianismo selvagem chinês. O capital e suas leis (o lucro, o trabalho assalariado, a eficiência produtiva) devem servir ao bem-estar das pessoas e não o contrário. Precisamos nos decidir coletivamente em direção a essa humanização do capitalismo. É preciso voltar ao ideário progressista social-democrata, que manda a política colocar um cabresto na economia, para que ela seja um instrumento para bem-estar humano e não o contrário, como vem acontecendo.

Afinal, a economia não é como a física, cujas leis naturais são incontornáveis, não é mesmo? E novamente, as boas intenções progressistas, nos fazem retornar ao problema inicial de onde partimos neste artigo: será que os rumos da economia capitalista são mesmo uma questão de vontade política? E será que os keynesianos/progressistas acreditam nisso de fato? Acabamos de mostrar que os progressistas são, na verdade, mais pragmáticos que os liberais puro-sangue, o seja, que suas receitas econômicas intervencionistas tornam o país e suas empresas mais ricos, mais adaptados (mais fortes) para sobreviver na dura seleção "natural" do mercado mundial.

Se é assim, na hora do "vamos ver" será que os keynesianos/progressistas irão mesmo além da simples adaptação e tentarão mudar a direção "natural" do capitalismo global, elaborando leis para aumentar salários e direitos trabalhistas, tributar lucros e renda progressivamente, gastar com renda mínima e proteção de vulneráveis? A Alemanha vai olhar para a China e outros emergentes asiáticos e se perguntar: eles vão encarecer os custos para a produção com aumentos de salários, direitos e tributos? Duvido! Eu também não vou. O mesmo dirão os EUA e a própria China. E todos os demais países.

Como dissemos antes, por mais boa vontade que se tenha, as leis do capital (entre elas a da concorrência, que premia os capitais mais eficientes em gerar lucro, barateando ao máximo os custos do trabalho) embora sejam sociais, uma vez postas em movimento se parecem com as leis naturais em sua objetividade, inevitabilidade e poder de coerção: se um indivíduo, empresa ou estado não se "adaptar", ou seja, não se tornar competitivo, ficará para trás e se espatifará no abismo da quebradeira ou da miséria, como um avião cai quando lhe falta combustível.

O keynesianismo nunca propôs a suspensão das leis "naturais" do capital, mas apenas a adaptação da nação a ela, para que o estado se torne competitivo e rico. E, se possível, que haja uma boa

distribuição interna da riqueza proporcionada pela vitória sobre as outras nações, mesmo porque a redução da desigualdade alivia as tensões sociais e cria um mercado interno dinâmico. Mas se não for possível distribuir renda para se formar uma grande classe média, como no keynesianismo clássico, que pelo menos se garanta, em nome da paz social, a empregabilidade plena, mesmo que sejam empregos precários, com salários baixos e jornadas estafantes, como acontece com o keynesianismo selvagem da China, que está sendo copiado por EUA, Alemanha e outras nações industriais.

Sem falar que os keynesianos raramente tocam no assunto da substituição de pessoas por máquinas (robôs, IA, computadores, big data, internet) como forma de aumentar a produtividade e que diminui a necessidade de trabalho humano. E, desta vez, a tendência é que o aumento da produtividade não proporcione abertura de novos postos de trabalho bem remunerados em quantidade suficiente para repor os postos perdidos – e quem afirma isso não são críticos marxistas "radicais", mas estudos científicos mainstream.

Como retornar aos bons tempos do keynesianismo humanista (o Primeiro Mundo de 1945-1975) se as leis da competitividade e da produtividade coagem estados e corporações a reduzirem os custos do trabalho, ou barateando o trabalho humano ou substituindo-o em larga escala por máquinas?

Há competição ferrenha entre estados nacionais por empresas industriais, de preferência nacionais, que empregam cada vez menos pessoas, mas que ainda representam a melhor possibilidade de riqueza e empregos diretos e indiretos, mesmo que precários. Nesta competição, o investimento num estado do bem-estar é uma questão de custo-benefício. A paz social, a educação e a saúde das pessoas são um ativo importante para o mercado, mas se deve investir apenas o mínimo necessário nestas áreas, pois há também os investimentos indispensáveis em infraestrutura. E todos estes gastos necessários do estado são retirados da tributação do capital, que também deve ser a menor possível, para que os capitais

produtivos do país sejam competitivos. Eis o segredo da eficiência chinesa: fazer o máximo com o mínimo – entre esses mínimos, estão a remuneração do trabalho e os gastos sociais do estado.

O keynesianismo nunca esteve tão forte quanto no século XXI, mas não o keynesianismo social-democrata dos trinta anos gloriosos – este perdeu competitividade, pois seus excessos salariais e de direitos aumenta demais o custo do trabalho, além de exigir uma imensa carga tributária para cobrir gastos sociais. A vitória foi do keynesianismo selvagem (ou neoliberal) chinês, que está sendo copiado paulatinamente e sem alarde pelas outras potências industriais (EUA, Alemanha, Japão, Coreia do Sul), seja pela "flexibilização" das leis trabalhistas, seja pela automação. E não será o coronavírus que vai sensibilizar o capital para os dramas humanos.

As leis "naturais" do mercado

Trump chama o coronavírus de comunista, num apelo à infantilidade das pessoas de atribuir aspectos humanos ao vírus, um "ser" absolutamente inconsciente, amoral e apolítico, cujo único objetivo é se multiplicar, infectando o máximo de organismos possíveis. É pueril tentar humanizá-lo, ele não é vermelho, não conhece fronteiras, raças, classes sociais, não é piedoso nem impiedoso, bom ou mal. O que podemos fazer com ele é estudá-lo e, a partir desse conhecimento, descobrirmos formas de o combatermos, com medidas de isolamento, internações, vacinas e medicamentos.

A mesma coisa se pode dizer do capital e suas leis, com a diferença óbvia que não se trata de um organismo biológico, mas de uma forma social que é nosso princípio de síntese social. Durante muito tempo, as várias esquerdas tentaram vincular o capital à chamada classe dominante, o 1% que, de fato, é privilegiado no capitalismo.

Mas mesmo este 1% de felizardos da população mundial (alguns dizem que são 0,1% ou ainda 0,01%) que não têm que se preocupar

com as contas no fim do mês agem sob a coação do capital. O fato de serem vitoriosos não dá a eles o controle do sistema, embora tenham mais poder de influência política do que qualquer um de nós, zés ninguéns econômicos. Mas este poder decisório das elites é localizado e não sistêmico, além de ser sempre precário e constantemente ameaçado por mudanças de mercado, por rearranjos geopolíticos, pelo surgimento de "novos players" mais poderosos, pela obsolescência de seus produtos ou ramo de negócio etc.

O que impera mesmo no capitalismo são as leis "naturais" do capital, que coagem tanto os predadores (1%) quanto suas presas (99%), quase da mesma forma que as leis biológicas coagem igualmente os organismos do vírus e os nossos, obrigando-nos a nos adaptarmos a elas, recolhendo-nos à quarentena e buscando medicamentos e vacinas para enfrentarmos a praga.

A diferença entre o vírus e o capital é que, em relação ao primeiro, não podemos suspender, por vontade própria, as leis naturais, reorganizando a natureza de forma a não haver mais vírus a nos infectar ou que, pelo menos, infectem apenas os "comunistas", como gostariam os trumpistas e bolsonaristas. Quanto ao capital, como se trata de uma forma social, há a possibilidade de suspendermos as suas leis. Podemos mesmo extingui-lo.

E há precedentes históricos de vida humana sem capital, pois na maior parte das sociedades do passado não havia dinheiro, nem lucro, nem mercado, nem trabalho – em muitas não havia nem mesmo estado. Não estou sugerindo uma volta a um passado supostamente paradisíaco, não se trata do sonho idílico de nos tornarmos índios adâmicos, com se não houvesse violência e sofrimento nas sociedades tribais. De resto, mesmo que quiséssemos, é impossível restaurar culturas passadas que, no máximo, podem nos inspirar em alguns aspectos admiráveis, como a recusa em dominar os outros povos e a natureza – embora essa recusa ao domínio geralmente não implicasse na recusa à violência e à guerra entre as tribos.

Da forma como criamos o capital, ele se tornou uma força autônoma (alienada de nós) e impossível de se controlar. Pior, ele submete a vida humana e a natureza a seu objetivo maior, de reprodução infinita – só possível ao capital por ele ser uma riqueza abstrata, pois só um ente abstrato pode crescer infinitamente. Em suma, nós criamos um mundo em que somos, juntos com a natureza, instrumentos do capital. Nem mesmo os keynesianos pretendem desafiar suas tendências espontâneas (uma expressão melhor e mais precisa do que "leis naturais"), mas apenas fazer com que nos adaptemos a elas com o menor sofrimento possível.

Mas no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo este "menor sofrimento possível" que o keynesianismo pode proporcionar às pessoas se resume à empregabilidade, na maior parte das vezes em trabalhos precários, mal remunerados e estafantes. O céu keynesiano é a China e é para lá que caminham EUA, Europa e Japão. E é se tornar uma China que o mudo subdesenvolvido deve sonhar. Mas a China é um inferno de pessoas-máquinas trabalhando 12 horas por dia, quase sem folgas e direitos e ganhando apenas para subsistência.

E há ainda outra contradição neste processo, muito bem descrita por Marx e que deriva das leis "naturais" do capital. Ao remunerar mal o trabalho humano ou substituí-lo por máquinas o capital particular que faz isso primeiro baixa o custo de produção, ganha mercado e lucra muito. Os outros capitais particulares correm atrás do prejuízo e logo baixam seus custos também. O resultado é que a taxa de lucro global decresce, assim como a massa salarial, pois as pessoas recebem menos salários ou são substituídas por máquinas, se tornando supérfluas para a produção de valor, engordando o precariado do terceiro setor.

Com isso, há uma superprodução de mercadorias e, ao mesmo tempo, um subconsumo decorrente do menor poder de compra dos trabalhadores. Para compensar esta situação o neoliberalismo criou capital fictício para emprestar às empresas, governos e

consumidores, fabricando enormes bolhas financeiras que sempre explodem em algum momento, tornando o sistema ainda mais turbulento e instável. Sem falar que a necessidade de se produzir mais mercadorias para compensar a diminuição das margens de lucro está levando o planeta a seus limites ecológicos.

A oportunidade pós-capitalista

A crise do coronavírus e sua necessidade de quarentena, imposta, desta vez, pelas leis biológicas do grau e velocidade de contágio do vírus, nos oferece a oportunidade de ver o quanto nossas necessidades humanas são relativas. Nossa vida não se resume a necessidades alimentares, habitacionais e de saúde. Precisamos uns dos outros, de conviver em família e com nossos amigos, de eventos formais ou informais, festas, cerimônias etc. Mas em que medida e como fazemos tudo isso pode variar muito.

Por exemplo, a quarentena nos mostra que podemos passar muito bem sem andar de automóvel o tempo todo. Que o básico para nossa sobrevivência pode ser produzido com pouquíssimas horas de trabalho humano. Afinal, com a tecnologia que temos, umas poucas pessoas em atividade cuida das necessidades de quase todo mundo. E boa parte de nossa sede de consumo parece extremamente supérflua.

Aliás, se diminuirmos nossa sede de consumo e dividíssemos de forma equivalente o tempo dedicado à produção de bens e serviços necessários a uma vida não consumista, talvez cada um de nós não precisasse "trabalhar" mais do que meio período por dia e apenas uns três ou quatro dias da semana. O resto seria nosso tempo, para dormir, passar com a família e os amigos, fazer o que se gosta, se reunir, pensar, meditar, amar, brincar, andar por aí etc. Enfim poderíamos ser, existir para além das obrigações do trabalho e das leis do capital. Como o consumismo estaria abolido, nosso tempo

livre também não estaria mais ligado às engrenagens do mercado na forma de consumo, ele seria realmente livre, inclusive da lógica da mercadoria.

A quarentena no mostra, enfim, que temos recursos técnicos e principalmente imaginativos (utópicos?) para sonharmos uma sociedade com outros tipos de necessidades e prioridades, que poderiam ser atendidas com muito menos "trabalho" humano. E mais, que os serviços e bens materiais podem ser distribuídos de forma igualitária entre as pessoas, reconhecendo que as necessidades simbólicas (que vai do gosto culinário, passando pela orientação sexual até as aptidões para certas atividades) são bastante diferentes entre indivíduos e grupos sociais.

As leis do capital são tão naturalizadas que aprisionam, inclusive, a nossa racionalidade e imaginação, que só conseguem pensar e imaginar possibilidades de vida a partir de um mundo pré-formado e pré-concebido por estas leis: necessidade de trabalho, de concorrência, de eficiência, de moeda, de lucro etc.

Uma crise terrível como a que vivemos tem pelo menos a vantagem de quase suspender (e apenas temporariamente) o funcionamento da economia e, consequentemente, das leis do capital. Essa suspensão forçada nos permite ver que é possível haver vida humana que não seja regida pelo capital, ou seja, que não seja instrumentalizada para sua reprodução. Se formos um pouco mais ousados, podemos aproveitar esta parada dos mercados para imaginar e pensar um outro mundo, não onde o capital seja humanizado, o que é impossível como acabamos de mostrar, mas onde não mais existam as leis "naturais" do capital nos impondo suas coerções e sofrimentos desnecessários.

Ao suspender o funcionamento da máquina do mundo, a crise suspendeu também a hipnose do capital sobre nossas mentes e abriu uma brecha em nossa percepção para vermos a irracionalidade e o sofrimento provocado nas pessoas, não apenas pelo neoliberalismo, mas pelo próprio capitalismo e sua lógica da mercadoria.

Por essa brecha os keynesianos vislumbram o retorno de um capitalismo humanista que, como vimos, nunca passará de um sonho e acabará por se tornar uma nova adequação do humano ao capital.

Por essa brecha que a crise abriu em nossa percepção, podemos vislumbrar mais: um mundo sem o capital e suas leis, em que a humanidade use todas as potencialidades que ela desenvolveu até agora, não para a reprodução do capital, mas para seu próprio benefício. E, ao contrário do que muito pensam, trata-se de um utopia realizável. E necessária, dado o estágio atual do capitalismo, que desde a década de 1970 parece rumar para seu colapso final.